



Joana Filipa Dinis Silva

CONTRIBUTO DOS ESPAÇOS VERDES PARA O BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES ESTUDO DE CASO EM VILA REAL

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana: Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pela Doutora Helena Guilhermina da Silva Marques Nogueira, apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

CONTRIBUTO DOS ESPAÇOS VERDES PARA O BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES ESTUDO DE CASO EM VILA REAL

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	CONTRIBUTO DOS ESPAÇOS VERDES PARA O BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES ESTUDO DE CASO EM VILA REAL
Autor/a	Joana Filipa Dinis Silva
Orientador/a	Helena Guilhermina da Silva Marques Nogueira
Júri	Presidente: Doutor Rui Jorge Gama Fernandes Vogais: 1. Doutor João Luís Jesus Fernandes 2. Doutora Helena Guilhermina da Silva Marques Nogueira
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Data da defesa	24-7-2014
Classificação	17 valores



*“Vila Real, oh que linda és
Tens o Corgo aos pés, em adoração
Vila Real, como és gentil
Canta-te o Cabril, beija-te o Marão”*

Monsenhor Ângelo Minhava, Marcha de Vila Real, 1948

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora Doutora Helena Nogueira, por todo o tempo dispensado, por todo trabalho, e principalmente pela disponibilidade e prontidão. Obrigada por toda a ajuda.

Ao engenheiro Carlos Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vila Real, agradeço a excelente receção, a disponibilidade e simpatia.

Às colegas de curso e amigas Aline, Carolina e Tatiana pelas conversas e partilhas de informação, mas também pelos momentos de companheirismo ao longo deste percurso.

Às colegas de casa e amigas Ana, Andreia, Cátia e Daniela por todo o interesse demonstrado e pelos momentos de descontração.

Agradeço à minha família, à minha avó pela frase “já está quase”, que mesmo sendo pequena me dava uma força enorme, e principalmente aos meus pais, pela força, apoio e dedicação, não só nesta fase mas em todo o percurso, e porque sem eles nada teria sido possível. Obrigada do fundo do coração.

Por último, mas de maneira nenhuma em último, agradeço ao meu namorado Carlos, por toda ajuda, por todo o apoio, por toda a disponibilidade e pelas inúmeras sugestões. Obrigada pela tua presença contínua.

RESUMO

A saúde é definida pela OMS como estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou incapacidade, enfatizando assim a importância da saúde para a realização plena da vida humana.

Os Espaços Verdes Urbanos (EVU) revelam-se cada vez mais importantes na melhoria da qualidade de vida, promovendo estilos de vida saudáveis e contatos sociais com impactos positivos na saúde física e mental. Há, pois, uma relação inequívoca entre a qualidade de vida, bem-estar das populações e qualidade ambiental; neste contexto, os EVU são hoje considerados como elementos fundamentais à saúde e bem-estar das populações.

O presente trabalho desenvolve-se na cidade de Vila Real e pretende estudar dois EVU - o Parque do Corgo e o Parque Florestal – com o principal objetivo de perceber a relação entre os EVU em estudo, o bem-estar e a qualidade de vida das populações frequentadoras destes espaços, avaliando os benefícios destes espaços e a forma como estes se integram na cidade. Recorrendo a grelhas de observação e inquéritos realizados à população utilizadora destes EVU, espera-se obter um conjunto de resultados que revelem a sua importância no contexto urbano em que se integram e sugiram ações e estratégias adequadas à maximização dos seus benefícios.

Palavras-chave: Saúde, Bem-Estar, Espaços Verdes

ABSTRACT

Health is defined by the WHO as a state of complete physical, mental and social wellbeing and not merely the absence of disease or disability, thus emphasizing the importance of health to the full realization of human life.

The Urban Green Spaces (UGS) reveal themselves increasingly important in improving the quality of life by promoting healthy lifestyles and social contacts with positive impacts on physical and mental health. There is therefore a clear link between quality of life, well-being of populations and environmental quality; within this context, the UGS are considered today as fundamental elements to health and well-being of populations.

This work is developed in the city of Vila Real and wants to study two UGS - Corgo Park and Florestal Park - with the primary goal of understanding the relationship between the UGS study, well-being and quality of life of people attending these spaces, evaluating the benefits of these spaces and how they are integrated in the city. Using observation grids and surveys conducted at these UGS user population, it is expected to obtain a set of results that reveal their importance in the urban context in which they are involved and suggest appropriate actions to maximize their benefits strategies.

Keywords: Health, Wellness, Green Spaces

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas	x
Lista de Abreviaturas	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DO TRABALHO	4
1.1. Objetivos do trabalho	5
1.2. Conceitos fundamentais na compreensão do trabalho: Saúde, Saúde mental, Espaços verdes, Espaços verdes urbanos, Área Verde, Área verde urbana, Bem-estar, Cidade saudável	6
1.3. Procedimentos metodológicos	12
CAPÍTULO 2 – ESPAÇOS VERDES URBANOS – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS	16
2.1. Estado da arte: breve história dos espaços verdes urbanos	17
2.2. Espaços verdes e a cidade	21
2.2.1. Cidade Linear	23
2.2.2. Cidade Jardim	25
2.3. Influência dos EVU no novo urbanismo	29
2.4. Papel do ordenamento do território no ambiente urbano	32
CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS VERDES URBANOS E SAÚDE	35
3.1. Espaços verdes urbanos e ambiente saudável	36
3.2. Funções dos espaços verdes urbanos	37
3.2.1. Função ambiental	38
3.2.2. Função social	39
3.2.3. Função económica	40
3.3. Planeamento urbano saudável	41
3.4. Qualidade de vida	47

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: EVU DE VILA REAL	49
4.1. Caracterização da cidade e da população residente	50
4.2. Caracterização dos EVU em estudo	54
4.2.1. Parque do Corgo	54
4.2.2. Parque Florestal	57
4.3. Recolha de dados	61
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
5.1. Análise das grelhas de observação	63
5.1.1. Acessibilidade aos EVU	63
5.1.2. Atividades possíveis de realizar nos EVU	64
5.1.3. Higiene e manutenção nos EVU	65
5.1.4. Segurança nos EVU	66
5.1.5. Lazer e redução de stress nos EVU	67
5.2. Análise dos resultados dos inquéritos	68
5.2.1. Informação sobre os utilizadores dos EVU	68
5.2.2. Caracterização da utilização dos EVU	670
5.2.3. Caracterização mental dos utilizadores dos EVU	77
5.2.4. Classificação dos EVU segundo os utilizadores	90
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	110

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cidade linear Madrid	24
Figura 2 – Perfil transversal de uma cidade linear espanhola	25
Figura 3 – Diagrama das Cidades Jardim.....	26
Figura 4 – Diagrama para o centro da Cidade Jardim	28
Figura 5 – Determinantes da saúde e o planeamento urbano	44
Figura 6 – Localização da cidade de Vila Real.....	50
Figura 7 – Evolução da população residente em Vila Real	52
Figura 8 – Planta de localização do Parque do Corgo	55
Figura 9 – Planos de Pormenor de Vila Real.....	56
Figura 10 – Localização do Parque Florestal.....	58
Figura 11 – Ligação dos dois EVU	59
Figura 12 – Género dos utilizadores	69
Figura 13 – Altura do dia de utilização do Parque do Corgo	71
Figura 14 – Altura do dia de utilização do Parque Florestal.....	72
Figura 15 – Tempo de permanência nos EVU	73
Figura 16 – Frequência de utilização dos EVU.....	74
Figura 17 – Atividades realizadas nos EVU	75
Figura 18 – Infraestruturas utilizadas nos EVU	76
Figura 19 – Registo de doença mental nos utilizadores dos EVU	77
Figura 20 – Qualidade de vida dos utilizadores dos EVU	78
Figura 21 – Perceção de bem-estar antes da visita aos EVU.....	79
Figura 22 – Perceção de bem-estar após a visita aos EVU	80
Figura 23 – Sentimento relaxado e sem tensão.....	81
Figura 24 – Sentimento nervoso ou stressado.....	82
Figura 25 – Sentimento de prazer nas atividades praticadas diariamente	83
Figura 26 – Sentimento depressão Parque do Corgo.....	84
Figura 27 – Sentimento depressão Parque Florestal.....	85
Figura 28 – Satisfação relativamente à saúde pessoal.....	86
Figura 29 – Satisfação com as relações sociais e pessoais	87
Figura 30 – Perceção sentido da vida no Parque Florestal.....	88

Figura 31 – Perceção sentido da vida no Parque do Corgo	89
Figura 32 – Classificação do Parque Florestal	90
Figura 33 – Classificação do Parque do Corgo.....	91
Figura 34 – Problemas encontrados nos EVU	92
Figura 35 – Recomendação dos EVU a familiares ou amigos.....	93
Figura 36 – Avaliação do Parque Florestal.....	94
Figura 37 – Avaliação do Parque do Corgo.....	95

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População residente segundo os censos	53
Tabela 2 – Acessibilidade aos EVU	63
Tabela 3 – Atividades possíveis de realizar nos EVU	64
Tabela 4 – Higiene e manutenção dos EVU	65
Tabela 5 – Segurança nos EVU	66
Tabela 6 – Lazer e redução de stress nos EVU	67
Tabela 7 – Classificação por idades dos utilizadores dos EVU	69

LISTA ABREVIATURAS

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EVU – Espaços Verdes Urbanos

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ISBN – International Standard Book Number

OMS – Organização Mundial de Saúde

POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

INTRODUÇÃO

A saúde é definida pela OMS como o “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946). A saúde deve ser promovida por estratégias e ações que visem a sua melhoria e contribuam para o bem-estar (OMS, 1986). Promover a saúde significa criar um sistema que permita à população elevar o seu bem-estar (Calmeiro; Matos, 2004). A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, assumindo-se como uma dimensão da qualidade de vida e não como um objetivo de vida (Pais Ribeiro, 1998; Galinha, et al. 2005). Segundo Canguilhem (1963), a saúde é uma norma de vida superior, sendo a doença uma norma de vida inferior (Almeida Filho; et al., 2002). A saúde é um conceito positivo, que acentua os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas (Carta de Ottawa, 1986).

Também a saúde mental é considerada mais do que a mera ausência de perturbações mentais, integrando dimensões positivas, como o bem-estar, a autonomia ou a autoeficácia (OMS, 2001). Para atingir um completo estado de bem-estar físico, mental e social, o indivíduo, ou o grupo, devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. A saúde mental está diretamente relacionada com fatores de exclusão social, pois pessoas em situação de exclusão, como o desemprego ou a carência económica, apresentam piores níveis de saúde mental. A OMS afirma que a “perturbação mental se caracteriza por alterações do modo de pensar e das emoções, ou por desadequação ou deterioração do funcionamento psicológico e social. Resulta de fatores biológicos, psicológicos e sociais” (Relatório Mundial da Saúde, 2001).

A saúde individual é influenciada não apenas pelas características intrínsecas a cada indivíduo, mas também pelo seu local de residência e de trabalho e ainda pelas características do seu ambiente natural, social e económico e pela qualidade e acessibilidade dos serviços públicos aí existentes (Machado, 2007). A saúde não resulta apenas de aspetos biológicos ou de serviços médicos, mas sim de todo um conjunto de

fatores sociais, económicos e culturais que constituem e fundamentam cada lugar. O espaço deixa de ser objeto de descrição, assumindo vocação explicativa dos resultados em saúde; o geógrafo adquire aqui importância fundamental pela capacidade de interpretar o espaço e aquilo que ele representa para a humanidade (Nogueira, 2008).

A Geografia debruça-se sobre o estudo das relações entre a sociedade e a natureza, desempenhando um papel fundamental nas análises ambientais e no estudo do espaço (Santana, 2000). A geografia da saúde é uma área científica que se constitui como uma plataforma metodológica que integra e articula saberes diversos. Preocupa-se com ações e situações que influenciam a saúde, tais como aumento da mobilidade das populações, mudanças nos estilos de vida ou alterações demográficas. Esta área da geografia apresenta como elemento fundamental o território, perspectivado como causa e efeito dos problemas de saúde, enquadrando-se aqui a composição socioeconómica, a etnia, o género e o acesso aos cuidados de saúde, enquanto variáveis com impacto nos resultados em saúde. As preocupações da geografia da saúde revelam-se quer no domínio das consequências para a saúde (ou doença), das alterações demográficas, do aumento da mobilidade das populações e das mudanças nos estilos de vida, quer no da oferta e consumo de bens e serviços de saúde (Santana, 2005). Nestas preocupações, a paisagem torna-se um elemento cada vez mais importante, pois pode amortecer ou agudizar os problemas de saúde. A paisagem define-se como uma superfície heterogénea constituída por ecossistemas que se repetem (Forman e Gordon, 1986; Horta, et al. 2010). A valorização da paisagem é vista como um recurso que permite avaliar a qualidade visual de uma região nas questões de planeamento urbano e regional, ao mesmo tempo que promove a qualidade de vida (Landovsky, 2006; Horta, et al. 2010).

Os espaços verdes são hoje vistos como promotores de recreio e lazer, são encarados como espaços de jogos, desporto, interação social; espaços de permanência onde dominam o prazer e a segurança.

Os Espaços Verdes Urbanos (EVU) permitem a realização de uma multiplicidade de funções interligadas entre si, que têm em comum satisfazer as necessidades da sociedade humana. Fadigas (1993) refere que os espaços verdes são todos os jardins,

parques urbanos e todas as áreas livres que estão revestidas por vegetação nos meios urbanos (Fonseca, et al. 2010). Odum (1971) considera que a presença do ecossistema natural, dentro dos limites das cidades, contribui para a saúde pública e aumenta a qualidade de vida dos cidadãos urbanos, principalmente em relação à qualidade do ar e redução de ruídos. Fischer (1989) considera que os ambientes saudáveis contribuem para amenizar a carga do *stress* mental e auxiliam na concentração. A necessidade de espaços verdes urbanos é uma consequência da evolução que as cidades têm sofrido ao longo do tempo, estes EVU assumem-se cada vez mais importantes nas políticas regionais e municipais.

O presente trabalho divide-se em duas partes principais, correspondendo a uma parte teórica e uma outra prática. As duas partes compreendem cinco capítulos; destes, os três primeiros enquadram-se na parte teórica, onde é dada ênfase à pesquisa bibliográfica e consulta de documentos já existentes sobre o tema em questão, e onde se abordam temas como o aparecimento dos espaços verdes, a estrutura destes espaços, a importância para a vida das populações e contribuição para o bem-estar das populações. Tenta-se assim enquadrar da melhor forma o tema abordado, construindo uma base teórica sólida que complemente e integre a parte prática. Quanto aos dois últimos capítulos, correspondem ao trabalho de campo realizado nos EVU. Esta parte prática incide em dois parques urbanos da cidade de Vila Real. Estes EVU representam os principais espaços verdes da cidade, sendo os que apresentam maior dimensão e características mais atrativas. Nesta segunda parte apresenta-se a caracterização dos espaços e da população utilizadora. Por outro lado, analisa-se também o perfil dos usuários e as formas de utilização destes espaços verdes.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DO TRABALHO



Capítulo 1 – Fundamentos do Trabalho

1.1. Objetivos do Trabalho

O presente trabalho tem como principal objetivo perceber a importância dos espaços verdes urbanos na vida das populações, ao mesmo tempo que se pretende conhecer a influência destas áreas na saúde de quem as frequenta, nomeadamente na saúde mental dos indivíduos. São também objetivos perceber quais as determinantes da saúde das populações frequentadoras dos EVU e quais as qualidades dos EVU em estudo.

Os parques verdes urbanos têm vindo a ser considerados áreas importantes para o bem-estar e socialização dos indivíduos, São hoje vistos como espaços fundamentais na vida quotidiana. Com este trabalho pretende-se perceber de que forma os espaços verdes influenciam o bem-estar mental das populações frequentadoras.

São objetivos específicos da investigação:

- Identificar as características sociodemográficas dos utilizadores dos espaços verdes;
- Avaliar o estado mental das populações que frequentam estes EVU, tentando perceber de que forma estes espaços favorecem ou prejudicam a recuperação dos indivíduos;
- Identificar quais as formas de utilização mais frequentes destes espaços e quais os fatores ambientais que determinam a frequência dos utilizadores nos parques verdes urbanos;
- Perceber qual a importância dos EVU para a população de Vila Real;
- Identificar que políticas e medidas podem ser tomadas para que estes espaços adquiram uma importância crescente na vida das populações residentes nas suas proximidades;
- Perceber qual o futuro destes EVU.

Com estes objetivos pretende-se ter um maior conhecimento dos EVU de Vila Real e perceber quão importantes são, não apenas para a população que os frequenta, nomeadamente na sua saúde, mas também para a cidade, procurando avaliar a forma como contribuem para o seu desenvolvimento. Estes objetivos poderão contribuir para valorizar e orientar o planeamento dos espaços verdes, tentando potenciar as suas funções ecológicas e sociais, promover a sua utilização e aumentar o grau de satisfação dos seus utilizadores.

1.2. Conceitos Fundamentais na Compreensão do Trabalho: Saúde, Saúde Mental, Espaços Verdes, Espaços Verdes Urbanos, Área Verde, Área Verde Urbana, Bem-Estar, Cidade Saudável

O conceito de **Saúde** apresenta-se como fundamental na compreensão deste estudo, pois é este que integra a temática principal do trabalho. A saúde define-se como uma capacidade funcional e adaptativa, sendo possível afirmar que se trata de uma construção sociocultural devidamente estruturada, podendo ser interpretada numa perspetiva individual, social e cultural. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946) define saúde como o “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade”. Taylor (2003) afirma que “a saúde adquire uma dimensão social, cultural e económica, devendo ser entendida como uma qualidade dinâmica, uma capacidade de adaptação às mudanças da natureza e da sociedade”. Por outro lado, afirma também que “a saúde é entendida como progresso e recurso essencial ao desenvolvimento social, económico e pessoal, e ainda como importante dimensão do bem-estar e da qualidade de vida”. Assim, “sendo a saúde uma dimensão inequívoca da qualidade de vida, também a qualidade de vida é condição fundamental na génese, manutenção e aumento dos níveis de saúde” (Nogueira, 2008).

Sigerist (1941) definia um indivíduo saudável como sendo equilibrado, corporal e mentalmente, e bem ajustado ao seu meio físico e social, estando em controlo total dos seus recursos mentais e físicos e adaptando-se às mudanças do meio, desde que não

excedessem os limites normais e contribuindo para o bem-estar da sociedade de acordo com a sua capacidade.

Por sua vez, a definição de saúde inclui várias dimensões, entre as quais:

- Saúde física – capacidade de funcionamento do corpo;
- **Saúde mental** – capacidade de pensar coerentemente e de julgar; a doença mental é uma forma de comportamento intimamente associada a alterações do sistema nervoso, está além da ausência de perturbações mentais, inclui dimensões positivas como o bem-estar, percepção de auto eficácia, competência, potencial intelectual e emocional próprio (WHO, 2001).
- Saúde emocional - capacidade de reconhecer os próprios estados emocionais e de reagir adequadamente;
- Saúde social - capacidade de se integrar na rede de relações sociais;
- Saúde espiritual - capacidade de reconhecer os próprios valores;
- Saúde sexual - capacidade de reconhecer e aceitar a própria identidade sexual;

O conceito de **Saúde Mental** está em constante mudança. A saúde mental é definida pela OMS (2001) como um estado de bem-estar subjetivo, é a capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal, representa as competências na vida pessoal e social, as capacidades de autonomia e escolha de um projeto de vida. Incide na auto-realização intelectual e emocional, adequando os indivíduos à realidade (Relatório Mundial da Saúde, 2001). A saúde mental envolve fatores sociais, financeiros, políticos e conceituais, que podem influenciar o estado psíquico das pessoas (Moraes, 2011). Dveraux (1971) afirma que a chave para uma boa saúde mental é a capacidade de ajustamento às transformações (Almeida Filho; et al., 1999). A saúde mental é definida por Canguilhem (1943) como a ideia de que a saúde é caracterizada pela abertura às transformações (Almeida Filho; et al., 2002). Por sua vez, Laplantine (1988) define saúde mental como a capacidade de comunicação simbólica, a auto-estima e o reconhecimento da realidade (Almeida Filho; et al., 2002).

Conclui-se assim que a saúde mental está diretamente relacionada com a capacidade de um indivíduo conseguir distinguir o real do imaginário, adaptando-se às condições de vida a que é sujeito, sendo capaz de se relacionar com as pessoas do meio onde está inserido.

Os **Espaços Verdes** são definidos como qualquer espaço livre aberto, no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo a parques, jardins ou praças. Este conceito surgiu a partir da era industrial, com o objetivo de recriar a presença da natureza no meio urbano. Milano (1988) define espaço verde como a “cobertura arbórea das áreas abertas ou coletivas (...) representam um importante setor da administração pública, tendo em vista a facilidade de supressão da cobertura arbórea das áreas privadas urbanas” (Loboda et al. 2005). Cavalheiro & Del Picchia (1992) consideram que os “espaços livres desempenham papel ecológico, como integrador de espaços diferentes, baseando-se na abordagem estética, ecológica ou de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre” (Caporusso et al. 2008).

O **Espaço Verde Urbano (EVU)** é definido como um “espaço de propriedade pública, de livre acesso, com uma grande área coberta por vegetação” (Schipperijn, 2010, p. 26). Kliass (1993) define os parques verdes urbanos como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal destinados à recreação” (Silva, et al. 2003). Detwyleer & Marcus (1972) na obra “Urbanization and Environment” destacam quatro principais tipos de vegetação urbana: a floresta de árvores; os parques e as áreas verdes; os jardins constituídos por plantas ornamentais; os canteiros (Barros, et al. 2003).

Área Verde é definida por Lima (1994) como uma área onde há o predomínio de vegetação arbórea; aqui devem ser consideradas praças, jardins públicos e parques urbanos, onde as funções estéticas e ecológicas estão presentes (Alberto, et al. 2012). Nucci (2001) define estas áreas como um subsistema de espaços livres que devem fornecer possibilidade de lazer à população (Caporusso et al. 2008). Perry (1981) define área verde como um “termo geral que se aplica a várias classes de uso da terra, constituindo paisagens, podendo ser alteradas ou originais. É um espaço tipicamente aberto ao ar livre, não ocupado”. Perry qualifica como áreas verdes, não apenas

parques, praças e bosques, mas também cemitérios, aeroportos, corredores de linha de transmissão de água, estradas, ferrovias, assim como margens de rios ou depósitos abandonados de lixo (Barros, et al. 2003). Toledo & Santos (2008) consideram as áreas verdes como espaços destinados à preservação ou implantação de vegetação (Pina, et al. 2012).

As **Áreas Verdes Urbanas** são consideradas áreas de extrema importância para a qualidade de vida nas cidades. Desde o início do século que as áreas verdes são vistas como os “pulmões da cidade”, essenciais para a higiene e renovação do ar (Loboda, et al. 2005). Estas áreas desempenham o papel de “válvulas reguladoras de escoamento, pela possibilidade de infiltração em meio à massa edificada e ruas pavimentadas”, evidenciando-se aqui a necessidade que o homem tem da vegetação (Monteiro, 1976, p.139).

Quanto ao termo **Cidade Saudável**, este surge pela primeira vez na Conferência de Toronto em 1984, por Leonard Duhl, associado à ideia de uma nova visão para a promoção de saúde, cujo sucesso estaria dependente da criação apriorística de ambientes residenciais e de trabalhos sadios e prósperos. Embora o conceito de cidade saudável, e o conceito homólogo de espaço urbano saudável, possuam significados diferentes para diferentes indivíduos, de diferentes culturas e diferentes cidades, devem ser entendidos como “espaços que procuram proporcionar às suas populações mais saúde e melhor qualidade de vida, permitindo-lhes desenvolver as suas potencialidades”, (Nogueira, 2008), englobando pois os conceitos de qualidade de vida e de bem-estar numa perspetiva de processos dinâmicos. Desta forma, o conceito de cidade saudável pode ser comparado ao conceito de saúde, entendido como uma capacidade funcional e dimensão da qualidade de vida.

Segundo a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, uma cidade saudável assenta nos seguintes critérios (Rede Portuguesa de cidades saudáveis, 1997):

- Aquela que coloca a saúde e o bem-estar dos cidadãos no centro do processo de tomada de decisões;

- Aquela que procura melhorar o bem-estar físico, mental, social e ambiental dos que nela vivem e trabalham;
- Aquela que, não tendo atingido necessariamente um determinado estado de saúde, está consciente de que a promoção da saúde é um processo e como tal trabalha no sentido da sua melhoria.

A OMS define cidade saudável como, “aquela que coloca em prática, de modo contínuo, a melhoria de seu meio ambiente físico e social, utilizando todos os recursos da sua comunidade”. Assim, define três áreas prioritárias de ação:

- * Investir em ambientes que promovam a inclusão social e a literacia em saúde dos cidadãos;
- * Promover uma vida saudável, através de ações que promovam estilos de vida saudáveis, fortalecendo também os sistemas de saúde locais e as redes de parceria destes sistemas;
- * Promover ambientes saudáveis através de projetos de planeamento urbano saudável, apoiando e promovendo a saúde, o bem-estar, a segurança, a interação social e a acessibilidade de todos os cidadãos (OMS, 2003).

O conceito de **Bem-Estar** engloba aspetos do indivíduo, envolvendo a manutenção de uma boa nutrição, exercício, boas relações pessoais e sociais, bem como o controlo do *stress*. Pode ser considerado um tipo de medicina preventiva associada ao estilo de vida de cada um, podendo contemplar programas ou benefícios que são introduzidos para encorajar a aptidão física, na tentativa de reduzir custos de futuros cuidados de saúde. O bem-estar apresenta-se como um estado dinâmico de saúde no qual o indivíduo progride em direção a um nível elevado de funcionalidade, atingindo um equilíbrio ótimo entre o meio interno e externo (Albuquerque, 2005, Médicos de Portugal, 2014).

Smith (1999) define bem-estar como “uma área de estudo em vez de um conceito específico”. É por vezes considerado uma dimensão política da saúde.

A política de saúde representa a interligação entre o estado, a sociedade e o mercado. Esta política assenta nos direitos da cidadania, propondo uma participação ativa dos indivíduos na sociedade política, onde o bem-estar se apresenta como uma dimensão política das condições precárias materiais que se tornam numa emergência para a sociedade. A proteção social desenvolve-se com a conquista de direitos civis, políticos e sociais. A política social representa a atividade que decorre da dinâmica de atuação dos sistemas de proteção social, desenvolvendo estratégias coletivas para reduzir a vulnerabilidade das pessoas aos riscos sociais, promovendo assim a segurança e o bem-estar social. A construção da política de saúde como política social apresenta relações entre os gestores e atores políticos e entre indivíduos e grupos sociais (Fleury, 2007).

1.3. Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho tem como objetivo aprofundar o conhecimento da influência dos espaços verdes urbanos na saúde das populações, procurando perceber de que forma os espaços verdes urbanos transformam o ambiente e são implementados, ajudando ou não à recuperação da saúde e bem-estar mental das populações.

Este estudo foca-se em dois Espaços Verdes Urbanos (EVU) da cidade de Vila Real. A escolha destes EVU justifica-se pela sua importância no contexto urbano em que se integram. Estes EVU são considerados os principais espaços verdes da cidade, com as características mais atrativas para os utilizadores, como o fácil acesso e boa localização; no entanto, com esta escolha, pretende-se também perceber as características dos dois espaços verdes, e perceber o que os torna atrativos ou repulsivos, uma vez que numa primeira visita se percebe a conservação de um espaço e a degradação do outro. Estes EVU correspondem aos lugares com maior percentagem de área verde da cidade, sendo, por isso mesmo, considerados os seus pulmões. Este é um estudo de natureza exploratória-descritiva, que proporciona uma maior aproximação com o problema, tornando-o mais explícito (Gil, 2010; Nascimento, et al. 2011).

O trabalho desenvolvido divide-se em duas partes, sendo a primeira teórica e a segunda prática. A primeira parte do trabalho corresponde ao enquadramento teórico e desenvolve-se em 3 capítulos. No primeiro capítulo definem-se os objetivos do trabalho e os conceitos essenciais para a sua compreensão. No segundo capítulo desenvolve-se o tema dos espaços verdes urbanos, sua evolução e características, explorando-se o estado da arte nesta matéria e a inserção dos espaços verdes nas cidades. Por último, o terceiro capítulo debruça-se sobre a saúde, analisando a contribuição dos espaços verdes urbanos para a saúde das populações, incidindo-se sobretudo nas questões do ambiente saudável, qualidade de vida e planeamento urbano saudável. Esta primeira parte do trabalho efetuou-se com recurso a fontes documentais, nomeadamente consulta de bibliografia já existente. A bibliografia consultada assentou em temas da geografia da saúde, planeamento dos espaços verdes e qualidade de vida das populações, tendo sido analisados diversos artigos, livros e

documentos científicos. Aqui, procurou apresentar-se a evolução do conceito dos espaços verdes, assim como a sua importância nas cidades e para as sociedades.

A pesquisa bibliográfica realizada foi essencial para a progressão e concretização do trabalho, uma vez que permitiu não só realizar alguns dos pontos previamente definidos, como permitiu também definir novos conteúdos a abordar.

A segunda parte do trabalho corresponde à parte prática, ao estudo de caso. Este foi realizado nos dois Espaços Verdes em estudo, procurando caracterizar a população utilizadora e os EVU. Para esta caracterização, optou-se pela utilização de informação primária, recolhida com o auxílio de diferentes instrumentos: uma grelha de observação dos EVU (ANEXO 1, p.111), cujos registos permitiram um melhor conhecimento da estrutura e condições destes espaços. Nesta grelha de observação registaram-se aspetos como: acessibilidade ao parque; apresentação das atividades que se podem realizar; higiene e manutenção; e segurança dos EVU. As informações recolhidas permitiram ainda clarificar os espaços de lazer e redução do *stress* oferecidos pelos EVU.

Foi também realizado um inquérito por questionário (ANEXO 2, p.113), a uma amostra da população utilizadora destes espaços. Deste modo, pretende-se conhecer a utilização, a importância para a população e quais as alterações que poderão tornar estes EVU mais atrativos. Assim, no inquérito é analisada a informação pessoal dos utilizadores; é feita a caracterização da utilização, com recurso a questões relativas ao tempo gasto na deslocação do local de residência ao parque; a altura do dia preferida para a utilização do parque; modo de transporte para o parque e que atividades realizam no parque.

O inquérito procura também recolher informações relativas à saúde mental e bem-estar dos seus utilizadores, através de um conjunto de questões sobre a forma como estes avaliam a sua qualidade de vida; a perceção de bem-estar antes e depois da visita; a avaliação do seu estado de saúde; assim como o número de vezes em que sentiram prazer na realização de tarefas durante o último mês.

Por último, o inquérito procura saber a opinião dos utilizadores relativamente ao espaço verde em que se encontram, através de perguntas como: classificação geral do

espaço; avaliação destes espaços verdes públicos; problemas encontrados no espaço onde estão inseridos; e por último, se recomendam este espaço a familiares ou amigos.

Com este inquérito, pretende-se ficar a conhecer a relação entre os EVU e o bem-estar da população, que importância têm estes espaços para a cidade e para as populações frequentadoras, e de que forma podem estes espaços ser importantes para a melhoria da saúde dos utilizadores e para o equilíbrio do seu bem-estar mental.

A concretização deste trabalho centrou-se na implementação de novos métodos que chamem a atenção para a importância do desenvolvimento destes espaços, tornando-os cada vez mais importantes para a cidade, como reguladores ambientais e de bem-estar.

Para a concretização deste trabalho foram usadas metodologias diversas, utilizando-se várias plataformas de trabalho, como Word, Excel e o Arc Gis.

Como em todos os estudos, este também apresentou algumas limitações. Estas prendem-se principalmente com a pesquisa no local, que foi realizada nas estações de inverno e primavera e, assim, os resultados obtidos não terão em conta a estação de verão, uma vez que estes resultados serão possivelmente alterados, pois a frequência do parque é naturalmente maior no verão, uma vez que as condições atmosféricas são mais favoráveis.

Por outro lado, tornou-se uma forte limitação a pouca afluência de utilizadores ao Parque Florestal, durante o inverno/primavera de 2013/2014, explicada pelas condições atmosféricas particularmente desfavoráveis que caracterizam este período e que limitou o número de inquéritos realizados no Parque Florestal, alterando o objetivo inicial.

Quanto às vantagens deste estudo, a principal prende-se com a proximidade da investigadora aos espaços verdes urbanos em estudo, o que facilita a deslocação e a pesquisa no local. Por outro lado, o fato de ser um tema inovador permite desenvolver o assunto mais livremente, proporcionando novas conclusões sobre a importância destes espaços. Este é também um tema que permite relançar a importância de bons

ambientes nas cidades, tornando-as mais saudáveis, ao mesmo tempo que contribuem para o equilíbrio das populações, quer física quer emocionalmente, contribuindo para a elevação do bem-estar.

CAPÍTULO 2 – ESPAÇOS VERDES URBANOS – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS



Capítulo 2 – Espaços Verdes Urbanos - Evolução e Características

2.1. Estado da Arte: Breve História dos Espaços Verdes Urbanos

Os espaços verdes são ainda hoje um tema científico marcado pela incerteza, sendo por isso difícil perceber em que civilizações e períodos ganharam importância. Todavia, vários relatos e estudos afirmam que os espaços verdes aparecem como parte integrante e importante da sociedade na Antiga Grécia, onde eram encarados como o mundo paradisíaco, os jardins dos deuses. Como refere Fadigas (1993) os espaços verdes compreendem não só os jardins e os parques urbanos, mas também as restantes áreas livres revestidas de vegetação existente nos meios urbanos. Estes são fator determinante para o bem-estar da população residente nas áreas urbanas, sendo cada vez mais objeto de preocupação, quer ao nível legislativo, quer ao nível da implantação nas urbanizações. Tendem a ser uma constante nas áreas urbanas e, em maior ou menor escala, fazem parte da vida quotidiana dos cidadãos. O jardim deverá ser um lugar de sossego, promovendo a qualidade de vida e o contato com a natureza no centro da cidade (Silva, 2007).

Os primeiros relatos sobre espaços verdes remontam para a antiga Grécia, onde apareciam com ligações de carácter mítico-religioso e eram vistos como espaços de descanso (Palha, 2008). A Grécia foi o primeiro país onde surgiram os espaços verdes livres. Espaços livres porque assumem aqui uma função pública, passando a ser frequentados por toda a população e considerados locais de passeio, conversa e lazer.

As áreas verdes que hoje possuímos aparecem como forma de atenuar os efeitos negativos do processo de urbanização, conferindo às cidades melhores condições de habitabilidade. Neste sentido, a cidade de Roma foi o primeiro exemplo documentado dos problemas gerados pelo crescimento excessivo da cidade, atenuados mais tarde com a implementação de áreas verdes no espaço urbano (Palha, 2008). Os espaços verdes são vistos no século XVI como os jardins e parques públicos onde se observa a transformação da natureza, enquadrando-a com o meio urbano, tornando estes

espaços, espaços de espetáculo, devaneio e de visão artística. É ainda neste século que afloram nas cidades europeias os jardins públicos como promotores do equilíbrio da urbanização, tornando os ambientes mais atrativos e saudáveis.

No século XVII, aparecem em Inglaterra os jardins paisagísticos abertos à população. Criaram-se os parques públicos, através dos quais se pretendia destacar a observação da natureza. Estes jardins tiveram origem nas ideias românticas em volta da natureza, e estão marcados no país através dos jardins dos palácios, inseridos nas cidades como forma de amenizar os problemas sociais e ambientais urbanos. Até ao século XVIII, a jardinagem egípcia foi considerada o berço dos jardins ocidentais; tendo como principal função amenizar o calor excessivo das habitações. Por sua vez, a China aparece como o país dos jardins naturalistas, de carácter religioso, que inseriam elementos de cariz natural. Os espaços verdes eram destinados às habitações e ao consumo familiar. A Idade Média é marcada por novas formas de jardinagem, onde se destacam os jardins árabes, jardins internos constituídos por plantas frutíferas e aromáticas, que mais tarde deram origem aos jardins botânicos onde se cultivavam espécies medicinais (Loboda, 2005; De Angelis, 2005). O Renascimento apresenta os jardins franceses e italianos, nos quais a jardinagem era marcada segundo a arquitetura, predominando o refinamento estético, com elementos de ordenamento bem marcados, onde o valor artístico é elevado. O estilo italiano é marcado pelos jardins adaptados à topografia do terreno. Quanto aos jardins franceses, estes têm influência no surgimento de áreas verdes, praças e parques abertos à população (De Angelis, 2000; Loboda, et al. 2005). No século XIX, os espaços verdes assumem função utilitária nas zonas urbanas densamente povoadas, tornando-se fontes de defesa da degradação do meio ambiente. Os espaços verdes assumem-se então como locais de encontro ou passeio público (Loboda, 2005; De Angelis, 2005).

Segundo Edginton (1995) os parques urbanos surgiram no final do século XIX como consequência das modificações sociais e económicas advindas da industrialização, numa época onde houve pela primeira vez uma clara distinção entre trabalho e lazer. É nesta altura que surge a necessidade de melhorar o ambiente urbano através da integração de espaços verdes na cidade (Magalhães, 1992). É também neste século, sob influência

ideológica higienista, que surge a necessidade de conceção de uma rede de espaços verdes que recriassem a natureza no interior da cidade (Ruskin; Magalhães, 1992).

No século XX os espaços verdes são vistos como os pulmões da cidade, estes deveriam apresentar dimensão suficiente para produzir o oxigénio necessário à compensação das atmosferas poluídas.

Associado aos espaços verdes surge o conceito de “*Continuum Naturale*”, onde a paisagem natural aparece no topo das preocupações e das funções urbanas. Segundo este conceito, a paisagem natural deve estar presente na cidade de uma forma contínua, assumindo diversas funções, como lazer, recreio e enquadramento de infraestruturas e edifícios. A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87) de 7 de Abril – Artigo 5, define “*Continuum Naturale*” como um “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território”. Este conceito pretende integrar a paisagem de modo tentacular e contínuo, criando nichos ecológicos diversificados e assumindo formas e funções cada vez mais urbanas, como por exemplo as funções de lazer (Magalhães, 1992). Os espaços verdes presentes no interior e na zona periférica das cidades são “*considerados do ponto de vista sanitário, como pulmões necessários à cidade*” (Homo, 1951; Loboda, et al. 2005).

Segundo TUAN (1980) “foi nos anos 70 que os estudos sobre os espaços verdes se intensificaram no campo científico tentando determinar os problemas humanos com o estado psicológico dos motores que conduzem o comportamento humano” (Silva, et al. 2003). Na relação que se estabelece entre os espaços verdes e os problemas humanos, Thomas (1983) defende que “no seio da sociedade surge uma nova perceção da natureza, que se denomina de natureza poética, surgindo das relações da sociedade com a natureza” (Silva, et al. 2003).

Na China, até hoje considerada a pátria dos jardins naturalistas, destacam-se os jardins de culto religioso. Os espaços verdes são apresentados como uma forma de urbanização e consolidação dos espaços urbanos, nos quais a apreciação da paisagem se assume como a principal relação entre o homem e a natureza (SEGAWA, 1996; Loboda, et al. 2005). As áreas verdes tornaram-se neste país os principais ícones de

defesa do meio ambiente, numa tentativa de travar a degradação dos espaços nos centros urbanos.

Na atualidade, os espaços verdes têm a função de minimizar as tensões da vida cidadina, amenizando problemas sociais e ambientais urbanos. Na sociedade americana, os parques tiveram o papel de reativar valores relacionados com a vida da comunidade, assumindo-se como espaços de encontro, atuando favoravelmente no bem-estar físico e mental dos cidadãos. Os espaços verdes têm assim um papel importante na ligação dos vários espaços diferenciados entre si e na amenização dos ambientes. Desempenham funções culturais, de integração, de enquadramento, de suporte para os peões, jogo, lazer e recreio.

Os espaços verdes assumem hoje diversos significados; são espaços de conservação, socialização e formação de uma consciência ambiental, aliviam os problemas das cidades e tendem a romper a situação cidadina de stress. Granz (1982) afirma que “os parques são concebidos como grandes áreas de prazer e usurpação, são pedaços do campo, com ar fresco, lagos e brincadeiras” (Silva, et al. 2003). São também considerados espaços de conflitos, pois, como Correia (1995) afirma “o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si e esses espaços são reflexo das escolhas de usos promovidos pela sociedade e seus grupos” (Silva, et al. 2003).

Hoje as áreas verdes querem-se dotadas de infraestruturas e equipamentos que ofereçam opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias (Mazzei et al. 2007; Caporusso et al. 2008). Os espaços verdes urbanos destinam-se ao recreio, lazer e convívio de toda a população (CEP, 1978). O interesse cultural dos EVU sintetiza-se na possibilidade de incentivar as pessoas à apreensão e vivência em espaços naturais, com bom ambiente.

2.2. Espaços Verdes e a Cidade

“A harmonia que se respira nas ruas de uma cidade, em que um pináculo se ergue acima do antecedente, em que um átrio abriga outro, em que as torres se sucedem ao longo dos cumes das colinas, atinge um grau sublime a que hoje nada pode comparar-se”.

Ruskin (1965)

As dinâmicas sociais apresentam a sua evolução consoante a forma como as cidades estão hoje organizadas. Os espaços urbanizados estão cada vez mais articulados em lógicas funcionais e simbólicas, e são muito marcados pela cultura. “As cidades são como um organismo que absorve recursos e emite resíduos. Quanto maiores e mais complexas forem as cidades, maior é também a sua dependência relativamente às áreas circundantes e a vulnerabilidade em relação às mudanças à sua volta” (Rogers, 2001; Gonçalves, 2010). A imagem da natureza dentro das cidades é indescritivelmente complexa.

A cidade é um espaço altamente alterado quanto às condições naturais que lhe estão subjacentes. Hoje, o homem organiza o espaço urbano conforme as suas necessidades de sobrevivência e segundo o poder que exerce sobre este espaço, produzindo distúrbios no funcionamento do ambiente natural (Barros; et al., 2003).

A concentração da população em cidades cada vez maiores determinou o surgimento de contrastes que espelham as diferenças sociais e económicas e que se revelam em maus resultados na saúde. A urbanização e a crescente mobilidade das populações traduzem-se em novos problemas de saúde e na globalização das ameaças (Santana, 2005). “A cidade não pode ser vista meramente como um mecanismo físico e uma construção artificial. Esta é envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana” (Robert Ezra Park, 1973; Loboda, et al. 2005). “As cidades e as aglomerações urbanas mais apreciadas são aquelas que proporcionam uma experiência ambiental rica e positiva”

(Nova Carta de Atenas, 2003; Ramos; et al., 2009). A criação de lugares saudáveis é desde cedo uma temática de preocupação social. O espaço urbano saudável interfere diretamente e de maneira diferente com diversos indivíduos, culturas e diferentes cidades (Barton e Tsourou, 2000; Gonçalves, 2012).

Atualmente, os espaços verdes proporcionam às cidades bem-estar ambiental, social e económico. Os benefícios ambientais prendem-se com a atenuação da temperatura da cidade, a regularização do ciclo hidrológico, a redução do nível de ruído, a purificação do ar. Do ponto de vista social, os espaços verdes substituem antigos espaços públicos por locais de relacionamento e encontros sociais, assegurando a qualidade de vida com benefícios diretos na saúde e bem-estar da população. Por sua vez, os benefícios económicos resultam da valorização ambiental, na melhoria dos níveis de saúde dos residentes nas cidades. Por outro lado, o interesse estético, recreativo e histórico dos espaços verdes urbanos aumenta a atratividade das cidades e contribui para a sua promoção enquanto destinos turísticos, gerando receitas e postos de emprego (Fonseca et al. 2010).

Thomas (1983) e Smith (1988) afirmam que “é no seio da sociedade que surge uma nova perceção de natureza, denominada de natureza poética, foi originada pela população cidadina”, surgindo aqui uma nova relação entre a sociedade e a natureza, passando a natureza a ser um elemento fascinante das cidades que proporciona momentos de bem-estar, ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos cidadãos (Silva, et al. 2003).

Entre os séculos XIX e XX, algumas cidades europeias e americanas espelham o caos espacial urbano e os conflitos gerados pelo processo de industrialização. “As cidades incharam, transformaram-se num cenário de degradação e perda acelerada de qualidade de vida. A falta de controlo público das ações no espaço urbano foi um dos motivos para a rápida degradação urbana” (Lins, 1998). Desta forma, houve ao longo dos tempos a necessidade de reinventar cidades mais saudáveis, espaços e lugares de racionalidade; os primeiros modelos destas formas urbanas foram as Cidades Lineares e as Cidades Jardim.

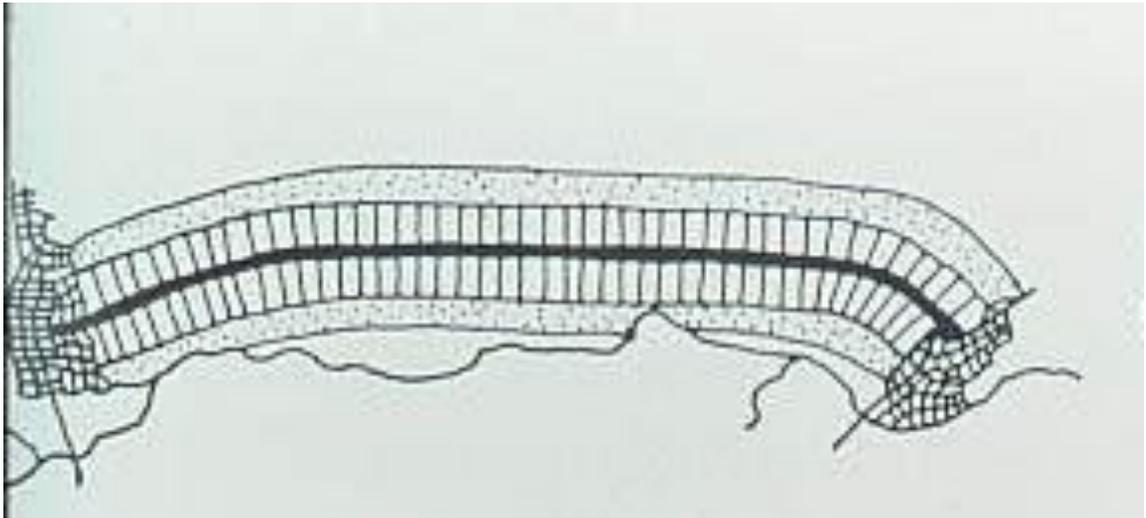
2.2.1. Cidade Linear

A cidade linear foi o primeiro modelo teórico de cidade elaborado nos finais do século XIX pelo espanhol Arturo Soria. Este modelo propõe uma estrutura verde repartida por cinco componentes lineares, paralelas a um eixo central. A Cidade Linear surge com o objetivo de anular o congestionamento das grandes cidades tradicionais que se desenvolvem em torno de um núcleo. Este modelo tinha como principal vantagem a capacidade de admitir uma expansão indefinida, sem que a cidade como um todo fosse perturbadora. Miliutin (1930) afirmava que a cidade linear estava ligada ao sistema de produção industrial. Le Corbusier utilizou este modelo para atingir maior liberdade formal e trabalhar livremente o sistema viário. Por outro lado, Ernst May desenvolveu através deste modelo a relação cidade/indústria. A cidade linear está ligada em muitos aspetos à questão do transporte e da crescente importância do sistema viário no planeamento da cidade ao longo do século XX (Lins, 1998).

O modelo de cidade linear tem como característica mais marcante o desenvolvimento em linha, isto é, apresenta uma via central que funciona como estrutura principal, em torno da qual se desenvolvem ramos secundários. A construção de cidades lineares segue as seguintes características (Lopes, 2012):

- Construção de uma via larga e de comprimento variável, formada por uma rodovia principal e por uma ferrovia;
- Os canais de água, gás e eletricidade estão instalados ao longo das ruas;
- Os edifícios de serviços municipais devem ser localizados com intervalos iguais, consoante a extensão da via principal;
- Em cada lado da via principal estende-se a zona residencial.

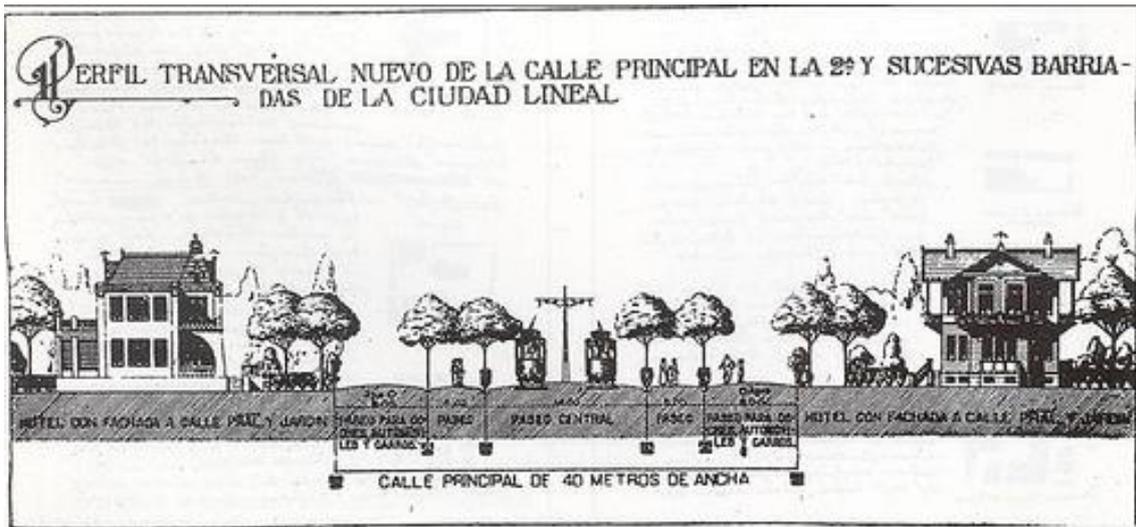
Morfologicamente, esta cidade é composta por uma via central, com largura uniforme, ao longo da qual saem ruas transversais adequadas à natureza e à topografia do terreno (figura 1). Para Soria, a integração da ferrovia nestas ruas constituía um elemento fundamental, era um eixo estruturador, pois ao mesmo tempo que definia a organização do território, era também o principal meio de transporte no interior e entre as diversas cidades (Lins, 1998).



Fonte: Arturo Soria, 1884; Lopes, 2012

Figura 1: Cidade Linear Madrid

Soria definiu que “na cidade linear as casas podem defender-se melhor; nos incêndios provocados pelo lançamento de bombas e pela artilharia de grande alcance... os prédios não contornam um núcleo central, conforme o aspeto apresentado pelos agrupamentos dos nossos dias. Haverá somente filas muito longas de habitações isoladas, que ladeiam avenidas centrais de grande largura... Fora da faixa destinada a edificações, existem campos de cultura, cortinas verdes, bosques, florestas, ... Será evitada a edificação compacta” (Estelita, 1942). Com este modelo de cidade, Soria pretendia não só mudar o modo de vida dos cidadãos mas também, mais profundamente, os modos de pensar. Propõe uma cidade extensível, feita de pequenas casas isoladas, cada uma com a sua horta e o seu jardim (figura 2) (Lins, 1998).



Fonte: Howard, 1985; Lins, 1998

Figura 2: Perfil transversal de uma cidade linear espanhola

“(...) o tipo de cidade quase perfeita será aquela que se estende ao longo de uma única via, com uma largura de 500 metros, e que se estenderá, se necessário de Cádiz a São Petersburgo, de Pequim a Bruxelas”. (Soria, 1882)

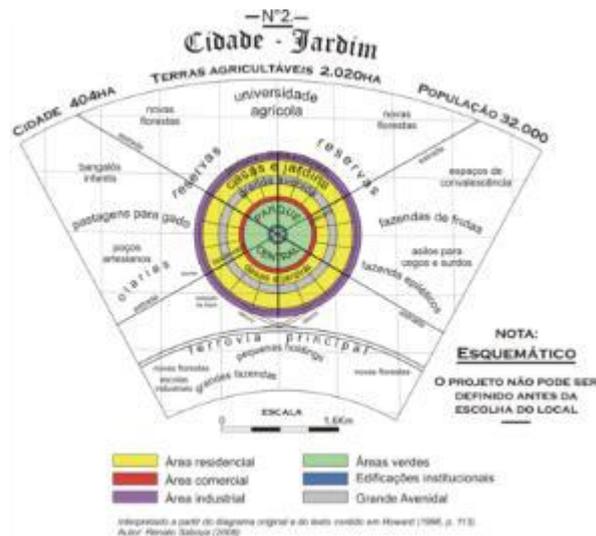
2.2.2. Cidade Jardim

O conceito de cidade jardim aparece no século XIX, através do modelo de Ebenezer Howard, apresentado no livro *To-morrow a Peaceful Path to Real Refor* (1899). Neste modelo pretendia-se diminuir a densidade populacional por metro quadrado, ao mesmo tempo que se tentavam aumentar os espaços verdes urbanos.

Para Howard, a cidade era o espaço de socialização, cooperação e oportunidades; no entanto, esta era demasiado povoada e não apresentava condições nem espaços de lazer, natureza e passeio. Inicialmente, Howard concebeu um mecanismo para criação e manutenção das cidades jardim; estas localizavam-se num terreno em área rural que posteriormente deveria abrigar a cidade. Aqui, seriam os produtores a ditar quais os produtos cultivados, de modo a obter maior rendimento, para se conseguirem

estabelecer nos arredores da cidade jardim, havendo uma competição entre produtores, culturas e modos de produção (Howard, 1996; Lins, 1998).

A cidade jardim deveria ser construída numa área com o total de 2400 hectares; destes, 400 hectares eram destinados à cidade e os restantes às áreas agrícolas. Este esquema é constituído por 6 “bulevares” de 36 metros de largura, que dividem o desenho da cidade em 6 partes iguais, como se pode observar na figura 3.



Fonte: HOWARD, 1985; Hucitec, 1996.

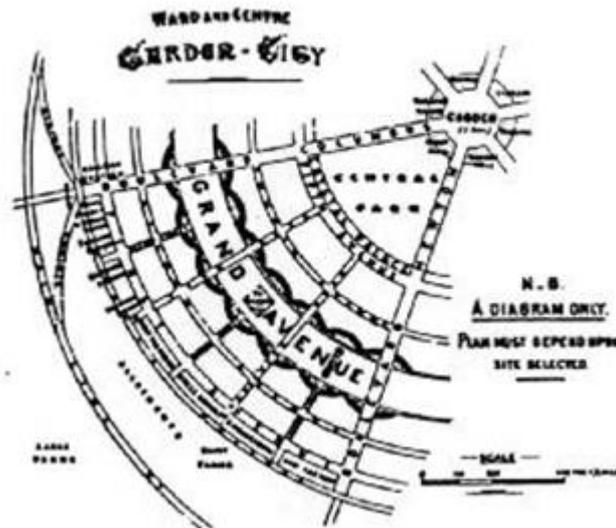
Figura 3 – Diagrama das Cidades Jardim

No centro deste esquema era idealizado o jardim, com cerca de 2,2 hectares. A cidade jardim apresentava-se como uma comunidade autónoma cercada por uma faixa verde entre o campo e a cidade, que procurava aproveitar as vantagens do ambiente verde saudável e diminuir as desvantagens que se observavam nas cidades. O planeamento das cidades jardim surge como forma de assegurar uma combinação perfeita, juntando todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento com a beleza e os prazeres do campo; “... cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (Howard, 1898; Magalhães, 1992).

As cidades jardim destacavam-se como sendo espaços verdes e livres, onde predominavam áreas plantadas com vegetação, como os parques, jardins ou praças verdes. Estas áreas, então entendidas como uma necessidade real para a saúde e o bem-estar das populações, são hoje consideradas uma necessidade quotidiana. Hoje, o jardim quer-se junto à casa e pretende-se o seu uso diário. As cidades jardim representaram o início de novas construções de paisagens, onde as condições naturais fornecem contrapeso às condições artificiais. Estas novas construções eram vistas por Le Corbusier como as principais fontes para revolucionar a cidade, mantendo o sentido da cidade clássica, tentando responder e clarificar os problemas da cidade industrial.

As cidades jardim foram propostas por Howard para serem cidades verticais. As cidades verticais caracterizam-se pelas construções em altura, estas cidades surgem nos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM), através dos quais surge a Carta de Atenas (1933), que provoca uma nova reformulação no modo de organização das cidades. Com esta reformulação, os edifícios passam a resultar de uma combinação vertical e horizontal, ou seja, conjuga-se a ocupação do espaço das habitações com o espaço livre. As habitações são assim construídas verticalmente, em forma de torre; a construção em altura reduzia o espaço ocupado pela edificação e permitia a colocação de jardim em volta das habitações (Le Corbusier, 1945). A verticalidade das habitações permitiu a permeabilidade do espaço verde envolvente, potenciando o convívio dos habitantes e a qualidade do ar local (Davi, 2009). Nas cidades jardim, “...as habitações são colocadas no seu “quadro natural”: horizonte, insolação, verdura”; “...o solo natural é salvaguardado o melhor possível através da separação entre a rede de caminhos de peões e a dos veículos mecânicos” (Le Corbusier, 1946; Gonçalves, 2010).

Claval (2001; p.299) pergunta, “urbanizar não é impor uma hierarquização das decisões com o objetivo de assegurar uma organização mais eficaz, mais justa e mais harmoniosa dos espaços humanizados?”. A paisagem está valorizada por si mesma, deixando de ser uma expressão da vida social, adquire dimensão estética marcando a identidade do grupo; os espaços verdes devem estar presentes junto às residências, de forma a proporcionar maiores oportunidades de visita e usufruto (figura 4) (Debié, 1992; Forêt, 1993).



Fonte: Howard, 1985; Lins, 1998

Figura 4: Diagrama para o centro da cidade jardim

Tanto o modelo da cidade linear como o da cidade jardim apresentavam a mesma preocupação: promover a descentralização urbana e reduzir os contrastes cidade-campo, propondo soluções que passavam pela introdução de faixas de espaços verdes que separavam os tecidos edificados destinados a diferentes usos e impedindo o alastramento contínuo da edificação (Magalhães, 1992). Desta forma, estes modelos de cidade tentaram contribuir para o aumento da qualidade ambiental, para a organização e composição de diferentes espaços morfofuncionais no desenvolvimento das atividades humanas, para a valorização visual do ambiente e para a diversificação da paisagem construída. Milano (1990) refere que às áreas verdes urbanas não deve ser dada apenas uma função evasão, locais de refúgio onde os cidadãos possam escapar à cidade, estas áreas devem também possibilitar à população momentos de lazer e recreação em contato com a natureza (Caporusso et al. 2008).

2.3. Influência dos EVU no Novo Urbanismo

A crescente urbanização e mobilidade das populações traduzem novos problemas de saúde e globalização de ameaças. Este crescimento da urbanização determinou o surgimento de contrastes que espelham as diferenças sociais e económicas em saúde. Mendonça (1994, p.267) refere que “desde o final do século XIX as teorias de urbanização têm-se pautado na criação de jardins e parques urbanos como meio de melhorar a qualidade de vida na cidade” (Barros, et al. 2003). O século XX caracteriza-se por um aumento populacional muito marcado, que reflete a intensa ocupação das áreas pela população, muitas vezes em áreas antes desocupadas. Neste contexto, o planeamento surge como alternativa e resposta aos problemas económicos e sociais que estas novas ocupações apresentaram. Com a industrialização, o planeamento introduz várias mudanças na forma de ocupação do espaço, criando novos movimentos populacionais das áreas rurais para as áreas urbanas. Santos (1997) afirma que “as mudanças que se têm observado na urbanização são quantitativas e qualitativas” (Barros, et al. 2003).

“A cidade é cada vez mais um meio artificial; até ao início dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, mas isso torna-se cada vez mais raro: o meio ambiente urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens” (Santos, 1997, p.42; Barros, et al. 2003).). A urbanização desenfreada e sem regras trouxe enormes repercussões na saúde da população. É sobre a população mais carente que recai a maior parte dos efeitos negativos da urbanização, gerando uma situação de extrema desigualdade e iniquidade ambiental e em saúde (Gouveia, 1999).

Atualmente, a urbanização gera territórios descontínuos e fragmentados, através dos quais emergem novas necessidades em saúde e novas questões de saúde pública, que exigem um novo modelo de planeamento urbano, capaz de apresentar respostas de grande acuidade (Nogueira, 2007; Nogueira, 2008). Santos (1996) refere que com a crescente artificialização da vida humana, o homem vem-se distanciando cada vez mais

da natureza. É com a urbanização que o meio natural é substituído por centros de concentração humana, onde o espaço está organizado para permitir a sobrevivência do homem (Caporusso, et al. 2008). Segundo Santos (1981), as cidades formam uma rugosidade própria no espaço, interferindo na qualidade do ambiente local e regional (Caporusso, et al. 2008).

A crescente urbanização leva ao aparecimento de um movimento denominado “Novo Urbanismo”. O Novo Urbanismo surgiu nos EUA nos anos 1980. Este é inspirado no planeamento urbano das cidades com o objetivo de melhorar o relacionamento entre o homem e a cidade e melhorar a qualidade de vida, num desenvolvimento sustentável. Esta nova urbanização desenvolveu-se associada a uma dinâmica económica que representa importantes concentrações de pessoas, indústrias e redes de transporte, ao mesmo tempo que implica o aumento de consumo de espaço e dos recursos naturais, acompanhada de melhorias ao nível da saúde das populações e mudanças no padrão epidemiológico. Moro (1976, p. 15) refere que “a constante urbanização nos permite assistir, em nossos grandes centros urbanos, a problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza. Assim, podemos observar a substituição de valores atuais por ruídos e que gera entre a obra do homem e a natureza crises ambientais cujos reflexos negativos contribuem para a degeneração do meio ambiente urbano, proporcionando condições nada ideais para a sobrevivência humana” (Loboda, et al. 2005).

O Novo Urbanismo incide no desenho urbano, defendendo o projeto de desenvolver vizinhanças pedestres com funções diversificadas, da habitação ao trabalho. É influenciado por padrões relacionados com os conceitos de Regionalismo e Ambientalismo (Colin, 2010). Assentando nas novas mudanças da industrialização e da urbanização, o Novo Urbanismo representa a qualidade e a melhoria do ambiente urbano, focando-se na revitalização do espaço, tentando desta forma colocar elementos que beneficiem o ambiente urbano no âmbito de o tornar mais saudável e atrativo, tornando-o uma mais-valia na revitalização da qualidade ambiental urbana.

O Novo Urbanismo consagrou-se no congresso para o Novo Urbanismo, através da Carta do Novo Urbanismo, fundada em 1993. Esta carta defende “a reestruturação das

políticas públicas e práticas desenvolvimentistas que sustentem os seguintes princípios: as vizinhanças devem ser diversificadas em uso e população; devem ser projetadas para o pedestre como também para o carro; cidades grandes e pequenas devem ser conformadas por espaços públicos fisicamente definidos e universalmente acessíveis e por instituições de comunidade; os sítios urbanos devem ser moldados pela arquitetura do edifício e da paisagem, que celebram a história local, o clima, a ecologia, e a prática de edifício” (Carta do Novo Urbanismo, 1993).

Este Novo Urbanismo apoia o planeamento regional para áreas livres, promove o desenvolvimento equilibrado, influencia as políticas públicas, o desenho urbano e a arquitetura, depende de um bom planeamento urbano e regional, da qualidade dos projetos locais e do envolvimento das comunidades. No contexto dos EUA, é novo apenas por estabelecer princípios relacionando o espaço regional com o espaço local pelo sistema de transportes, de estimular o parcelamento do solo e organização de áreas residenciais, retomando o conceito das cidades-jardim, e de promover um processo de gestão dos espaços com a participação da comunidade (Carta do Novo Urbanismo, 2007). “O Novo Urbanismo é o que os planeadores urbanos, arquitetos, engenheiros civis, (...), se referem como simplesmente urbanismo. É um processo muito familiar para nós, pelo qual as cidades grandes, pequenas e os bairros têm sido idealizados, planeados e construídos” (Frascati, 2003). Desta forma, o Novo Urbanismo passou a ser compreendido como algo que expressa a vontade de um ambiente melhor por parte das pessoas.

2.4. Papel do Ordenamento do Território no Ambiente Urbano

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Milton Santos (2000)

O Ordenamento do Território tem vindo a tornar-se uma questão fundamental nas políticas sobre o ambiente urbano, que apresentam como principal objetivo “melhorar o desempenho ambiental, a qualidade das zonas urbanas e assegurar um ambiente de vida saudável para os cidadãos urbanos na Europa, reforçando a contribuição ambiental para o desenvolvimento urbano sustentável, tendo simultaneamente em conta as questões económicas e sociais conexas” (CE, 2004). Aqui, inserem-se quatro eixos prioritários, são eles: gestão urbana, transportes, construção e conceção urbana. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais, é onde as pessoas estão e onde as relações entre as pessoas se desenvolvem (Souza, 2010).

A Lei de bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98) estabelece como fins o “aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados” e ainda a “defesa e valorização do património cultural e natural”. Verificamos assim que esta lei considera prioritária a defesa do património cultural e natural, reforçando a ideia de implementar espaços verdes no tecido urbano. Os efeitos dos processos de urbanização são atenuados com as áreas verdes, que conferem às cidades melhores condições de habitabilidade e melhor estética (DGOTDU, 2011).

O ordenamento do território procura o bem-estar social e associa-se frequentemente a critérios económicos, onde as intervenções políticas ao nível do ambiente e do ordenamento do território procuram a eficiência económica. O crescimento urbano pode ser prejudicial para o ambiente físico e social, afetando de

modo negativo a saúde e a qualidade de vida da população (Barton e Tsourou, 2000; Gonçalves, 2012).

Ordenar o território é garantir que a cada uma das suas parcelas seja dada a utilização mais conforme à respetiva vocação; é compatibilizar o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional dos solos. É, pois, necessário que tal compatibilização se faça pela justa composição das partes e não pela predominância de um dos valores em detrimento dos demais (Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1984).

O ordenamento do território deve integrar quatro características básicas, devendo ser democrático, integrado, funcional e adaptativo:

- Democrático – conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos;
- Integrado – assegurando a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global;
- Funcional – deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países;
- Adaptativo – analisando e tomando em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais (Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1984).

O aumento da pressão demográfica ao longo do século XX obrigou à intensificação da exploração dos recursos naturais, efetivada através do uso de técnicas agressivas para o equilíbrio ambiental (Strahler, 1973; Drew, 1983; Pedrosa, 2006). Neste quadro, o ordenamento serve de base a uma estruturação ordenada do espaço antropicamente modificado, procurando minimizar o seu efeito de perturbação do equilíbrio do meio (Almeida, 1988; Pedrosa, 2006).

As áreas verdes desempenham um papel importante na forma urbana, dado que constituem um espaço no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições da natureza. Com o novo urbanismo, os programas da RAN e REN assumem uma importância crescente, já que implementam regras a novas formas de construção, proibindo a construção desenfreada e sem regras para os espaços verdes naturais. Estes programas tornam-se assim instrumentos fundamentais para o ordenamento do território, tentando garantir a “boa condição da sua existência no que respeita à manutenção da capacidade produtiva dos solos e ao adequado desempenho dos sistemas ecológicos indispensáveis à qualidade da vida humana” (Schubart, 1997).

Hoje é necessário adequar o conceito de áreas verdes urbanas, pois o planeamento e o ordenamento urbano precisa atender às necessidades da sociedade, que vive em ambientes cada vez mais artificiais e evitar o declínio da qualidade de vida nas cidades (Caporusso, 2008). Sitte (1992) destaca a importância dos espaços livres na grande massa de edifícios, afirmando que “os espaços verdes são essenciais para a saúde, para o descanso espiritual e para o repouso que as paisagens naturais proporcionam. Sem recorrer à natureza, a natureza seria um calabouço fétido” (Loboda, et al. 2005).

CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS VERDES URBANOS E SAÚDE



Capítulo 3 – Espaços Verdes Urbanos e Saúde

3.1. Espaços Verdes Urbanos e Ambiente saudável

“O ambiente é uma realidade complexa e holística, formada por múltiplas dimensões, onde se destacam a física, a social, a económica e a cultural” Nogueira, 2007.

Enquadrado no processo saúde-doença, o ambiente surge como o local de interação entre os agentes da doença e o hospedeiro humano suscetível (Gouveia, 1999). O ambiente é o contexto em que se vive e ao qual se reconhecem aspetos determinantes para a saúde. Estes decorrem tanto das características intrínsecas do próprio espaço, como das práticas de planeamento que o transformam e que afetam negativa ou positivamente a qualidade de vida e a saúde. O planeamento é então entendido como a chave para a promoção de um ambiente saudável (Barton et al., 2000; Gonçalves, 2012).

Associado à ideia de ambiente saudável surge o termo saúde ambiental. Este pode ser entendido como os “danos que a saúde sofre devido a fatores físicos, químicos e biológicos” (Gouveia, 1999). A OMS define saúde ambiental como “as consequências na saúde da interação entre a população humana e o meio ambiente físico-natural, e o transformado pelo homem, o social” (OMS, 1996). Conclui-se assim que a saúde e o ambiente estão intimamente relacionados. A forma como o ambiente se constrói e desenvolve está dependente do ordenamento do território; este ordenamento representa a procura de melhores soluções no uso do solo e, estando sempre associado a critérios de decisão económica, deve também estar associado a outros critérios que conduzam à promoção do bem-estar (Rawls, 1993; Queirós, 2000).

A saúde das populações está hoje relacionada com os elementos ambientais das cidades, sendo claramente influenciada por ambientes “pobres” ou “ricos”. Variações na saúde das populações, nomeadamente na saúde mental, podem ser associadas à disponibilidade e qualidade dos EVU envolventes. Assim, é necessário desenvolver espaços verdes adequados em qualidade e quantidade, promovendo uma urbanização

de qualidade que pode passar, por exemplo, pelo maior investimento na regeneração de locais degradados dentro das cidades. Vários autores sugerem que o ambiente que envolve a residência é um fator de extrema importância para o equilíbrio mental dos habitantes. Neste contexto, as áreas verdes assumem-se como espaços que propiciam a vida comunitária, ajudando cada um dos seus elementos a manter uma boa saúde mental, sendo cada vez mais indicadas para o restabelecimento da saúde das pessoas e mais aconselhadas para recuperação do bem-estar físico ou psíquico, melhorando a qualidade de vida das populações (Stigsdotter, 2004). O ambiente físico pode, pois, ter influência direta no estado de saúde das populações. Alguns autores consideram que o estado de saúde da população deve ser analisado tendo em conta as características físicas, históricas, culturais e de organização social da comunidade onde reside a população (Santana, 2005). Hoje, sabe-se que existe uma ligação entre o desenvolvimento humano e os custos ambientais de crescimento económico. Espera-se assim que se criem códigos que realcem a importância das relações sociais, protegendo os direitos humanos fundamentais e ambientais (Marques, 1994).

O indivíduo, o grupo e a comunidade devem ser considerados como elementos fundamentais no processo de ordenamento do território e na definição de estratégias de melhoria ambiental, sendo essencial a participação dos cidadãos na transformação da paisagem, dos recursos e das potencialidades (Saraiva, 1998).

3.2. Funções dos Espaços Verdes Urbanos

“Quando uma cidade é construída tomando em conta o meio em que se insere, respeita o espírito do lugar natural!”
Schulz, 1996

Aos EVU estão associados vários benefícios, tais como a sustentabilidade e a qualificação da paisagem urbana, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações (Madureira, 2012). Guzzo (1999) afirma que os elementos naturais que compõem os espaços verdes minimizam os impactos decorrentes da urbanização. As

áreas verdes contribuem para a requalificação da estrutura urbana, dando uma imagem mais atrativa às cidades (Blanc, 2008; Madureira 2012). Vários estudos revelam que a população é sensível à proximidade dos espaços verdes, e que estes contribuem para uma maior perceção de bem-estar das populações locais (Priego et al., 2008; Madureira, 2012). Assim, a introdução de áreas verdes nas cidades representa uma mais-valia a vários níveis; por exemplo, o efeito da vegetação no clima urbano é de grande importância face às alterações e influências negativas que a concentração de poluição provoca (DGOT, 1992). Os EVU devem ser criados com a preocupação de ajudar a melhorar a qualidade de vida e o conforto ambiental, contribuindo para o controlo da qualidade do ar, aumento da humidade relativa e produção de oxigénio, promovendo o bem-estar das populações (Montez, 2010). O estudo dos espaços verdes urbanos é fundamental para se compreender a estrutura, as interações e os benefícios que ocorrem e provêm destes espaços (Sá, 2013).

As áreas verdes desempenham hoje em dia várias funções nos meios urbanos, funções estas que têm acompanhado a própria evolução do conceito (Pardal, 2006). Em meio urbano, os espaços verdes desempenham a função de suporte dos recursos naturais, gerando benefícios determinantes para o desenvolvimento urbano sustentável (James et al., 2009; Dunnett et al., 2002; Sá, 2013). Segundo Sá (2013) as funções das áreas verdes em espaços urbanos podem ser agrupadas em três domínios: ambiental, social e económico.

3.2.1. Função Ambiental

Desenvolve-se sobretudo na promoção da biodiversidade, e é encarada como um valor a proteger, pela importância das funções que promove, como a regularização climática, purificação atmosférica e diminuição dos gastos energéticos (Marques, 2011; Madureira, 2012). As funções ambientais só estão totalmente concretizadas se os espaços estiverem estruturados, ligados e organizados (Montez, 2010).

Dentro desta função ambiental identificam-se outras duas funções, a função identitária e cultural, que relaciona o homem com o ambiente e a função estruturante.

Antunes (2008) referindo-se à função identitária e cultural, afirma que “a paisagem deve ser entendida de um ponto de vista estético e cultural, representando-se como um elemento estruturante dos lugares” (Montez, 2010). A paisagem deve cada vez mais ser entendida como um bem cultural que pode ser economicamente rentável (Montez, 2010). Nesta função é definido um sistema de *continuum naturale* que dê continuidade a elementos naturais, organizados em sistemas de redes mais ou menos contínuos. Aqui os espaços verdes urbanos contribuem para melhorar a qualidade ambiental e promover a ligação entre os diversos espaços verdes com a paisagem envolvente (Sá, 2013).

3.2.2. Função Social

Do ponto de vista social, os EVU são vistos como os espaços de frequente procura de socialização. Freire (2005) afirma que a função social atrai cada vez mais população para os espaços verdes urbanos, que são cada vez mais encarados como locais de relacionamento e encontros sociais (Sá, 2013). A função social dos EVU decorre da sua capacidade em proporcionar às populações urbanas áreas de lazer e socialização, contribuir para a valorização estética e cultural do espaço urbano e permitir o desenvolvimento de ações de caráter educativo e pedagógico (Carvalho, 2009; Sá, 2013), traduzindo-se também em benefícios ao nível da saúde física e psicológica.

Segundo o International Standard Book Number (ISBN) a principal função dos espaços exteriores urbanos sustentáveis é eminentemente social. Tratam-se de espaços destinados às populações, cujo objetivo é conseguir um equilíbrio entre as áreas construídas e as áreas com vegetação, proporcionando ofertas de bem-estar e qualidade de vida às populações (ISBN, 2001).

Na função social destaca-se o recreio ativo e passivo, onde se inclui o jogo e o desporto, (ISBN, 2001). A função social decorre do contacto direto do indivíduo com os espaços verdes.

3.2.3. Função Económica

Swanwick et al. (2003) refere que “os benefícios económicos proporcionados pelos espaços verdes urbanos são muitas vezes negligenciados, sobretudo devido à natureza intangível destes mesmos benefícios” (Sá, 2013). Vários autores afirmam que a utilização bem estruturada dos EVU atrai diversos benefícios económicos para a cidade. Aqui realça-se a importância de ter paisagens atrativas, que aumentem a afluência a estes locais, contribuindo para a sua promoção enquanto destinos turísticos, gerando receitas e postos de emprego (Luttik, 2000; Chiesura, 2004; Fonseca, 2010). Assim, conclui-se que os espaços verdes apresentam uma importância incontestável nos meios urbanos, e devem por isto ser alvo de uma política consistente de defesa e valorização pela gestão municipal.

Os espaços verdes urbanos, interligando vários elementos que contribuem para a satisfação das necessidades humanas (Montez, 2010), estão sempre associados a uma complexidade de funções, usos e benefícios que podem ou não desempenhar. Esta complexidade leva a que o seu planeamento e gestão sejam vistos de um modo cada vez mais integrado, através de abordagens multidisciplinares que garantam o seu potencial ambiental, social e económico, criando áreas verdes nas cidades de forma a diminuir as necessidades ecológicas e socioeconómicas que estas apresentem (Alho, 2005; Sá, 2013).

3.3. Planeamento Urbano Saudável

“O planeamento urbano deve concorrer para dar a todos a oportunidade de desenvolver estilos de vida saudáveis” (Lawlor et al. 2003)

Quando se fala em planeamento das cidades é necessário recuar milhares de anos. Nesta altura o planeamento era centrado na construção de edifícios onde a estética e o simbolismo funcionavam como elementos fulcrais para o planeamento e ordenamento do território (Costa-Lobo, 2007; Santana, 2007). Os primeiros indícios de planeamento verificaram-se quando a sociedade se deparou com a necessidade de reconstruir a cidade, fazendo face ao rápido crescimento desorganizado da urbanização e tentando orientar melhor a utilização do espaço nas construções; tendo aqui o apoio de um “instrumento governamental de orientação económica”. O planeamento dos espaços urbanos ajuda-nos a perceber a atual realidade, a avaliar caminhos e construir referências de futuro, podendo aqui antecipar-se os resultados pretendidos (Guerreiro, 2010).

Ao planeamento das cidades é sempre associada a engenharia urbana, que está cada vez mais presente na construção da saúde das populações, tentando melhorar as condições e o fortalecimento das capacidades dos cidadãos face aos perigos e situações que comprometem a saúde pública (Costa-Lobo, 2007; Santana, 2007). A junção da engenharia urbana ao planeamento das cidades conduz a um novo ordenamento, centrado na melhoria das condições de vida e fortalecimento da saúde dos cidadãos. Este novo ordenamento apresenta resultados com inovações na produção teórica, nas atitudes políticas e nas técnicas utilizadas. Nos últimos anos tem-se assistido a profundas mudanças que conduzem a substituições dos valores dominantes nos campos do planeamento regional e do ordenamento do território; os novos modelos de ordenamento e planeamento destacam novos valores, como competição, crescimento, cidades competitivas, solidariedade territorial, produtividade, capacitações, tempo livre/lazer, consumo, individualismo, preservação (Gaspar, 1995).

A industrialização e a crescente urbanização desordenada, juntamente com a degradação da qualidade de vida, geraram vários problemas de saúde. A ocupação desordenada do solo, o aumento de áreas construídas e o crescimento populacional, associados à redução de espaços verdes urbanos e à poluição atmosférica, têm provocado alterações no microclima das cidades, tais como elevação da temperatura e mudança na direção dos ventos (Clemente, 2009; Stigsdotter, 2004). É na tentativa de anular estes efeitos que surge o planeamento associado aos espaços verdes, através do qual as cidades deverão oferecer melhores condições de vida e promover a saúde dos cidadãos. Um estudo realizado na Suécia refere que o planeamento das cidades é visto cada vez mais como um elemento de promoção da saúde, assumindo os ambientes verdes de alta qualidade um papel fundamental na melhoria da saúde das populações em áreas urbanas (Stigsdotter, 2004).

É hoje sabido que os lugares influenciam os comportamentos individuais, ao mesmo tempo que são também criados pelos indivíduos. Assim, lugares saudáveis geram comportamentos saudáveis e uma população com comportamentos saudáveis cria lugares ainda mais saudáveis (Lawson, 2001; Nogueira, 2007; Nogueira, 2008).

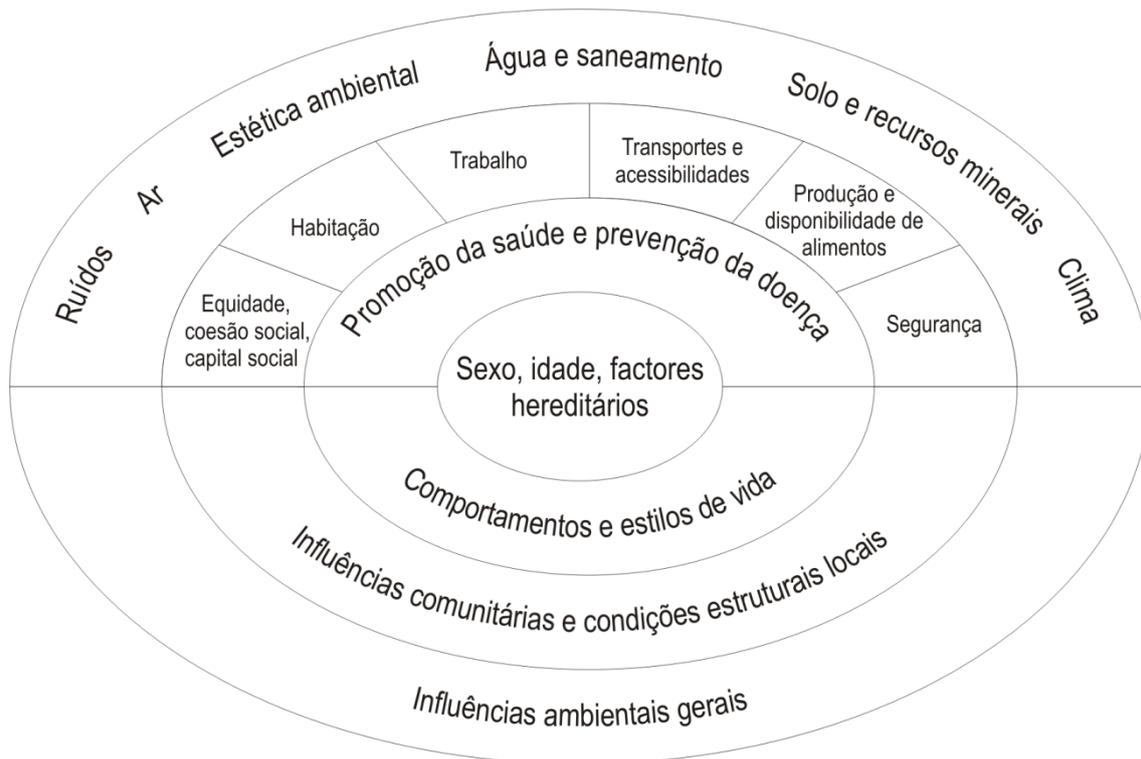
Processos de planeamento urbano que, transformando o território, criem cadeias de efeitos retroativos com impactes positivos na saúde das populações, podem ser englobados sob a designação de planeamento urbano saudável.

O planeamento urbano saudável promove o desenvolvimento social e económico sustentável e ainda a satisfação de necessidades dos indivíduos; a qualidade de vida e o bem-estar físico e mental são então condições básicas para a sustentabilidade dos habitantes das áreas urbanas (Barton et al., 2000; Gonçalves, 2012). Santana (1998) refere que o planeamento urbano saudável parte dos problemas e necessidades das pessoas e procura contribuir para o desenvolvimento sustentável, tentando obter melhores níveis de bem-estar e qualidade de vida. Refira-se que, como sublinham alguns autores, para facilitar o planeamento das cidades é necessário criar e formar profissionais que integrem todos os aspetos do desenvolvimento sustentável (Costa-Lobo, 2007; Santana, 2007).

Correia (1995) afirma “a complexidade da ação dos agentes sociais inclui um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas aos espaços urbanos, diversificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, etc” (Silva, et al.). Nos dias de hoje torna-se fundamental melhorar o espaço físico e social que constitui o lugar. O território não é apenas um espaço onde os grupos se instalam ou organizam, é também o espaço social onde se estabelecem interações sociais que tornam possível a existência e reprodução da vida humana. Um território marcado por fortes contrastes sociais, económicos e demográficos terá fortes iniquidades em saúde (Santana, 2005).

A Carta de Atenas aparece na nova forma de planeamento com quatro funções básicas: habitação, trabalho, diversão e circulação. Esta Carta propunha que cada indivíduo tivesse acesso às diversas qualidades da cidade, sublinhando que as cidades devem resultar da combinação de distintas forças sociais e de ações dos principais representantes da vida cívica (Cutrim, 2011). Desta forma, a Carta de Atenas, em conjunto com as novas formas de arquitetura, constituem dois elementos fundamentais de inspiração e orientação para a construção de espaços mais qualificados, evitando a segregação social e equilibrando as áreas residenciais das cidades, tentando eliminar as diferenças entre os bairros ricos e os bairros pobres (Costa-Lobo, 2007; Santana, 2007). O planeamento das cidades, a engenharia urbana e a moderna arquitetura, em conjunto, devem concorrer para o desenvolvimento de práticas que ofereçam condições de vida mais saudáveis e uma boa saúde pública (Cutrim, 2011).

Por outro lado, “a falta de planeamento na orientação das cidades gera ambientes com elevados níveis de degradação (...) o desinteresse político na criação de ambientes saudáveis leva ao declínio da qualidade de vida no ambiente urbano” (Mendonça, 1994; Caporusso et al. 2008). O planeamento de espaços urbanos saudáveis é feito consoante um conjunto de variáveis que devem estar presentes e interligadas no espaço urbano. Desta forma, apresenta-se na figura 5 as variáveis mais importantes na construção de ambientes saudáveis.



Fonte: Nogueira, Helena, Os lugares e a saúde, 2008, p.72

Figura 5 - Determinantes da saúde e o planeamento urbano

A figura mostra-nos as determinantes que mais influenciam a saúde e o planeamento, sendo este considerado uma mais-valia na melhoria da saúde das populações. Esta figura apresenta os três níveis principais de relações fundamentais entre o planeamento urbano e a saúde. O primeiro destes níveis corresponde aos **fatores individuais e de grupo**, incluindo-se neste os comportamentos e estilos de vida. A este nível, o processo de planeamento poderá incidir sobretudo na criação de ambientes que promovam a saúde e previnam a doença. A promoção de estilos de vida mais saudáveis implica a melhoria do ambiente local; por exemplo, a disponibilidade e segurança de espaços apropriados à realização de atividades físicas e desportivas (desde simples passeios, propiciadores de caminhadas, até ciclovias) poderá propiciar uma maior prática de exercício físico, com impactos positivos na saúde das populações (Nogueira, 2008).

O segundo nível assenta nas **influências comunitárias e condições estruturais locais - funcionamento coletivo e condições socio-materiais**, englobando-se aqui as oportunidades sociais, a equidade, os recursos disponíveis na comunidade e a segurança. O planeamento deve criar oportunidades de estruturação de redes sociais e de parentesco, incrementando uma vida social rica e diversificada. Thomson (2003) refere que para a melhoria da saúde parece importante o efeito do convívio e da interação social. A segurança e o sentimento de segurança devem também ser promovidos, uma vez que vários autores apontam para uma relação forte entre estes e a saúde da população (Nogueira, 2007;). A disponibilidade de recursos locais diversificados e de qualidade, englobando-se aqui o transporte, a habitação, o comércio alimentar, entre outros, são também fundamentais à saúde da população. Diminuir os níveis de privação material, social e cultural, e aumentar a equidade entre grupos e indivíduos, disponibilizando a todos um conjunto de oportunidades e facilidades, pode revelar-se fundamental na melhoria dos níveis de saúde. Neste sentido, Nogueira (2007) refere que o planeamento urbano afeta as oportunidades de escolha e a coesão das comunidades e, neste sentido, podendo não criar comunidades, afeta as oportunidades de escolha e coesão das comunidades existentes.

Por último, apresenta-se o nível correspondente às **influências ambientais gerais**, que engloba a promoção da qualidade atmosférica, o controlo dos níveis de ruído, a estética global, de modo a tornar o ambiente mais agradável e atrativo (Nogueira, 2008). Segundo Douglas (1989), o planeamento urbano deve impor limites e critérios de qualidade, ao nível, por exemplo, da captação das águas, tratamento e proteção. Barton e Tsourou, (2000) referem que ruídos excessivos e lugares inestéticos aumentam os níveis de “stress” e diminuem o bem-estar e a saúde dos indivíduos.

Os três níveis mencionados funcionam em interação e podem resultar na promoção da saúde e prevenção da doença, através de um (novo) urbanismo e de (novos) processos de planeamento que promovam melhores condições de vida, individuais e coletivas. Do modelo, depreende-se que as variações em saúde são de causalidade complexa, resultando de determinantes que atuam em diferentes níveis. Depreende-se ainda que é possível atuar sobre as determinantes atuando nos lugares,

o que sublinha a importância dos processos de planeamento para a melhoria da saúde das populações (Nogueira, 2008).

Importa ainda referir que o planeamento territorial pode evitar o desenvolvimento de doenças, controlando a ocupação de áreas inadequadas e criando uma estrutura ambiental saudável, tornando mais eficaz a ação da saúde pública, instalando equipamentos e serviços que sejam condizentes com as realidades territoriais (Bortolozzi, 2009). O planeamento urbano saudável deve estar presente nas políticas de ambiente e ser fator chave na promoção de uma cidade saudável, promovendo as necessidades dos indivíduos e contribuindo para o desenvolvimento social e económico sustentável (Barton et al., 2000).

O planeamento urbano saudável assume carácter fortemente intersectorial, integrado e interdisciplinar, assentando em critérios de exequibilidade e equidade. Neste contexto, o território atende às necessidades de todas as populações, sendo transformado de modo a promover a saúde de todos os indivíduos (Nogueira, 2007; Nogueira, 2008).

3.4. Qualidade de Vida

O conceito “qualidade de vida” é utilizado em duas vertentes, na linguagem quotidiana e no contexto da pesquisa científica. Campbell (1976, p. 558) fala da qualidade de vida como *“uma vaga e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é”* (Seidl, et al. 2004).

A qualidade de vida urbana está diretamente relacionada com fatores de desenvolvimento económico-social. A relação entre a saúde e o rendimento individual reflete-se em diferenças significativas na qualidade de vida dos cidadãos (Marques, et al. 2007). A pobreza e os baixos rendimentos afetam negativamente a saúde humana e, por consequência, afetam também a qualidade de vida, diminuindo a quantidade e a qualidade dos bens que se podem consumir (Nogueira, 2008). Assim, a qualidade de vida depende do estatuto socioeconómico dos indivíduos, sendo tendencialmente maior quanto mais elevado for aquele estatuto. Todavia, depende também de outros fatores, que vão para além do poder económico e da posição na hierarquia social, e que estão relacionados com o espaço físico e social da cada indivíduo, como por exemplo, a qualidade das relações sociais ou a qualidade do ambiente construído da área de residência. Estes fatores designam-se usualmente por determinantes na saúde.

A saúde tem sempre repercussões na qualidade de vida.

Por este motivo, a OMS refere que a saúde é uma das dimensões da qualidade de vida, e define-a como a *“coincidência entre a vida real e as expectativas do indivíduo”*. O indivíduo deve estar apto para realizar as suas aspirações, satisfazer as necessidades e adaptar-se ao meio, tentando atingir um estado completo de bem-estar físico, mental e social (Carta de Ottawa, OMS, 1986). Gaspar (2007) refere que saúde e qualidade de vida dos habitantes só estão asseguradas se a sociedade não estiver doente, atribuindo particular importância ao coletivo – grupo, comunidade, sociedade – na determinação da saúde e qualidade de vida de cada indivíduo (Calmeiro, et al. 2004).

Qualidade de vida e EVU apresentam uma relação complexa. EVU acessíveis a toda a população podem apresentar repercussões positivas na qualidade de vida dos indivíduos, uma vez que estes espaços, menos artificializados que os meios envolventes, propiciam lugares de evasão e escape (Castro, 2012), podendo aliviar as dificuldades da vida, ao mesmo tempo que reforçam as oportunidades para desenvolver vidas saudáveis, como oportunidades de socialização e de prática de atividade física, entre outros. Brito (1997) conclui que a atividade física moderada reduz a ansiedade, e tem efeitos benéficos sobre as perturbações do humor, reduzindo os níveis de stress e melhorando o estado emocional (Calmeiro, et al. 2004).

Outro mecanismo que liga os EVU à melhoria da qualidade de vida das populações passa pelo seu papel no equilíbrio ecológico do meio urbano, melhorando a qualidade do ambiente onde estão inseridos e, desta forma, melhorando também a qualidade de vida urbana. Odum (1971) considera que a presença de um ecossistema natural dentro das cidades contribui para a saúde pública e aumenta a qualidade de vida dos cidadãos (Perehouskei et al., 2012). O ambiente constitui-se no elemento imprescindível para o bem-estar da população, tendo influência direta na saúde física e mental dos indivíduos (Loboda, 2005, p.20).

Pode-se concluir que a qualidade de vida e o bem-estar da população estão dependentes de um conjunto diverso de variáveis, algumas das quais inequivocamente relacionadas com os EVU.

“Aumentar a quantidade e a qualidade do espaço verde nas cidades, tornando o espaço urbano simultaneamente compacto e verde, será então um caminho para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, tanto pelo aumento da disponibilidade de espaços de recreio e lazer, como pela influência a nível microclimático e redução dos níveis de poluição” (Lloyd-Jones, 2004; Gonçalves, 2010).

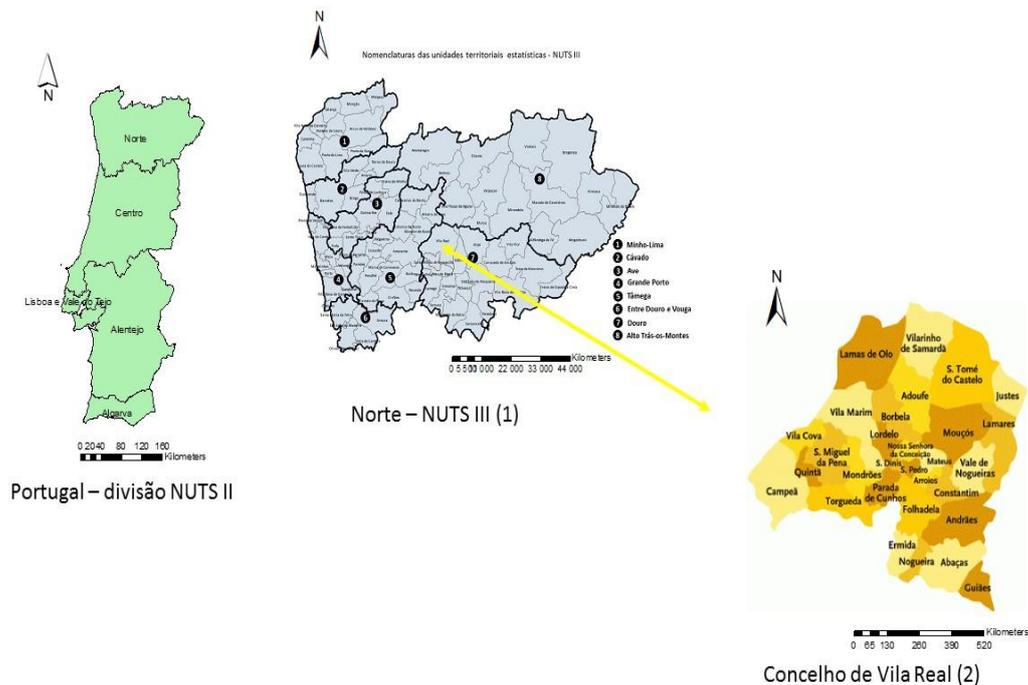
CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: EVU DE VILA REAL



Capítulo 4 – Estudo de Caso: EVU de Vila Real

4.1. Caracterização da Cidade e da População Residente

A cidade de Vila Real localiza-se no Norte de Portugal, na margem direita do Rio Corgo. Está situada a cerca de 450 metros de altitude e é rodeada pelas serras do Marão e do Alvão. Pertence à NUT III Douro, é sede de concelho e capital de distrito. É considerada uma cidade de média dimensão (Diniz et al., 2003).



Fonte: (1) CCDR-N; (2) Câmara Municipal de Vila Real

Figura 6 - Localização da cidade de Vila Real

O concelho de Vila Real é marcadamente rural, caracterizado por dois tipos de paisagem: as zonas montanhosas, e as zonas aplanadas pelas linhas de água. As zonas montanhosas são constituídas pelas serras do Marão e do Alvão; estas áreas são caracterizadas pela agricultura de montanha, assente na produção extensiva de gado,

na policultura de autoconsumo a Norte e na monocultura da vinha a Sul (Câmara Municipal de Vila Real). É também importante para a cidade a proximidade ao Parque Natural do Alvão, que se reparte entre os concelhos de Vila Real e Mondim de Basto. Neste, destacam-se as atrações naturais, como as quedas de água, e as construções tradicionais, mas também as tradições e o artesanato (Nicho Verde, 2014).

Quanto às linhas de água, na cidade destacam-se os rios Corgo e Cabril, sendo que para este trabalho apenas interessa o rio Corgo, que atravessa a cidade num pequeno e profundo vale, originando uma paisagem belíssima. É nas margens deste rio que a cidade de Vila Real se ergue a 450 metros de altitude (Diniz et al., 2003). O rio Corgo é um dos afluentes do rio Douro; tem no seu trajeto a cidade de Vila Real, onde recebe como afluente o rio Cabril.

Fazendo uma breve referência histórica, Vila Real apresenta indícios de povoamento desde os romanos. Os tempos durante as invasões bárbaras e muçulmanas levaram a região a um despovoamento gradual até ao século XII, situação que viria a inverter-se apenas no século XVII. Nesta altura, a região começa a ganhar população transformando-se ao longo dos anos na cidade que é hoje. A localização privilegiada entre o litoral e o interior do país, com ligações ao Porto, Chaves e Bragança, permitiu à cidade um crescimento sustentado. Considerada a povoação mais importante em Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real viu reconhecido o seu peso económico, demográfico e administrativo, na década de 20 do século XVII com a criação da Diocese e com a elevação de Vila Real a cidade (Câmara Municipal de Vila Real).

Demograficamente o concelho de Vila Real apresenta população residente de 51 850 habitantes, distribuídos por 30 freguesias, para uma área total de 378.8 km² e densidade populacional de 136.9 hab/km² (INE, 2011). Ao longo dos anos, a população deste município tem aumentado, embora seja possível observar períodos de diminuição (figura 7); em 1960 a sua população residente era de 47 000 indivíduos, em 2011 esta população cifrava-se em 52 000 habitantes, uma variação de 10.6% (INE, 2011).

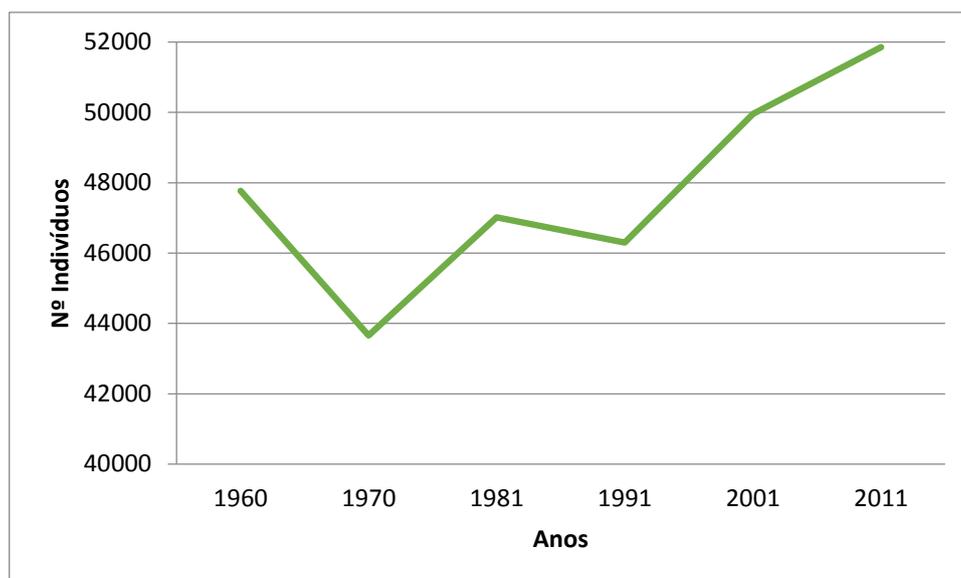


Figura 7 - Evolução da população residente Vila Real

No entanto, a população residente não tem aumentado de forma contínua, tendo mesmo diminuído entre 1960 e 1970. Os indicadores relativos à sub-região do Douro revelam perda de população desde 1960 até 2011, perda esta particularmente acentuada entre 1960 e 1981. Vila Real, sendo sede de concelho e a cidade mais importante da sub-região, contraria a tendência observada na sub-região Douro (tabela 1). Por outro lado, também o Norte do país mostra uma evolução muito positiva da população residente entre 1960 e 2011, verificando-se especial crescimento entre os anos 1960 e 1981 (tabela 1). No entanto, entre 2001 e 2011, Vila Real supera a dinâmica evidenciada pela Região Norte, dado que apresenta uma variação positiva de 0.06%, enquanto no concelho de Vila Real se observa uma variação de 3.8%. Esta variação é decorrente da mobilidade populacional, nomeadamente da entrada de população no concelho, e não do saldo fisiológico, dado que a taxa de natalidade era de 8.7‰ e a taxa de mortalidade de 8.9‰ (Censos, 2011), sendo o saldo fisiológico negativo.

Por outro lado, alguns números parecem comprovar que esta variação é decorrente da mobilidade populacional: à data dos censos de 2011, cerca de 2.3% da população residente na região Norte indicou mudança de residência nos últimos 5 anos, e 10% referiu mudança de residência no último ano. Estas alterações traduzem o efeito

de atração da região, que se situa ligeiramente acima da taxa de atração do país, 2.0%. Em 2011 a sub-região Douro é uma das mais atrativas da região Norte, com uma taxa de atração aproximadamente de 5%. Por taxa de atração entende-se “relação entre a população residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou noutro país e a população residente na unidade territorial, expressa em percentagem” (INE, 2011).

Zona geográfica	Anos			
	1960	1981	2001	2011
Portugal	8889392	9833014	10356117	10562178
Continente	8292500	9336760	9869343	10047621
Norte	3040516	3410099	3687293	3689682
Douro	314291	261562	221853	205902
Vila Real	47773	47020	49957	51850
Fonte: PORDATA; INE				

Tabela 1 – População Residente segundo os censos

Em 2011, o concelho de Vila Real apresenta um total de 19 196 famílias clássicas, nas quais o maior número de indivíduos se encontra entre os 25 e os 64 anos. A média de idades centra-se assim nos 41 anos. Relativamente ao Índice de Envelhecimento o concelho apresenta um valor de 121.1, ligeiramente inferior ao do país, que se encontra no valor de 130.6 (INE, 2011).

É importante ainda salientar que neste concelho, a população ativa é representada por 24 130 indivíduos e a população desempregada 2661 indivíduos. A taxa de desemprego representa 11.03% dos indivíduos.

Para o contínuo desenvolvimento do concelho são apresentadas grandes linhas de orientação, definidas no Plano Diretor Municipal aprovado a 4 de Março de 2003, que visam o desenvolvimento e valorização do tecido urbano. Inclui-se aqui o projeto do Parque do Corgo implementado em Maio de 2003, que apresentou como objetivo primário proporcionar valorização ambiental e melhorar a qualidade de vida das populações (Câmara Municipal de Vila Real).

Atualmente, a cidade de Vila Real vive uma fase de crescente desenvolvimento a nível industrial, cultural, comercial e de serviços, com relevo para a saúde, o ensino e o turismo. Saraiva (1999) refere “assiste-se a um efetivo e inteligente esforço para sublinhar os aspetos culturais e urbanos de um processo de desenvolvimento em curso” (Câmara Municipal de Vila Real, 2014).

4.2. Caracterização dos EVU em Estudo

Realçada a importância que as áreas verdes assumem no tecido urbano, a caracterização destes espaços verdes tem como finalidade analisar e quantificar o seu valor e significado para o meio onde estão inseridos. Neste estudo são analisados os dois principais EVU da cidade, considerados os seus pulmões e onde é possível estar em contato com a natureza num ambiente natural e saudável.

4.2.1. Parque do Corgo

O Parque do Corgo localiza-se nas margens do rio Corgo, tem cerca de 330 000 m², oferece aos visitantes a oportunidade de desfrutar de um espaço amplo e agradável totalmente natural (figura 8).

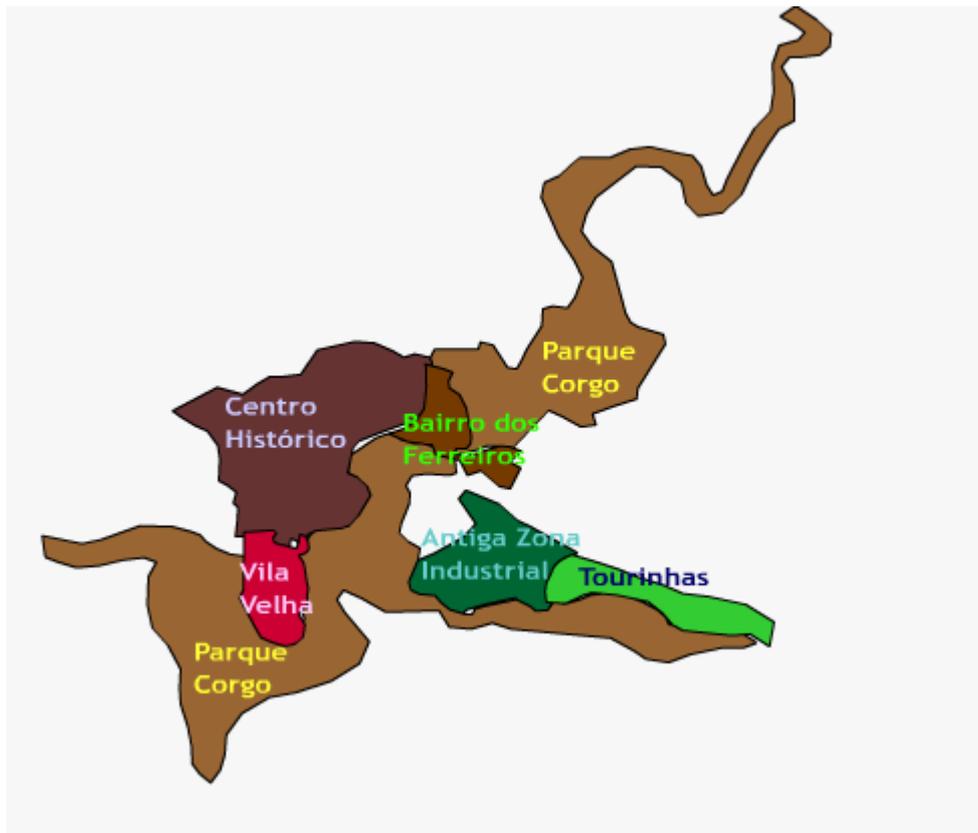


Fonte: Google maps

Figura 8 - Planta de localização do Parque do Corgo

Este parque, que surge com o apoio do programa POLIS, representa uma iniciativa de âmbito municipal, que tinha como principal objetivo ligar o Parque Florestal a um espaço verde urbano (Câmara Municipal de Vila Real).

Para a concretização deste projeto, foi formulado um Plano de Pormenor para a cidade, apresentado publicamente pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) no início de 2003. Este plano de pormenor aborda 6 zonas da cidade (figura 9); no entanto, para o trabalho apenas importa a informação relativa ao projeto do Parque do Corgo.



Fonte: <httpwww.cm-vilareal.ptplanos-de-pormenor.html>

Figura 9 - Planos de Pormenor Vila Real

O Plano de Pormenor do Parque do Corgo define com detalhe a forma e ordenamento do espaço público, assim como as regras de gestão urbanística a aplicar. Define ainda as ações de construção, reestruturação e reabilitação, alteração de uso e operações urbanísticas. Este plano apresenta como principal objetivo a requalificação urbanística e ambiental da área dos vales dos rios Corgo e Cabril, para este trabalho apenas interessa o rio Corgo (Câmara Municipal de Vila Real).

Pela sua dimensão e pelo amplo espaço natural de que dispõe, é hoje o espaço verde mais importante da cidade, sendo mesmo considerado o ex-libris da cidade. Este parque aproveitou os declives acentuados dos terrenos para se implementar, mostrando assim uma beleza natural (Azevedo, 2012; Câmara Municipal de Vila Real, 2014).

Segundo Carlos Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vila Real, o Parque do Corgo “apresenta todas as condições para ser aproveitado pelos cidadãos, desde logo pelas múltiplas funções que lhe estão associadas; este espaço faz o interface entre o interior e a periferia da cidade”.

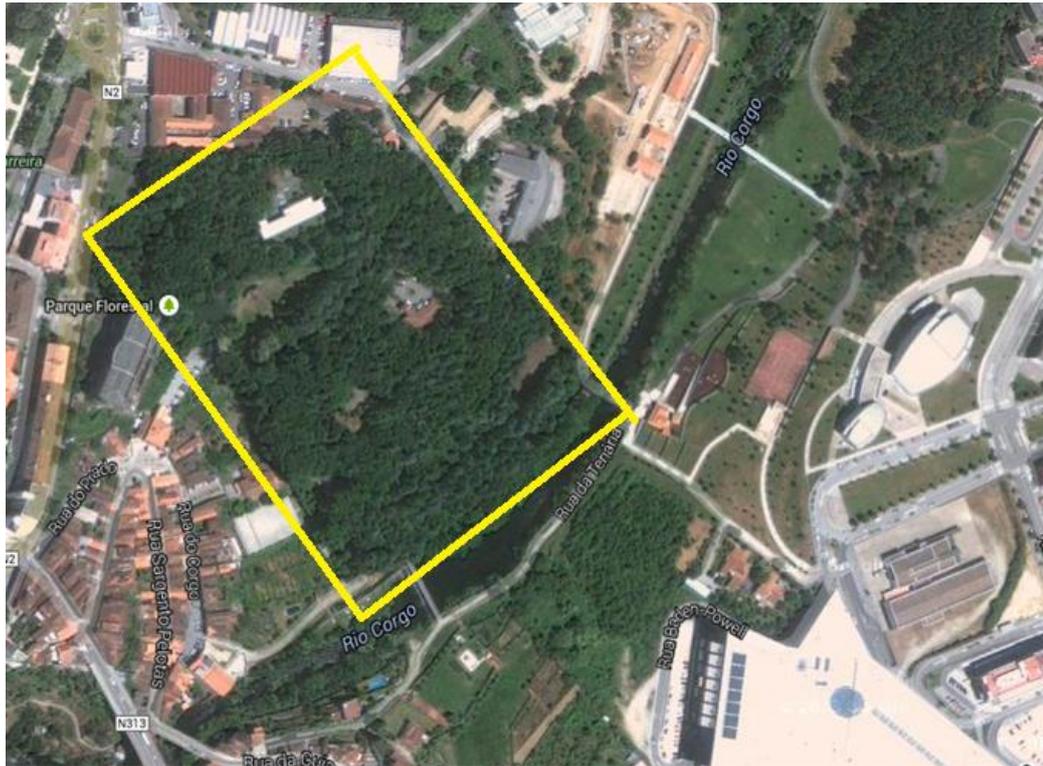
Atrai visitantes pelas condições que apresenta e pelas diversas atividades que se podem realizar, como desde simples passeios, desfrutar da paisagem, até à realização de atividades físicas. Este espaço verde dá ainda a oportunidade de estar perto da natureza, ao mesmo tempo que cria um ambiente natural em plena cidade. Como atrações, além do amplo espaço verde, o parque apresenta vários equipamentos, e ainda a possibilidade de ver antigos moinhos recuperados (Azevedo, 2012). Estes equipamentos vão desde os desportivos, destinados à prática de atividades físicas, aos equipamentos de lazer, como o café ou os simples bancos para desfrutar da paisagem.

Carlos Silva refere ainda que “o Parque do Corgo foi feito a pensar num estilo de vida mais saudável, implementando as infraestruturas necessárias e projetando o parque para que apenas a permanência no espaço melhore a qualidade de vida das populações”.

4.2.2. Parque Florestal

O Parque Florestal de Vila Real foi construído nos anos 60, tem cerca de 38 000 m². É totalmente cercado por um muro, limitado por habitações, pelo rio e por uma escola (figura 10). Pertence ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Atualmente é gerido em conjunto pelo ICNF e pela Câmara municipal, através de um protocolo já com 10 anos de existência, e que se encontra atualmente em processo de renovação.

Neste protocolo estão declaradas as bases de manutenção das infraestruturas, o tratamento do arvoredo, ordenamento do trânsito, maximização das infraestruturas existentes, entre outras, tentando sempre manter as características originais do parque.



Fonte: Google Maps

Figura 10 - Localização do Parque Florestal

Neste parque está instalado um circuito de manutenção que convida à prática de hábitos saudáveis. Apresenta diversos equipamentos disponíveis à população, como equipamentos polidesportivos, parque de diversões, espaços de merendas e de lazer. Dentro deste parque encontramos as instalações da Direção Geral das Florestas do Norte e do Serviço de Proteção do Ambiente e da Natureza (SEPNA) da GNR.

Nas últimas décadas, o Parque Florestal passou por várias fases de reabilitação; no entanto, e até agora, nenhuma apresentou resultados favoráveis. Atualmente o parque encontra-se num elevado estado de degradação devido aos atos de vandalismo de que é alvo, mas também ao desinteresse da autarquia.

Miguel Esteves (2005), Vereador do pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Vila Real afirmou “o Parque Florestal sofreu um processo de degradação acentuado nos últimos dez anos. Os atos de vandalismo, a falta de luminosidade e a utilização por

parte de toxicodependentes levaram a população a deixar de procurar o parque". Refere ainda "acreditamos que este espaço passará a ser utilizado por muitas mais pessoas e que servirá de alternativa aos caminheiros de Vila Real, que poderão deixar de percorrer o circuito da cidade".

Os dois parques em estudo apresentam uma particularidade. Estão ligados fisicamente, havendo passagem direta de um parque para outro, como se pode ver na imagem seguinte, onde está representado o Parque do Corgo a laranja, o Parque Florestal a amarelo (figura 11). O Parque Florestal foi desde sempre considerado o pulmão da cidade, título que perdeu com a construção do Parque do Corgo.



Fonte: Google maps

Figura 11 - Ligação dos dois EVU

Esta área da cidade onde se encontram os dois EVU assume papel primordial na vida das populações residentes, havendo hoje uma clara relação entre os EVU e as escolhas da população. No futuro, segundo Carlos Silva, "os novos projetos do Parque Florestal e

do Parque do Corgo prendem-se com a ampliação e melhoramento destes EVU. Está para breve a implementação de novos projetos, como a instalação de iluminação no Parque Florestal, que representa um elemento urgente, e a ampliação do Parque do Corgo para montante com a ligação a hortas urbanas, e para jusante através da criação de trilhos pedestres ao longo do vale do rio Corgo”. Nestes novos projetos é tida sempre em conta a interligação do Parque Florestal com o Parque do Corgo.

4.3. Recolha de Dados

A realização da parte prática do trabalho corresponde a um estudo descritivo, através do qual se pretendeu obter informações sobre os utilizadores e os EVU em estudo. Para este estudo foram levantadas informações com o propósito de compreender o comportamento da população utilizadora dos parques verdes.

Como instrumentos de pesquisa, recorreu-se a uma grelha de observação (em anexo) e à realização de um inquérito (em anexo) nos EVU em estudo. A grelha de observação tem particular importância para o conhecimento das características dos espaços verdes. Esta grelha está dividida em 5 temas, sendo que dentro destes se pretende obter conhecimento das condições de acessibilidade, atividades que se podem realizar, condições de higiene, segurança e atividades de lazer / redução de stress. Quanto ao inquérito realizado, foi construído com recurso a vários exemplares cujo tema é semelhante. Este inquérito tem como principal objetivo dar a conhecer as características dos utilizadores dos EVU. Dividido em três grandes partes, pretende-se conseguir informação sobre o utilizador, o tipo de utilização que faz dos EVU e, por último, caracterizar a saúde mental dos utilizadores.

Inicialmente, a amostragem definida para a realização dos inquéritos foi de 50 indivíduos em cada parque. No entanto, com o avançar do estudo, este número foi alterado no caso do Parque Florestal, uma vez que as elevadas dificuldades em obter respostas condicionaram o número de inquéritos a realizar. Nas respostas aos inquéritos foram considerados utilizadores dos EVU, tanto transeuntes como utilizadores regulares.

O período de concretização destes inquéritos realizou-se entre Março e Maio de 2014, uma vez que melhores condições meteorológicas pressupõem mais afluência ao local, com horários definidos entre as 10h e as 13h e as 14h30 e as 18h em dias escolhidos aleatoriamente. Este horário foi definido como tentativa de mostrar de uma forma mais abrangente as características dos utilizadores dos EVU.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Capítulo 5 – Apresentação e Discussão dos Resultados Obtidos

Este capítulo centra-se na apresentação e discussão dos resultados obtidos durante a investigação do trabalho de campo. Está organizado em vários pontos, pontos estes que se pretende que respondam aos objetivos traçados inicialmente, mas também que abarquem da melhor forma a informação referente aos EVU em estudo.

5.1. Análise das Grelhas de Observação

5.1.1. Acessibilidade aos Parques Verdes Urbanos

A acessibilidade aos parques faz-se de diversas formas (a pé, de veículo próprio ou transporte público). Esta componente representa um fator importante, pois um espaço inacessível é, conseqüentemente, um lugar de pouca afluência. A boa ou má acessibilidade pode ser traduzida em vários parâmetros, como o estacionamento perto do local, ou o acesso fácil a pé, sendo estes muito importantes na ponderação da visita aos EVU. Assim, na tabela 2, podemos observar que os EVU em estudo estão bem localizados. O acesso a estes espaços é fácil, ao mesmo tempo que são abrangidos por paragens de transportes públicos, facilitando o acesso a todos os indivíduos.

Acessibilidade	Parque Florestal		Parque do Corgo	
	Sim	Não	Sim	Não
Acesso fácil ao parque	●		●	
Estradas à volta muito movimentadas		●		●
Estacionamento no local	●		●	
Paragens autocarro próximas	●		●	
Uso de bicicleta permitido	●		●	
Acesso fácil a pé	●		●	

Tabela 2 – Acessibilidade aos EVU

5.1.2. Atividades Possíveis de Realizar

Observando a tabela 3, onde estão representadas as atividades que se podem realizar nos dois parques, verifica-se que o Parque do Corgo apresenta características que o tornam mais chamativo para a prática dessas atividades. Este parque revela a possibilidade de praticar uma variedade de atividades, sejam estas individuais ou de grupo. Periodicamente, são organizadas pela Câmara Municipal de Vila Real atividades em grupo, proporcionando a oportunidade a toda a população de estar em contacto com o ambiente natural do Parque do Corgo. São exemplo as Manhãs no Parque Corgo, que se realizam entre 4 de Maio e 27 de Julho aos domingos, e se destinam à prática de exercício físico (ANEXO nº 4, p.121). Quanto ao Parque Florestal, este apresenta uma tendência mais marcada para a realização de atividades individuais, não havendo recordação de existirem atividades organizadas em grupo neste parque verde.

Atividades para realizar	Parque Florestal		Parque do Corgo	
	Sim	Não	Sim	Não
Passeio percurso pedestre	•		•	
Espaço prática desportiva	•		•	
Parque para crianças	•		•	
Atividades organizadas em grupo		•	•	
Espaço destinado aos animais		•	•	

Tabela 3 – Atividades possíveis de realizar nos EVU

5.1.3. Higiene e Manutenção nos EVU

Através da análise da grelha de observação, e com a posterior tabela resultante desta análise (tabela 4), verifica-se que o Parque Florestal apresenta condições de higiene muito deficientes. Das diversas variáveis em análise, apenas uma é possível observar neste parque, correspondendo à existência de caixotes do lixo, sublinhando a fragilidade e falta de cuidado deste espaço. Por sua vez, o Parque do Corgo assume-se como um espaço exemplar no que respeita à manutenção e limpeza. Refira-se, no entanto, que em relação à disponibilidade de casas de banho, embora estas existam no Parque do Corgo, não estão disponíveis para utilização. Há ainda um aspeto comum aos EVU a melhorar, a qualidade da água do rio, que se encontra em mau estado, podendo este fato ser contrariado com a limpeza de todo o canal do rio.

Higiene	Parque Florestal			Parque do Corgo		
	Sim	Não	Mau	Sim	Não	Mau
Manutenção e Limpeza		•		•		
Casas de banho		•			•	
Estado das casas de banho						
Existência de caixotes do lixo	•			•		
Qualidade água do rio			•			•

Tabela 4 – Higiene e manutenção dos EVU

5.1.4. Segurança nos EVU

A segurança nos EVU representa talvez a característica que mais interessa e preocupa a população utilizadora. Este sentimento de segurança num determinado lugar é fundamental para que os utilizadores o frequentem e sintam vontade de voltar. Em resultado da observação efetuada, pode concluir-se que o Parque do Corgo apresenta melhores condições de segurança do que o Parque Florestal (tabela 5).

As conclusões da grelha de observação revelam a existência de iluminação nos dois EVU, sendo no entanto escassa no caso do Parque Florestal. Esta escassez é ainda agravada pelas características deste parque, que possui vegetação mais densa e desorganizada, tornando-o num espaço mais escuro e com necessidade de mais iluminação. Por este fato, Carlos Silva, vereador da Câmara Municipal de Vila Real, refere a urgência de melhorar a iluminação neste espaço, estando esta medida já projetada para uma próxima intervenção.

Segurança	Parque Florestal		Parque do Corgo	
	Sim	Não	Sim	Não
Percursos conservados		●	●	
Sinais de vandalismo	●			●
Sinalização de segurança		●		●
Existência de iluminação	●		●	
Seguranças no parque		●		●
Placa informativa	●		●	

Tabela 5 – Segurança nos EVU

5.1.5. Lazer e Redução de *Stress*

Em termos de espaços para lazer e redução de *stress*, e segundo a tabela resultante da grelha de observação (tabela 6), os dois EVU apresentam características adequadas à redução do *stress* da vida quotidiana, sendo locais onde predomina o contacto com a natureza e da qual se pode desfrutar.

Apresentam ainda condições que permitem promover o bem-estar, como a existência de sombras, bancos e até um café no Parque do Corgo.

Lazer / Redução stress	Parque Florestal		Parque do Corgo	
	Sim	Não	Sim	Não
Espaço verde natural	•		•	
Existência de café		•	•	
Locais para sentar	•		•	
Existência de sombras	•		•	
Existência bebedouros	•		•	

Tabela 6 – Lazer e redução de stress nos EVU

5.2. Análise dos Resultados dos Inquéritos

Neste ponto serão apresentados os resultados obtidos com a realização dos inquéritos. Esta parte do trabalho está dividida em quatro partes: a informação dos utilizadores, a caracterização da utilização dos EVU, a caracterização da saúde e bem-estar mental dos utilizadores, e por último a classificação dos EVU em estudo. Aqui são apresentados os dados relativos aos dois parques, numa análise comparativa que permite avaliar melhor as diferenças existentes entre os EVU em estudo.

Para esta análise foram usados os 64 inquéritos realizados, pertencendo 14 ao Parque Florestal e 50 ao Parque do Corgo. Percebe-se que esta comparação pode ser enviesada pela grande diferença do número de inquéritos realizados, diferença esta que se deve em pleno ao reduzido número de utilizadores do Parque Florestal.

5.2.1. Informação sobre os Utilizadores dos EVU

A informação sobre os utilizadores foi recolhida por inquérito através de perguntas diretamente relacionadas com a informação pessoal de cada indivíduo. Através da análise destas perguntas conclui-se que os utilizadores dos espaços verdes em estudo são na sua maioria do sexo feminino. As mulheres representam 62% dos utilizadores do Parque do Corgo e 57% dos utilizadores do Parque Florestal, revelando assim que são as principais adeptas de espaços ao ar livre. No entanto, o sexo masculino também está representado com valores significativos, tendo atingido 38% no Parque Florestal e 43% no Parque do Corgo (figura 12).



Figura 12 – Género dos utilizadores dos EVU

A idade dos utilizadores foi agrupada em 7 classes. No Parque do Corgo, a classe modal, com maior frequência, corresponde à classe dos 21 – 30 anos, tanto para homens como para mulheres representando, no conjunto dos dois sexos, 44% da população utilizadora. No que respeita ao Parque Florestal, as classes com maior número de utilizadores são as classes dos 41 – 50 anos, no caso dos homens, englobando 14% dos utilizadores, e a classe dos 15 – 20 anos, no caso das mulheres, representando 21% da população utilizadora (tabela 7).

Faixa etária	Parque Corgo				Parque Florestal			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 15 anos	1	2,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
15 - 20 anos	2	4,00%	10	20,00%	1	7,14%	3	21,43%
21 - 30 anos	11	22,00%	11	22,00%	1	7,14%	1	7,14%
31 - 40 anos	2	4,00%	7	14,00%	1	7,14%	1	7,14%
41 - 50 anos	1	2,00%	1	2,00%	2	14,29%		0,00%
51 - 60 anos	1	2,00%	1	2,00%		0,00%	1	7,14%
> 60 anos	1	2,00%	1	2,00%	1	7,14%	2	14,29%
Total	19		31		6		8	

Tabela 7 – Classificação por idade dos utilizadores dos EVU

Como a informação relativa à idade dos utilizadores revela, os frequentadores dos EVU são maioritariamente jovens, o que implica que na pergunta relativa à profissão a resposta *Estudante* apareça na grande maioria das vezes, representando 88% da totalidade das respostas obtidas.

Com a análise destes resultados conclui-se que os EVU têm na sua maioria utilizadores em idade ativa, na maioria estudantes, que acabam por utilizar os EVU como locais de passagem por se encontrarem entre as habitações e os edifícios escolares. É também importante realçar que na utilização dos dois parques se destacam os valores de população utilizadora na faixa etária entre os 30 e os 50 anos. Como refere Edginton (1995) os indivíduos nesta faixa etária encontram-se num momento de transição, onde a perspetiva de perda de qualidade de vida e de proximidade com a morte se torna mais aparente e, portanto, acabam por reordenar as suas atividades quotidianas, havendo uma mudança do tempo de trabalho para o de lazer. Todavia, sabendo que os EVU são infraestruturas fundamentais para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável (Almeida, 2009), e que as populações estão cada vez mais envelhecidas, deve questionar-se o que falta a estes parques para que atraiam também uma população mais idosa, que muito poderia beneficiar da utilização destes espaços, quer a nível físico, quer a nível mental e emocional.

5.2.2. Caracterização da Utilização dos EVU

Neste ponto abordam-se questões relacionadas com o tipo de uso que os utilizadores fazem do parque. Pretende-se, assim, ficar a conhecer as principais atrações do parque e aquelas que mais agradam aos utilizadores.

Relativamente à área de residência, os utilizadores destes parques provêm, na sua maioria, da cidade de Vila Real representando estes 71% das respostas no Parque Florestal e 74% no Parque do Corgo. Conclui-se assim que o fator proximidade é determinante para a utilização destes EVU, que atraem utilizadores residentes sobretudo na cidade em que estão inseridos.

Analisando os dados obtidos nesta parte do inquérito, comprova-se a informação de que a maioria da afluência aos parques é feita por utilizadores cuja residência dista entre 5 e 10 minutos a pé, sendo este o tempo de deslocação registado para 84% dos inquiridos. Relativamente ao meio de deslocação usado, 66% dos inquiridos afirmam deslocar-se a pé.

No que respeita à altura do dia de utilização do parque, os utilizadores destacam o período da tarde como a altura preferida para a visita aos EVU. Relativamente ao Parque do Corgo, 70% dos utilizadores escolhem esta altura do dia. Por sua vez, a manhã apresenta frequência reduzida, verificada aquando da realização dos inquéritos. Há ainda a utilização do parque durante a noite, mas esta representa uma percentagem diminuta (figura 13).

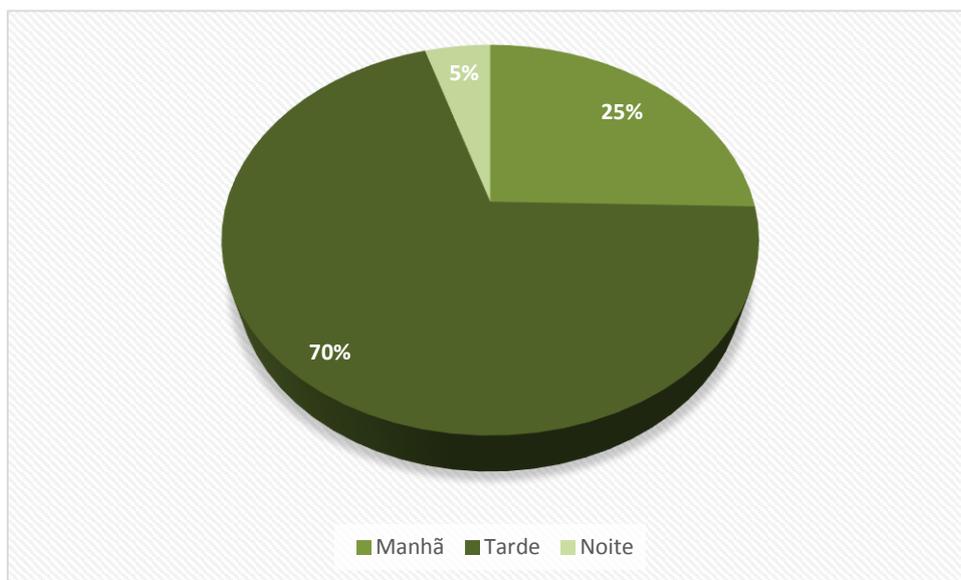


Figura 13 – Altura do dia de utilização do Parque do Corgo

Quanto ao Parque Florestal, em termos de utilização, apresenta uma distribuição mais homogénea estando a população distribuída principalmente entre a manhã, com 39% dos utilizadores e a tarde com 50%. Os dados obtidos revelam ainda a utilização por parte de 11% dos inquiridos do Parque Florestal durante a noite, sendo este mais utilizado neste período do que o Parque do Corgo (figura 14).

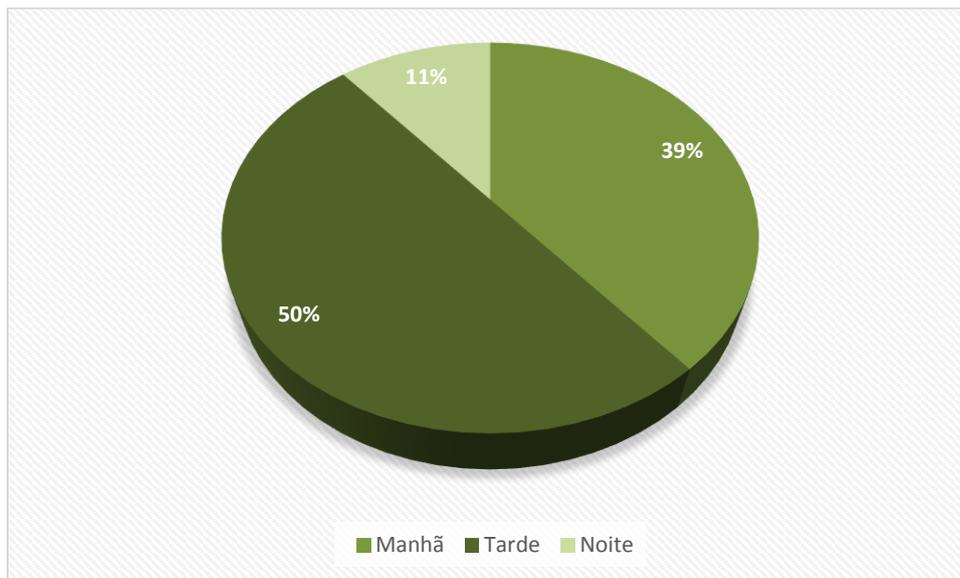


Figura 14 – Altura do dia de utilização Parque Florestal

Em conclusão é possível afirmar que os utilizadores preferem o período da tarde para frequentar estes EVU, percebendo que esta opção pode passar por vários fatores, tais como a maior disponibilidade ou as condições meteorológicas mais favoráveis.

Independentemente da altura do dia preferida para utilização dos EVU, verifica-se que o tempo despendido nestes espaços difere nos dois parques. No Parque do Corgo, verifica-se que a maioria dos frequentadores (32%) permanece entre 20 a 40 minutos no parque, seguindo-se a classe de permanência dos 40 a 60 minutos, com 22% das respostas obtidas. Quanto ao Parque Florestal, destaca-se sobretudo a classe de permanência no parque entre os 40 a 60 minutos, estando aqui representada 64% da população inquirida (figura 15).

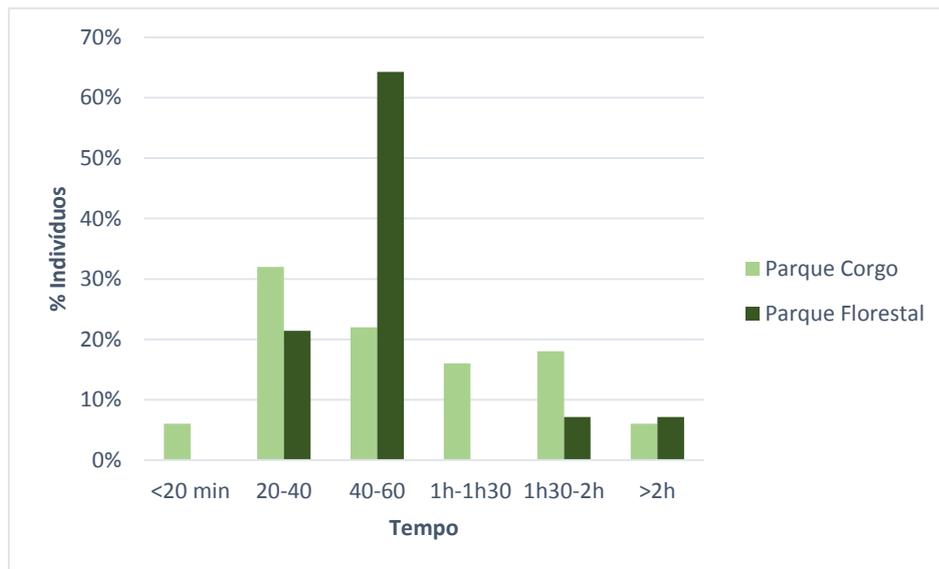


Figura 15 – Tempo de permanência nos EVU

Observando o tempo de permanência nos dois espaços verdes verifica-se que, independentemente do tipo de utilização que se faz, em média, os utilizadores passam 40 minutos nos parques, sendo este tempo encarado como o mais usual, seja destinado ao passeio ou à atividade física.

Quanto à frequência de utilização dos EVU, destaca-se a opção “uma ou mais vezes por semana”, tendo esta uma percentagem de respostas de 78% para o Parque Florestal e 40% no Parque do Corgo. Neste último parque destacam-se ainda os 32% de utilizadores que frequentam o parque diariamente. Revela-se aqui importante o tempo livre disponível como condicionante das visitas aos EVU.

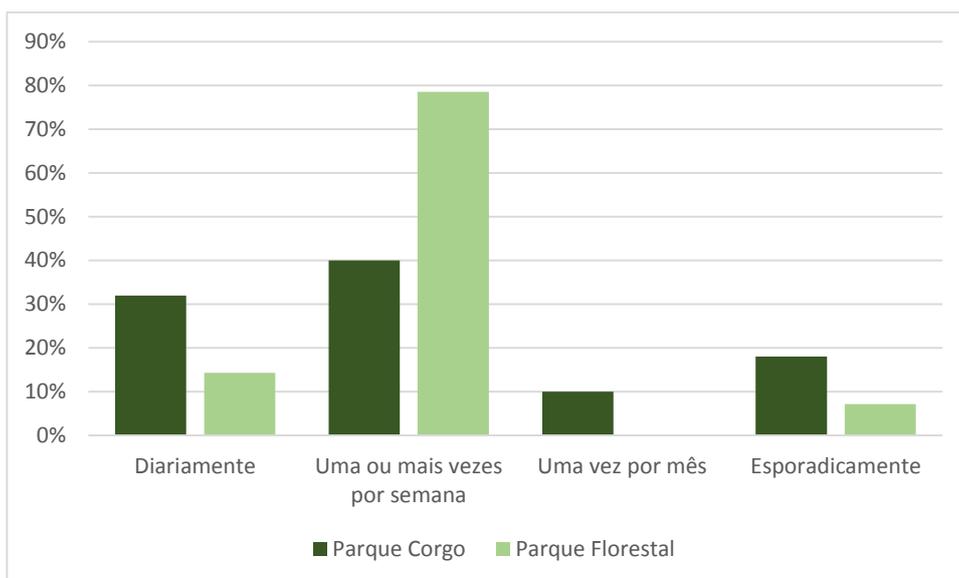


Figura 16 – Frequência de Utilização dos EVU

A utilização destes EVU está sempre associada à realização de várias atividades, atividades estas que condicionam a distribuição das visitas, consoante o interesse dos indivíduos.

Desta forma, e segundo os resultados obtidos com a realização dos inquéritos, percebe-se que os utilizadores procuram estes espaços como opções de lazer. A atividade “lazer” apresenta as maiores percentagens obtidas nos inquéritos, representando 53% das respostas. Por outro lado, o número de inquiridos que afirmou procurar os parques para “redução de stress” e “descansar” confirma estes EVU como bons locais para desfrutar de momentos de bem-estar e lazer. Realça-se ainda o diferente uso dos parques, que vai ao encontro dos diferentes interesses dos utilizadores. Assim, o Parque Florestal, além da importância que apresenta para o lazer, destaca-se pela oportunidade que oferece para a prática de atividade física, atividade referida por 25% dos utilizadores. Quanto ao Parque do Corgo, este apresenta maior percentagem que o Florestal para o passeio de crianças e animais (figura 17).

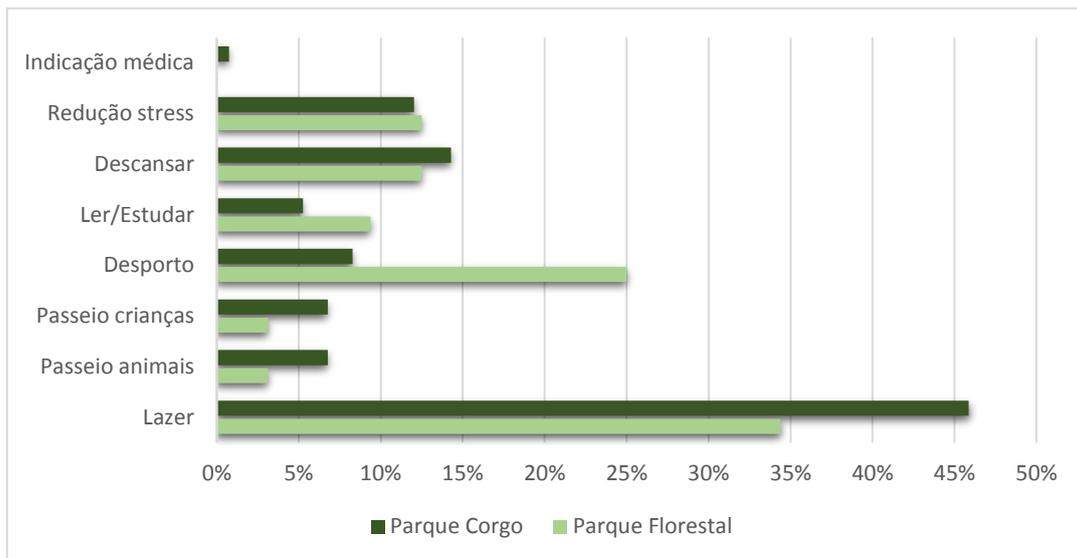


Figura 17 – Atividades realizadas nos EVU

Comparando as atividades realizadas nos dois EVU percebe-se que estes são procurados pela população essencialmente para desfrutar de momentos de lazer e bem-estar, onde a redução de stress, o descanso e a prática de atividades físicas são fundamentais. Tratam-se, pois, de infraestruturas adequadas à recuperação física e mental dos indivíduos. Verifica-se, no entanto, que a percentagem de indivíduos a frequentar estes EVU por indicação médica é diminuta, representando apenas 0,75% dos inquiridos. Assim, comprovados os benefícios que estas áreas têm na saúde das populações, deverá ser incentivado o seu uso, informando os utilizadores dos benefícios que estes espaços podem trazer. E esta sensibilização para uma maior utilização dos parques pode ser feita por vários atores, entre os quais, os profissionais de saúde.

Quanto às infraestruturas utilizadas nos parques, destacam-se os caminhos pedestres, utilizados por 52% dos utilizadores do Parque do Corgo, e por 61% dos utilizadores do Parque Florestal. É, de longe, a infraestrutura mais utilizada. Destaca-se ainda a utilização do parque desportivo, que assume importância nos dois EVU, a utilização de vias de bicicleta, e no Parque do Corgo a utilização do café e do parque infantil. No caso do Parque Florestal, embora exista parque infantil, segundo os dados obtidos, este não é utilizado, devendo esta opção estar diretamente relacionada com o elevado estado de degradação em que se encontra (figura 18).

Com estes resultados percebe-se que todas as infraestruturas disponíveis nos parques são utilizadas pela população, que todas são mais ou menos importantes para as diversas atividades que se praticam nestes EVU.

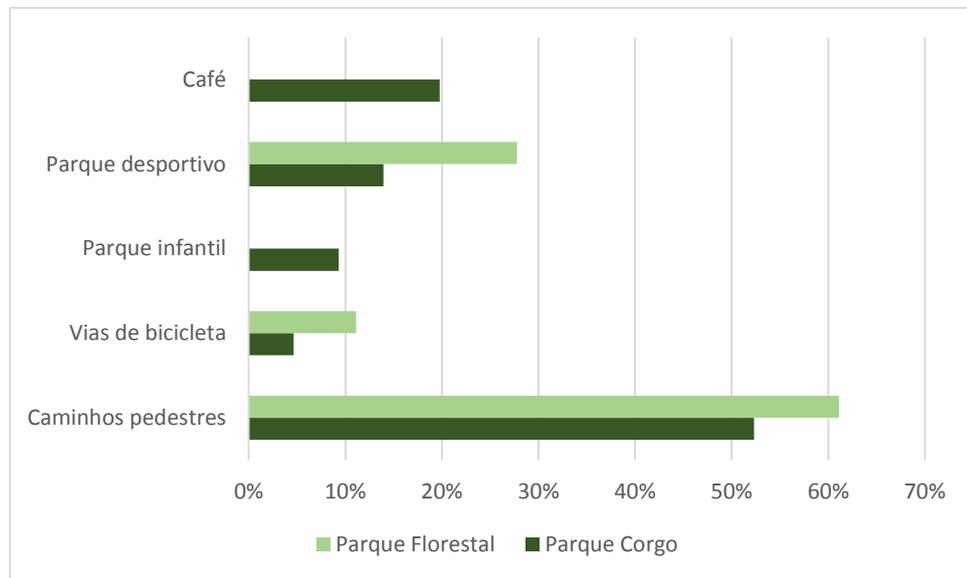


Figura 18 – Infraestruturas utilizadas nos EVU

Quanto à época de utilização, são as estações da primavera e verão que aparecem com maior destaque, sendo estas as alturas de uso preferidas pelos utilizadores. Salienta-se aqui, mais uma vez, as boas condições meteorológicas como condição atrativa para a utilização dos EVU. De fato, o “bom tempo” propicia um maior usufruto de espaços exteriores, dada a maior vontade das pessoas saírem para a rua e frequentar espaços abertos, com bom ambiente, onde seja possível elevar o bem-estar individual e melhorar a qualidade de vida. Como refere Gonçalves (2011), as visitas aos EVU estão fortemente influenciadas pelo tempo, tanto no seu sentido cronológico como no seu sentido climático, havendo maior afluência de população em dias e estações mais agradáveis.

5.2.3. Caraterização Mental dos Utilizadores dos EVU

Para a análise do estado mental das populações utilizadoras dos EVU em estudo, a primeira pergunta colocada foi: “tem alguma doença do foro psicológico?” As respostas obtidas foram na sua maioria “não”, correspondendo a uma percentagem de 100% no Parque do Corgo e 86% no caso do Parque Florestal. Neste parque, além destes 86%, registou-se uma percentagem de 14% dos inquiridos que revelaram ter uma perturbação mental, identificada como depressão.

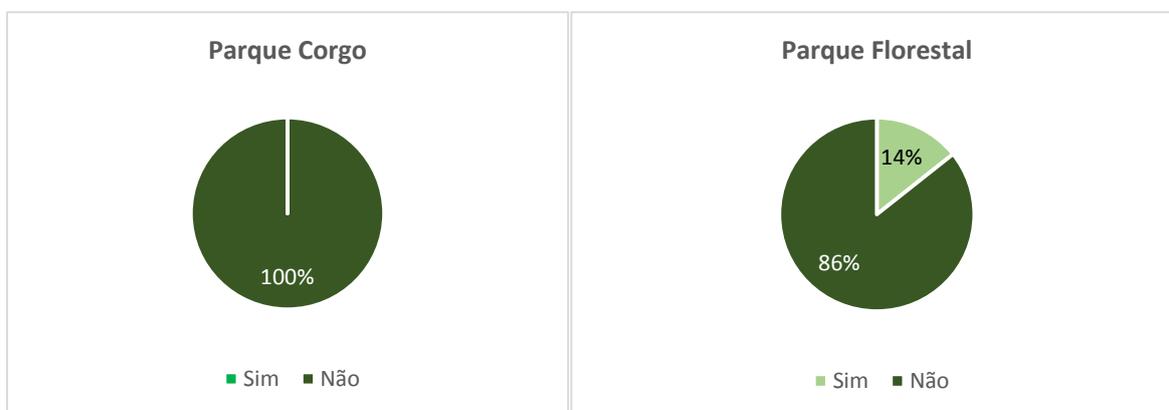


Figura 19 – Registos de doença psicológica dos EVU

Os espaços verdes são considerados por vários autores como promotores de uma melhor qualidade de vida. E tal como mostram os resultados obtidos nos inquéritos, os utilizadores destes EVU referem possuir uma boa qualidade de vida, com percentagens de 64% no Parque Florestal e 60% no Parque do Corgo. Por outro lado, destaca-se também a resposta “muito boa” com 21% para o Parque Florestal e 22% para o Parque do Corgo (figura 20). Quanto à avaliação da qualidade de vida como “má” esta apenas foi referida por 7% dos utilizadores, todos eles inquiridos no Parque Florestal. Nenhum inquirido avaliou a sua qualidade de vida como “muito má” (figura 20).

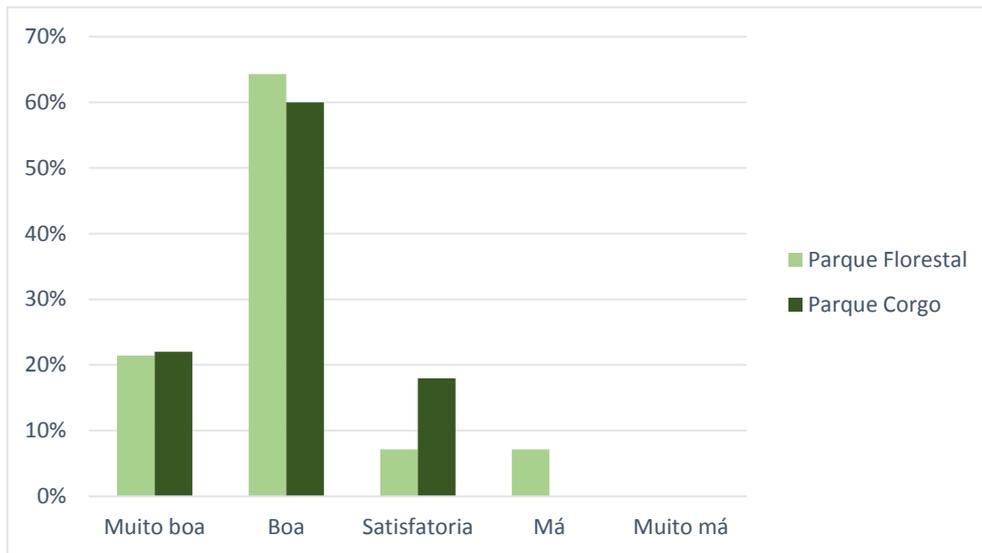


Figura 20 – Qualidade de vida dos utilizadores dos EVU

Não sendo possível afirmar, com os dados deste inquérito, que a qualidade de vida dos utilizadores é influenciada pela presença de espaços verdes na cidade, acredita-se que a sua utilização contribui para o bem-estar dos utilizadores, quer física quer psicologicamente, melhorando globalmente a sua qualidade de vida.

A tentar comprovar a importância destes EVU para os utilizadores, para o seu bem-estar e qualidade de vida, duas das questões do inquérito direcionavam-se à perceção de bem-estar antes e após a visita aos parques verdes em estudo. Com a análise dos resultados obtidos a estas questões verifica-se que, relativamente à perceção de bem-estar antes da visita, as respostas relativas ao sentimento “bem” e “muito bem” atingem percentagens de 43% e 7% respetivamente para o Parque Florestal. Às respostas “razoável” e “mal” responderam também, 43% e 7% respetivamente. Quanto ao Parque do Corgo, este revela maiores percentagens de resposta no nível “bem” e “razoável”, com 60% e 26%, respetivamente. Quanto ao “muito bem” apresenta 14% das respostas dos utilizadores, não se registando qualquer resposta nos níveis “mal” e “muito mal” (figura 21).

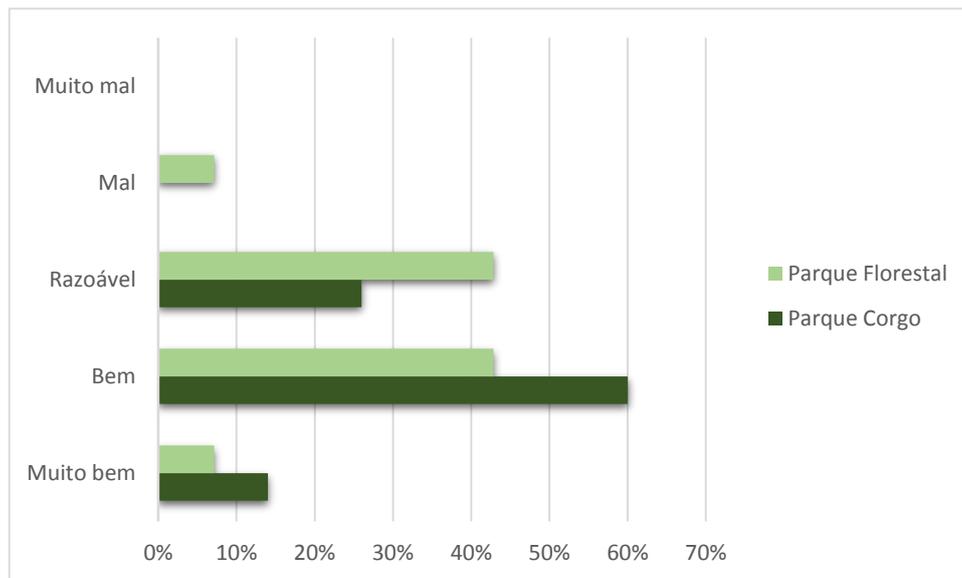


Figura 21 – Percepção de bem-estar antes da visita aos EVU

Quanto à percepção de bem-estar após a visita, os dados obtidos mostram nitidamente a evolução das variáveis “bem” e “muito bem”. Aqui apresentam-se resultados para o Parque Florestal de 28% na resposta “muito bem” e 64% na “bem”.

Quanto à resposta “razoável” apenas caracteriza 8% dos utilizadores. Por sua vez, o Parque do Corgo apresenta uma classificação de 58% para o “muito bem” e de 40% para “bem”. No entanto, aparece aqui a percentagem de 2% para a resposta “mal”, representando em valor absoluto um utilizador que refere sentir-se cansado após a utilização do Parque do Corgo (figura 22).

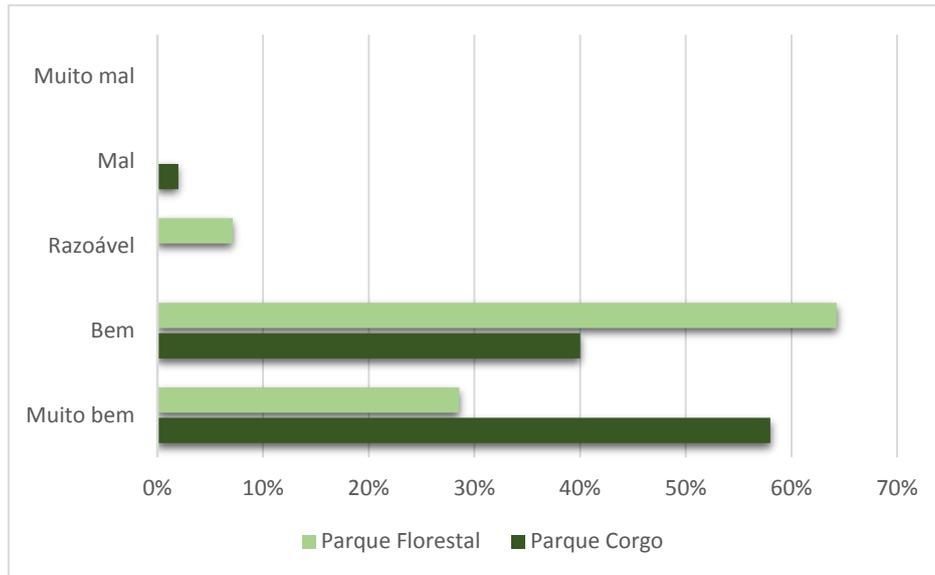


Figura 22 – Perceção de bem-estar após a visita aos EVU

Estes resultados sugerem que a utilização dos espaços verdes tem impactes positivos na qualidade de vida e bem-estar dos utilizadores. Os espaços verdes são assim encarados como espaços promotores de mais e melhor saúde devendo, por isso, estar cada vez mais presentes e mais integrados na vida quotidiana das populações.

Por sua vez, associado ao sentimento de bem-estar após a visita aos EVU está a percepção de “relaxado e sem tensão” concluindo-se, da análise às respostas a esta questão, que os utilizadores do Parque do Corgo revelam sentir-se frequentemente relaxados e sem tensão, com 38% dos inquiridos a assinalar esta resposta e uma grande maioria (70%) dos inquiridos a referirem sentir-se relaxados e sem tensão frequentemente, com muita frequência e sempre. Quanto ao Parque Florestal a percentagem mais elevada refere-se à resposta “com muita frequência”, representando 28% dos inquiridos (figura 23).

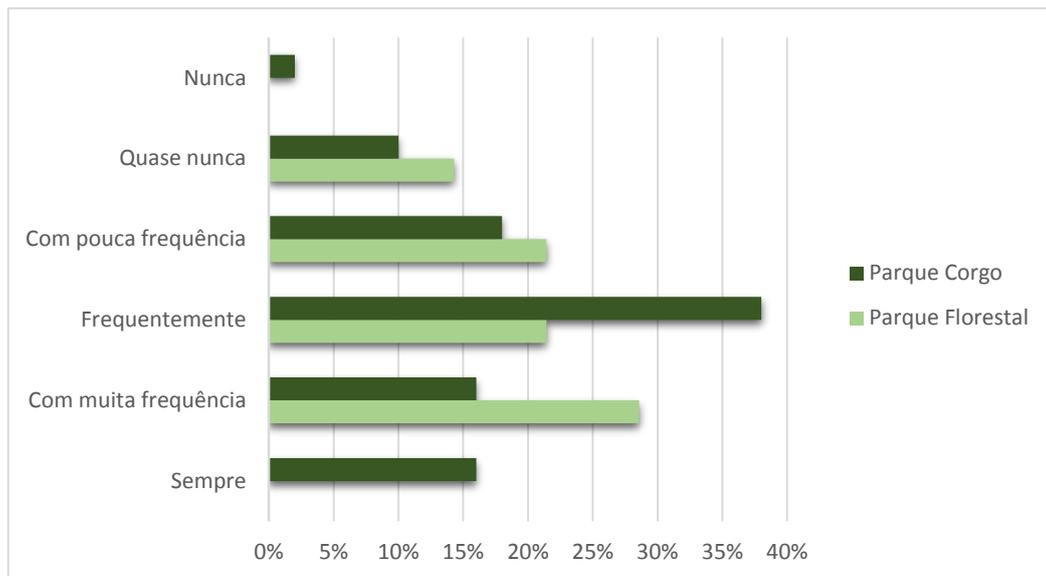


Figura 23 – Sentimento relaxado e sem tensão

Outros resultados relacionados com os anteriores decorrem da análise à questão relativa à perceção em sentir-se “nervoso ou stressado”. Este estado emocional é caracterizado pelos utilizadores como estando presente na vida “frequentemente”, com 28% das respostas no Parque Florestal e 22% no Parque do Corgo.

Destaca-se ainda a resposta “pouca frequência” nos utilizadores dos EVU, representando 32% dos inquiridos para o Parque do Corgo e 28% para o Parque Florestal. Com maior destaque apresentam-se as respostas “quase nunca” e “nunca”, que em conjunto nos dois EVU representam 50% das respostas dos inquiridos.

À resposta “sempre”, a percentagem nos dois parques é idêntica, 7% no Parque Florestal e 8% no Parque do Corgo, enquanto a opção “com muita frequência” apresenta consideravelmente mais respostas no Parque do Corgo comparativamente ao Parque Florestal, com 16% e 7% respetivamente (figura 24).

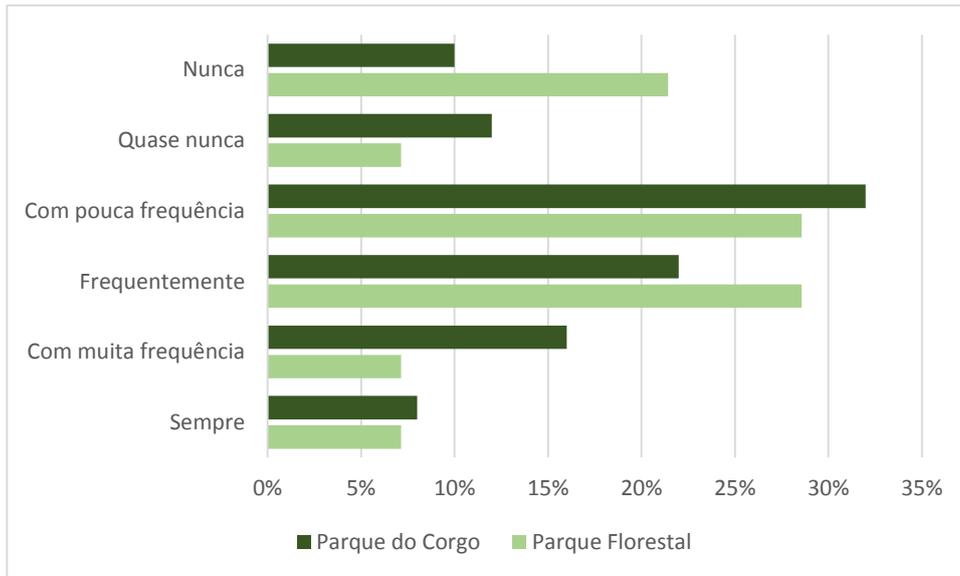


Figura 24 – Sentimento nervoso ou stressado

Quanto ao sentir “prazer” relativamente às atividades que os utilizadores praticam diariamente, 57% dos utilizadores afirmam senti-lo sempre nas atividades que realizam. Há ainda 35% dos utilizadores do Parque Florestal que revela sentir “sempre” e com “muita frequência” prazer nas atividades realizadas no dia-a-dia. Relativamente ao Parque do Corgo, 36% dos utilizadores afirma sentir “frequentemente” prazer nas atividades realizadas e 24% afirma sentir prazer com “muita frequência”.

Pode assim afirmar-se que os indivíduos inquiridos possuem condições de vida boas e agradáveis, propiciadoras de bem-estar. Por outro lado, e em situação oposta, estão os 2% dos utilizadores do Parque do Corgo que responderam “quase nunca” sentir prazer nas atividades realizadas (figura 25).

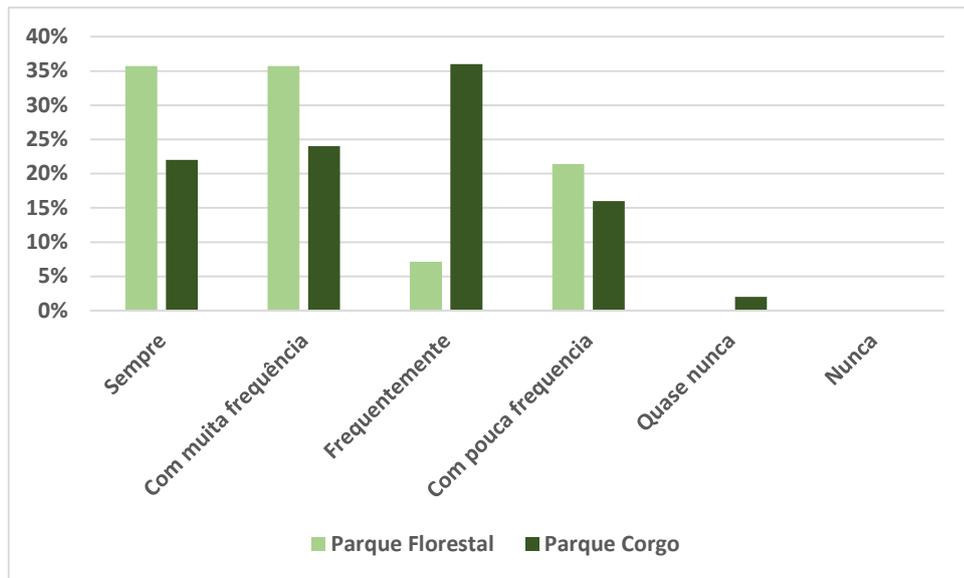


Figura 25 – Sentimento de prazer nas atividades praticadas diariamente

É possível ainda supor que sentir satisfação nas atividades realizadas é fundamental para que o indivíduo se sinta bem consigo e com a sua saúde pessoal. Em oposição, a insatisfação na realização das atividades é muitas vezes traduzida numa insatisfação pessoal. Desta forma, o sentimento de “depressão” pode ser associado aos resultados anteriores, surgindo como uma possível consequência da insatisfação das atividades quotidianas pessoais. Analisando os resultados obtidos conclui-se que 50% dos utilizadores do Parque do Corgo afirmam não se terem sentido deprimidos no último mês, enquanto 40% responde “sim, às vezes”. Por outro lado, as respostas “sim, até não me interessar por nada” e “sim, quase todos os dias” foram referidas por 4% dos inquiridos (2% cada) e a resposta “sim, muitas vezes” foi referida por 6% dos inquiridos (figura 26).

Se, tendo em conta a natureza das perguntas, dividirmos estas respostas em duas categorias, positiva e negativa, em que “sim, até não me interessar por nada”, “sim, quase todos os dias” e “sim, muitas vezes” são associadas à categoria negativa, e as respostas “sim, às vezes” e “não, nunca” associadas à categoria positiva, pode-se depreender que o sentimento de depressão não tem grande significado nos inquiridos, como comprova a baixa percentagem na categoria negativa (10%).

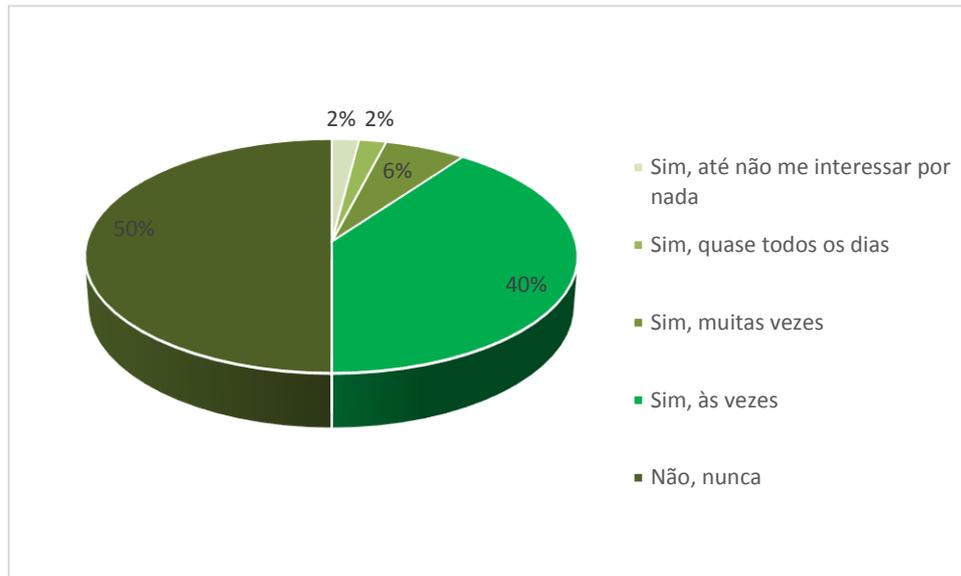


Figura 26 – Sentimento depressão Parque Corgo

Quanto ao Parque Florestal, verifica-se que a maior percentagem de respostas surge também na opção “não, nunca” com 72% dos casos. Por outro lado, neste, a resposta “sim, quase todos os dias” representa 7% dos utilizadores (figura27).

Não querendo e não podendo retirar destes resultados nada para além de hipóteses e sugestões, parece-nos que os utilizadores do Parque Florestal, com pior qualidade de vida e piores indicadores nas atividades que realizam, desenvolvem situações de depressão mais frequentes.

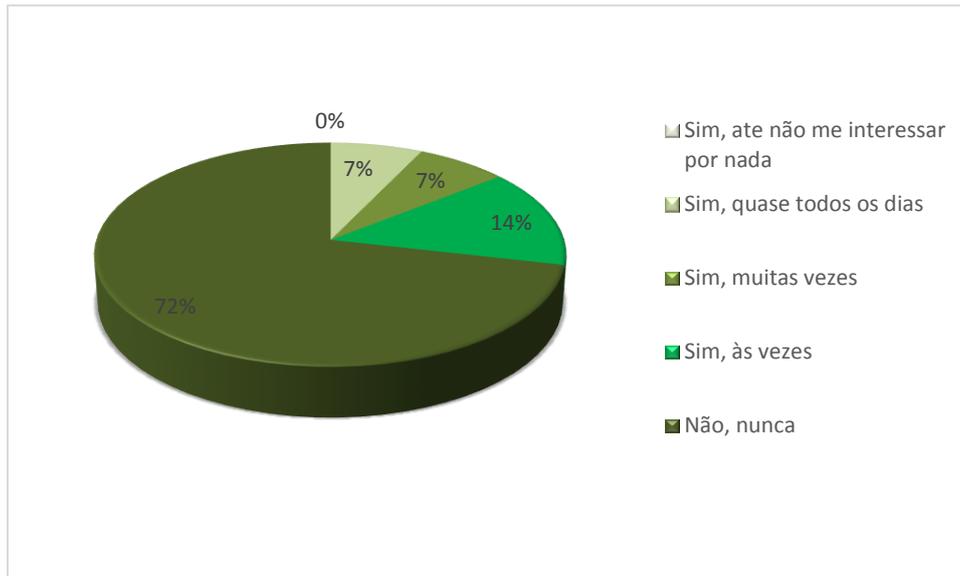


Figura 27 – Sentimento depressão Parque Florestal

As questões anteriores, relacionadas com a qualidade de vida das populações, relacionam-se também com o grau de satisfação dos utilizadores com a sua saúde pessoal.

Os resultados obtidos na questão sobre a saúde pessoal dos indivíduos, revelam uma satisfação individual na grande maioria dos inquiridos, concluindo-se que a maioria dos utilizadores está “geralmente satisfeito” ou “muito feliz” com a sua saúde pessoal, representando estas categorias 77% dos inquiridos no Parque Florestal (35% na categoria afirmam estar “muito feliz” e 42% na categoria “geralmente satisfeito”), e 60% dos inquiridos no Parque do Corgo (dos quais 40% afirma estar “muito feliz” e 30% “geralmente satisfeito”). Existe ainda, em ambos os parques, uma percentagem mínima que afirma estar “geralmente insatisfeito”, representando 7% e 4% dos inquiridos respetivamente no Parque Florestal e no Parque do Corgo (figura 28).

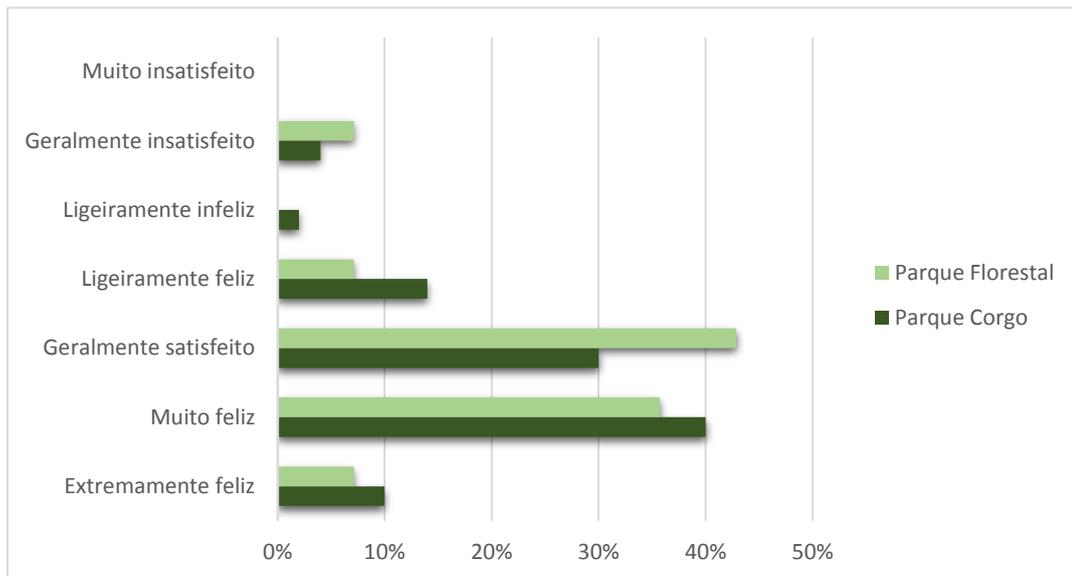


Figura 28 – Satisfação relativamente à saúde pessoal

Por outro lado, é também importante perceber a “satisfação individual e com as relações sociais”. Aqui pretende saber-se o grau de satisfação dos inquiridos quer a nível individual/pessoal, quer a nível social, na sua relação com os outros. Neste indicador 50% dos utilizadores do Parque do Corgo refere sentir-se “extremamente satisfeito” enquanto os outros 44% mostra-se “muito satisfeito” ou “satisfeito”, restando apenas 6% de casos na opção “pouco satisfeito”.

Quanto ao Parque Florestal, este, tal como o Parque do Corgo, apresenta 50% dos utilizadores muito satisfeitos individualmente e com as relações sociais. Por outro lado, é também de realçar a existência de 14% dos utilizadores que se mostram pouco satisfeitos (7% no Parque do Corgo), ou nada satisfeitos (7% no Parque Florestal) consigo e com as suas relações sociais (figura 29).

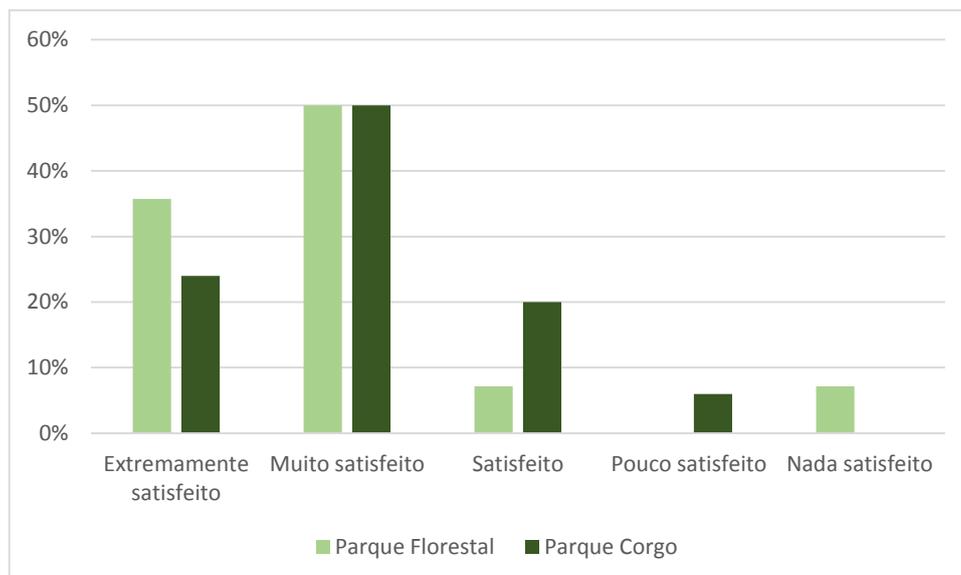


Figura 29 – Satisfação com as relações pessoais e sociais

As questões anteriores, relativas à saúde e bem-estar dos utilizadores dos EVU, podem ser resumidas numa questão global que considere o “sentido da vida”. Colocada esta questão, conclui-se que tanto os utilizadores do Parque do Corgo como os do Parque Florestal considera maioritariamente que a sua vida tem sempre sentido, apresentando esta resposta 50% dos casos em ambos os parques (figuras 30 e 31).

Revelam-se ainda importantes no Parque Florestal as respostas afirmativas (e positivas), com 29% e 14% de inquiridos a afirmarem que a vida tem sentido “com muita frequência” e “frequentemente”, e sem que qualquer inquirido tenha respondido nos níveis “quase nunca” e “nunca” (figura 30).

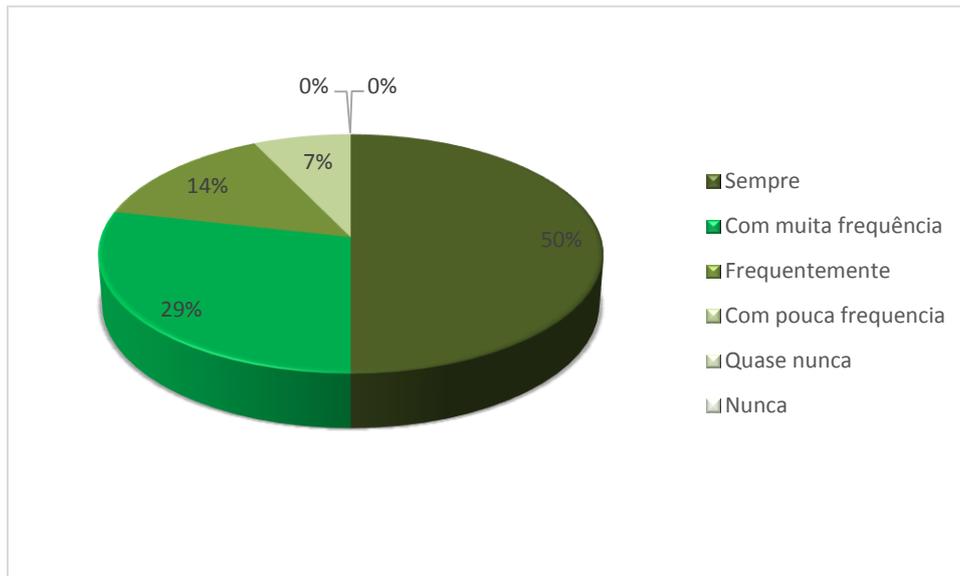


Figura 30 – Percepção sentido da vida no Parque Florestal

Relativamente ao Parque do Corgo, como referido anteriormente, a maioria dos inquiridos (50%) refere também a resposta “sempre” à questão sobre o “sentido da vida”. Referem ainda que a vida tem sentido “com muita frequência” e “frequentemente”, 26% e 20% dos inquiridos neste parque, respetivamente.

Todavia, observou-se aqui uma percentagem de 2% de inquiridos que afirmaram “quase nunca” e outros 2% responderam “com pouca frequência”, verificando-se então que 4% dos utilizadores deste EVU refere que a sua vida quase nunca, ou pouco frequentemente, tem sentido (figura 31).

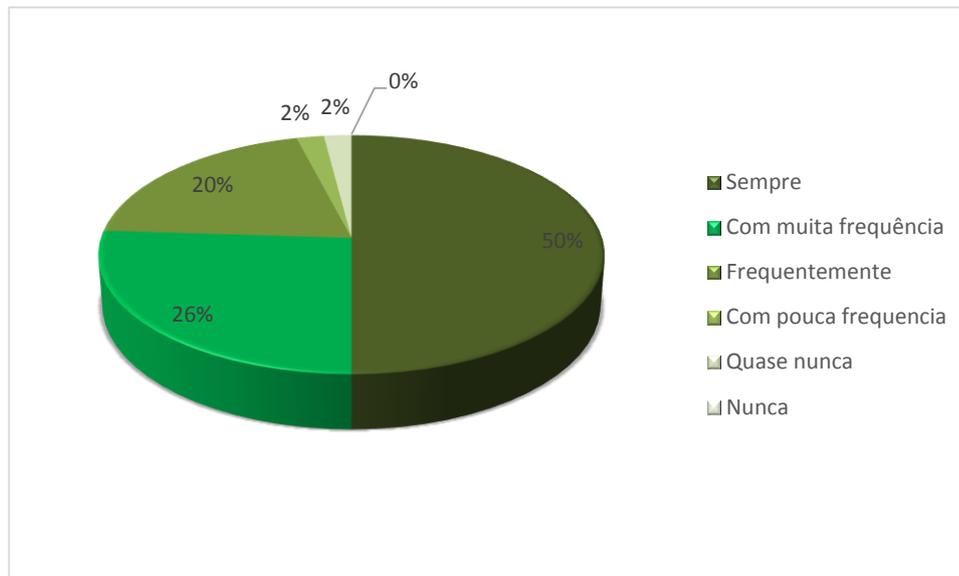


Figura 31 – Percepção sentido da vida no Parque Corgo

Após a análise dos resultados relativos ao sentido da vida, procurou-se saber quão frequentemente os utilizadores destes EVU têm sentimentos negativos. Analisando os dados obtidos com a realização dos inquéritos percebe-se que relativamente ao Parque do Corgo a percentagem mais elevada é referente ao “quase nunca”, constatando-se que 30% dos utilizadores afirma nunca ter sentimentos negativos. Por outro lado, apenas 2% afirma ter sempre sentimentos negativos. Quanto ao Parque Florestal, os dados obtidos revelam que 70% dos utilizadores deste espaço “quase nunca” ou “nunca” têm sentimentos negativos, sem qualquer inquirido afirmar possuir sempre sentimentos negativos.

Com estes resultados, é possível concluir que as populações frequentadoras dos dois EVU usufruem de boas condições de vida, e conseqüentemente, gozam de uma boa saúde mental e emocional, destacada na resposta dada à questão sobre o “sentido da vida”, afirmativa para uma larga maioria dos utilizadores. Pode assim concluir-se que os utilizadores destes EVU desenvolvem as suas vidas quotidianas de forma positiva e saudável, podendo sugerir-se que a utilização destes espaços estimule e propicie as condições necessárias ao desenvolvimento desses estilos de vida.

5.2.4. Classificação dos Espaços Verdes segundo os Utilizadores

O inquérito realizado tem um complemento de perguntas dirigidas à classificação dos EVU em estudo. Incidindo na classificação destes espaços, verifica-se que o Parque Florestal é caracterizado pela maioria dos utilizadores como “razoável”, apresentando esta categoria 57% das respostas. Por outro lado, 22% dos utilizadores consideram este espaço “bom”, sendo ainda de destacar os 14% que consideram este EVU “mau” (figura 32). Conclui-se assim que este espaço apresenta diversos aspetos possíveis de melhorar.

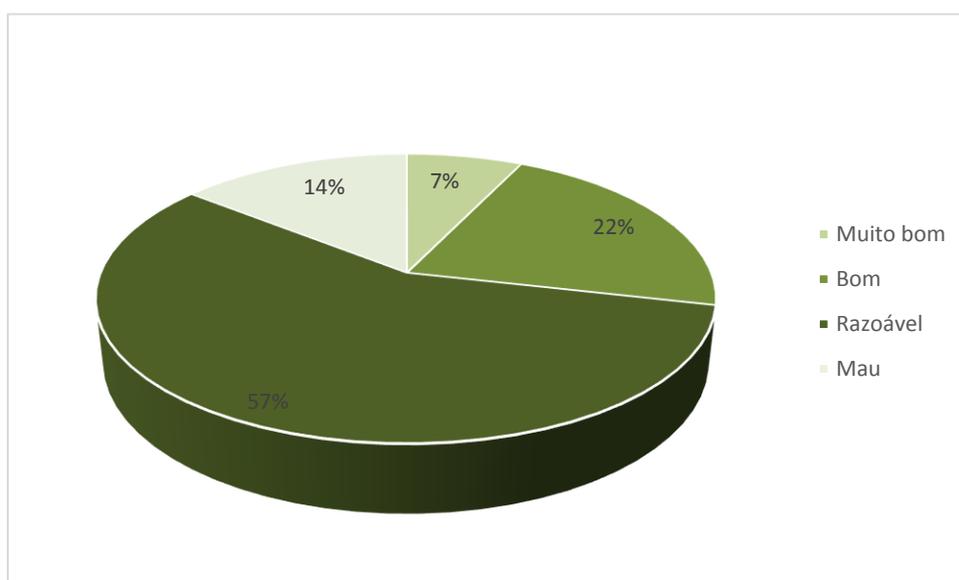


Figura 32 – Classificação do Parque Florestal

Quanto ao Parque do Corgo, há duas categorias de resposta a destacar, “bom”, com 52% e “muito bom” com 46% (figura 33). É assim possível concluir que este é um espaço que se distingue em relação ao Parque Florestal, pois 98% dos utilizadores classifica este EVU como sendo um espaço “bom” ou “muito bom”.

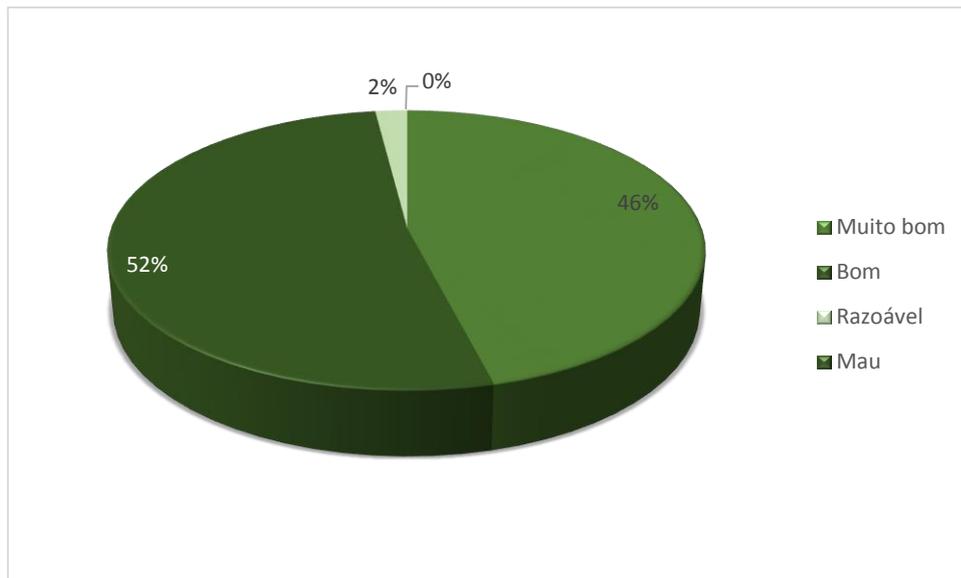


Figura 33 – Classificação Parque do Corgo

Tentando perceber as principais queixas dos utilizadores relativamente ao EVU que frequentam, tentou-se identificar os principais problemas apontados nestes espaços verdes. Assim, através dos resultados obtidos, conclui-se que no Parque do Corgo 59% dos utilizadores afirma não encontrar nenhum problema, destacando-se esta categoria de resposta em relação às restantes opções. Quanto ao Parque Florestal, identificam-se claramente alguns problemas referidos pelos seus utilizadores, nomeadamente, a falta de limpeza, com 34% das respostas obtidas, seguindo-se degradação (28%) e marginalidade (17%). Há nestes dois EVU, elementos positivos a destacar: a dificuldade de acesso é referida por apenas 5% das respostas obtidas nos dois inquéritos e a existência de ruído e de tráfego urbano é referida por apenas 2% no Parque Florestal e 3% no Parque do Corgo, revelando assim que estes são dois EVU convenientemente inseridos no tecido urbano, onde o acesso é fácil e o ruído urbano e o tráfego praticamente inexistentes (figura 34).

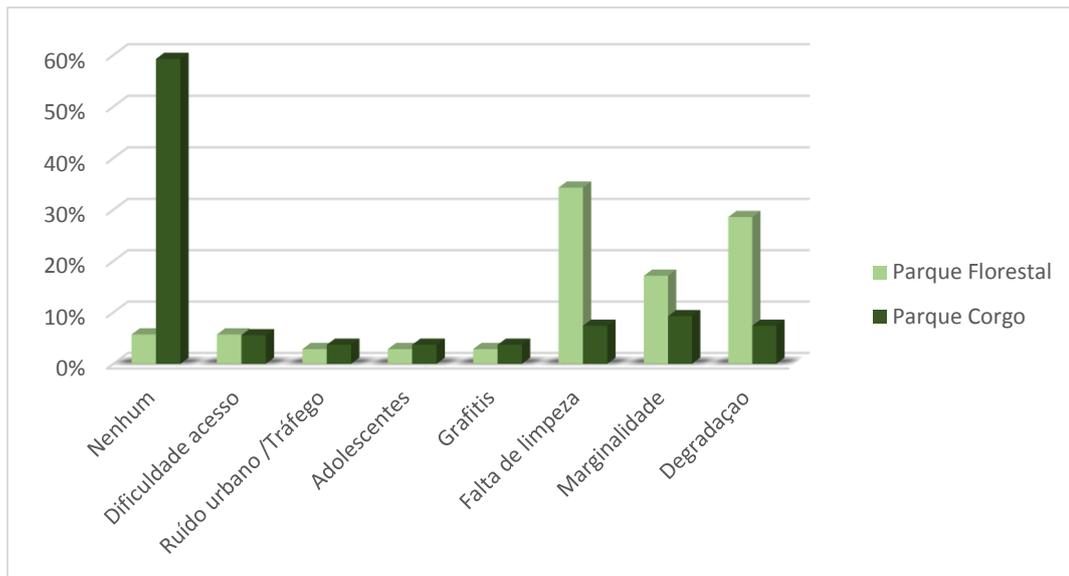


Figura 34 – Problemas encontrados nos EVU

Em síntese, há nestes EVU três aspetos que se revela urgente melhorar. Estes prendem-se com a falta de limpeza, a marginalidade e a degradação dos EVU. Embora com percentagens mais elevadas no Parque Florestal, estes três aspetos são referenciados nos dois parques, sendo por isso necessário pensar em intervenções que os possam melhorar, dado que estas são condições repulsivas, propiciadoras do afastamento da população utilizadora.

No entanto, mesmo com aspetos a melhorar, praticamente a totalidade dos inquiridos afirma recomendar os parques a familiares ou amigos (figura 35), percebendo-se assim que estes espaços são apreciados pelos utilizadores e que são, apesar de tudo, uma mais valia para atrair população. Por outro lado, esta recomendação dos EVU a amigos ou familiares, mesmo (re)conhecendo alguns problemas que neles existem, pode também apontar para a não existência de outras opções na cidade.

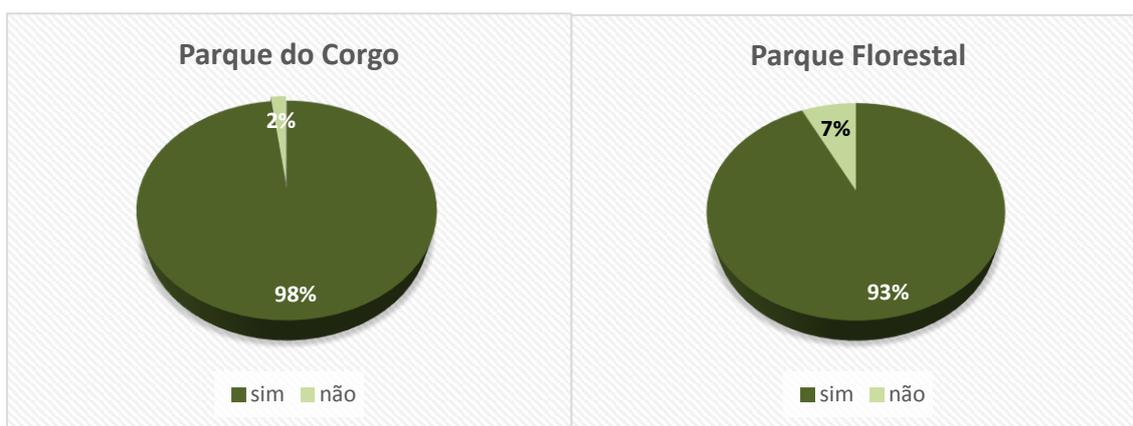


Figura 35 – Recomendação dos EVU a familiares ou amigos

A avaliação dos EVU é também feita pelos utilizadores com o preenchimento de uma tabela no inquérito, que procura classificar estes espaços verdes públicos da cidade de Vila Real do ponto de vista da conservação, segurança, proteção, iluminação, diversão e tranquilidade. Nesta tabela os EVU foram classificados de 1 a 5, com a categoria 1 a representar “Muito bom” e a categoria 5 “Muito mau”.

A análise desta classificação revela que o Parque Florestal destaca-se pela tranquilidade, distinguida com muito bom por 75% dos inquiridos. Ainda nesta classificação, a diversão é avaliada com “muito bom” por 25% dos utilizadores deste espaço, sendo estas as únicas variáveis que apresentam uma classificação de “muito bom”. Em oposição, este parque revela uma avaliação de “muito mau” na conservação por 22%, segurança, por 33% e proteção, por 22% dos inquiridos (figura 36).

Com estes resultados, é possível concluir que este é um espaço propiciador de tranquilidade e diversão, mas que os maus resultados em relação à conservação, segurança e tranquilidade o tornarão pouco atrativo, o que se comprovou pela fraca afluência de população.

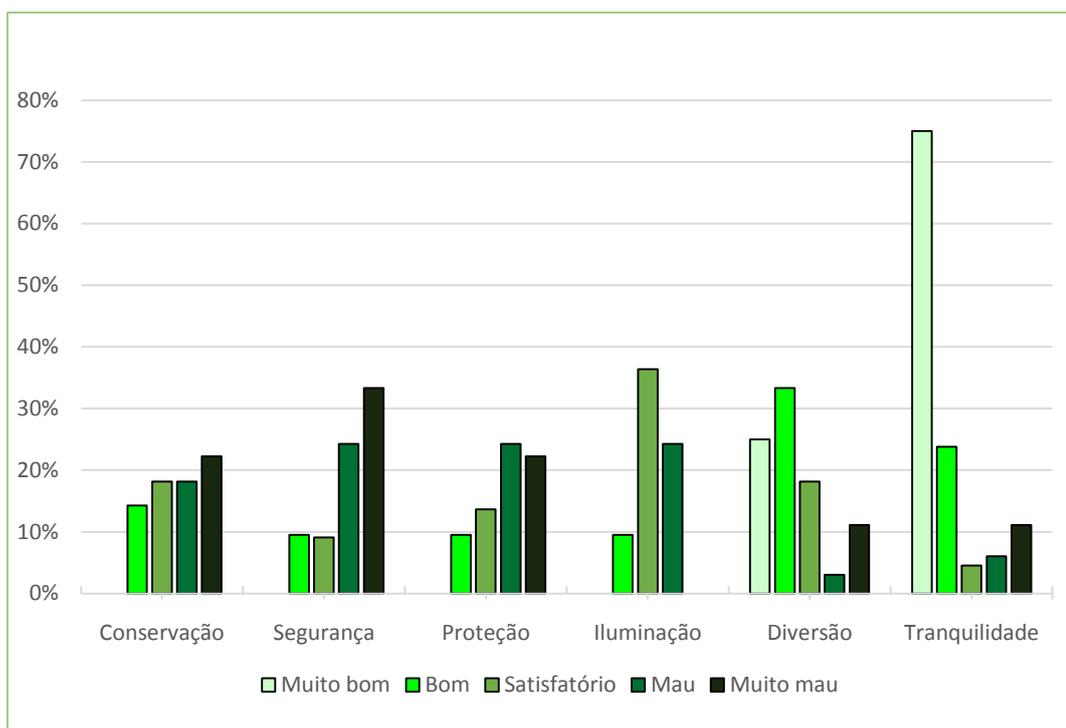


Figura 36 – Avaliação do Parque Florestal

Quanto ao Parque do Corgo, verificam-se resultados contraditórios ao nível da tranquilidade, 43% dos utilizadores a considerar o Parque do Corgo “Muito mau”, e 34% considera-lo “Muito bom”. Das conversas desenvolvidas aquando da realização do inquérito, percebeu-se que a grande afluência de indivíduos ao parque é, na opinião de alguns inquiridos, um elemento perturbador da tranquilidade, uma vez que a agitação e ruído provocados pelos utilizadores deste EVU perturba a tranquilidade que este poderia oferecer, caso a afluência de utilizadores fosse menor. Todavia, numa comparação global com o Parque Florestal, o Parque do Corgo apresenta melhores resultados, revelando mais características com classificações de “Muito bom” e “Bom”.

A nível da conservação, 18% dos utilizadores considera este espaço muito bom e 19% consideram-no bom. Relativamente à segurança, 19% dos inquiridos considera que o Parque do Corgo tem um nível de segurança bom. No entanto, destaca-se também a percentagem de 28% que o considera “mau”. Quanto à proteção, 20% dos inquiridos afirma não se sentir seguro, considerando o espaço “mau” relativamente à proteção,

por outro lado, há ainda 17% que consideram este EVU bom e “satisfatório” a nível da segurança (figura 37).

Convém referir que embora as categorias “proteção” e “segurança” possam parecer idênticas, elas representam aspetos diferentes. Por “proteção” pretendeu-se saber o sentimento dos inquiridos em relação à segurança pessoal e individual nos EVU, enquanto “segurança” significa a segurança em relação ao livre uso das infraestruturas disponíveis.

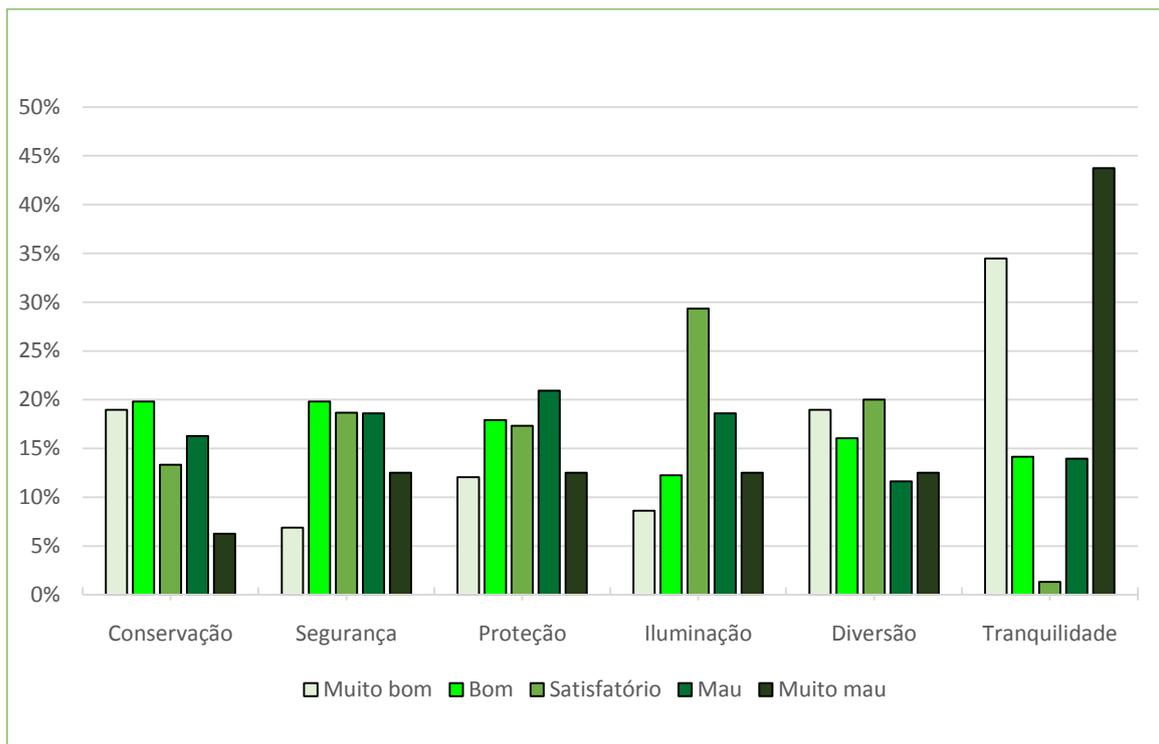


Figura 37 – Avaliação do Parque do Corgo

Os resultados obtidos permitem concluir que há ainda muitos aspetos a melhorar nestes EVU, principalmente a nível da proteção e da segurança, sublinhando também o quão diferentes são estes dois espaços verdes, sendo o Parque do Corgo mais atrativos que o Parque Florestal. A segurança e a proteção sentidas pelos utilizadores dos parques são aspetos que urge melhorar, pois só um espaço percecionado como seguro tanto a nível pessoal como das infraestruturas, poderá ver a sua utilização potenciada e os seus benefícios maximizados.

Conclui-se ainda que ambos os parques apresentam pontos fortes e pontos fracos. O Parque do Corgo apresenta como pontos fortes boa acessibilidade; diversidade de atividades; manutenção e limpeza; disponibilidade de espaço verde natural; conservação; existência de sombra. Por sua vez apresenta como pontos fracos pouca iluminação; falta de sinalização; falta de casas de banho; qualidade da água do rio; proteção.

Quanto ao Parque Florestal, apresentam-se como pontos fortes boa acessibilidade; diversidade de atividades; espaço verde natural; existência de sombras; tranquilidade, revelando-se, como pontos fracos: falta de iluminação; degradação; insegurança; falta de sinalização; falta de casas de banho; manutenção e limpeza; vandalismo; conservação.

Conhecendo os pontos fortes e fracos dos EVU em estudo conclui-se que os espaços verdes são:

- ❖ Bons locais para fugir à rotina
- ❖ Bons locais para relaxar e passear
- ❖ Áreas agradáveis com bom ambiente
- ❖ Espaços adequados para contactos sociais (família e amigos)
- ❖ Espaços possibilitadores de diferentes atividades
- ❖ Espaços de lazer únicos na cidade

CONCLUSÃO

A saúde é vista como uma dimensão inequívoca da qualidade de vida. É entendida como a capacidade de adaptação às novas mudanças, revelando-se elemento fundamental para o bem-estar e para o desenvolvimento, quer individual quer social.

As cidades organizam-se cada vez mais em conformidade e adequação às necessidades humanas, destacando-se a preocupação em criar ambientes saudáveis, que melhorem as condições de vida das populações. Neste contexto, há uma preocupação atual em inserir espaços verdes nas cidades, espaços estes que apresentem como principal função a amenização das tensões da vida citadina, proporcionando às cidades bem-estar ambiental, social e económico.

Os espaços verdes urbanos assumem hoje papel integrador, reforçam as relações sociais, e os valores da vida em comunidade, assumindo-se como espaços de encontro e convívio, ao mesmo tempo que atuam favoravelmente no estado físico, emocional e psíquico dos indivíduos.

Os espaços verdes nas cidades são sempre vistos como um elemento com diversos benefícios para o bem-estar e qualidade de vida das populações, devendo ser dotados de infra estruturas e equipamentos que permitam a realização de várias atividades.

De acordo com os objetivos traçados inicialmente, e com os resultados obtidos, é possível apresentar as seguintes conclusões:

Nos dois EVU em estudo, a distribuição de utilizadores quanto ao género revela maior utilização pelo sexo feminino. Os EVU são hoje procurados por toda a população; no entanto, parece que a idade é um fator de exclusão, dado que na análise dos inquéritos, a percentagem de utilizadores em idades mais avançadas revelou-se reduzida.

A utilização dos espaços verdes obedece à vontade de cada utilizador, verificando-se nos EVU em estudo uma utilização predominante no período da tarde. As

atividades procuradas prendem-se, na maioria dos casos com o lazer, considerando-se estes espaços como ideais para desfrutar de momentos de lazer e bem-estar. Além desta predominância da atividade de lazer, estes espaços são também procurados para a realização de atividades de redução de stress, descanso e desporto. Sendo possível realizar nestes parques uma diversidade de atividades, sugere-se que o tipo de atividade desenvolvida se adegue à vontade dos utilizadores.

Os espaços verdes são encarados pela população como elementos ideais para a recuperação física e mental. A população frequentadora dos EVU em estudo revela ter uma condição mental boa, na qual a qualidade de vida e o bem-estar assumem uma relação importante com a frequência aos EVU.

Vários autores referem a importância dos EVU na promoção de uma melhor qualidade de vida e no bem-estar das populações. Os resultados do trabalho mostram que a permanência ou a frequência destes espaços verdes aumenta a perceção de bem-estar, mostrando que após a visita aos EVU os utilizadores sentem-se melhor do que quando chegaram ao local. Assim, percebe-se que estes são espaços com características que permitem a melhoria da saúde física e mental dos utilizadores, ao mesmo tempo que se percebe que apresentam condições atrativas para esta recuperação física e mental.

Os espaços verdes urbanos são hoje vistos como promotores de relaxamento, e do sentimento de prazer, sentimento este que se torna essencial na vida das populações, uma vez que eleva a auto estima, e por sua vez o bem-estar, ao mesmo tempo que a falta de prazer nas atividades influencia diretamente a satisfação dos indivíduos.

Os espaços verdes apresentam uma forte contribuição ecológica, estética e social, melhorando o ambiente, a redução de impactos nos espaços construídos e proporcionam áreas de lazer, onde é possível realizar várias atividades.

Os espaços verdes em estudo representam uma mais-valia para a cidade e para as populações, principalmente para os utilizadores. Os EVU são classificados como bons espaços, representando os melhores exemplos de espaços verdes da cidade, com características muito próprias. A classificação dos dois EVU em estudo mostra que o

Parque do Corgo apresenta melhores condições que o Parque Florestal, ao mesmo tempo que oferece mais oportunidades e melhores condições de utilização, promovendo estilos de vida mais saudáveis aos utilizadores.

A proximidade com as residências é fator fundamental na afluência aos EVU. Nos EVU em estudo este fator não é exceção. Desta forma, estes espaços foram implementados na cidade na tentativa de criar ambientes naturais que propiciem às populações a oportunidade de estar em contato com a natureza em meio urbano. Nestes EVU destaca-se a boa acessibilidade, seja a pé, de veículo próprio ou de transportes públicos, ligando facilmente a população a estes EVU. Por outro lado, é aqui fundamental referenciar os níveis de ruído, que são praticamente inexistentes, dando assim estes espaços especial ênfase à tranquilidade que proporcionam, afastando totalmente os utilizadores do ambiente citadino.

Estes espaços são geridos por uma política que se conhece principalmente por ter como principal ideal a manutenção das características originais destes EVU, tentando não os artificializar em demasia. No futuro, pretende-se que estes espaços sejam conservados e mantidos com as características iniciais, potenciando as suas funcionalidades e maximizando a sua utilidade e utilização.

São hoje (re)conhecidos os benefícios que os EVU apresentam para as cidades e para as populações, benefícios estes que se verificam independentemente da condição social, económica ou da faixa etária dos utilizadores. Os EVU em estudo revelam a procura de toda a população, desde jovens com idade inferior aos 15 anos, até aos maiores de 60. No entanto, devem ser criadas condições que aumentem a frequência nos EVU, principalmente pela população idosa, devendo estes espaços ser projetados com condições adequadas para estes utilizadores, facilitando o seu acesso e permanência. Os EVU são locais que podem potenciar a mobilidade pessoal, melhorando assim as condições de saúde do idoso, quer a nível físico quer a nível psicológico, promovendo atividades como passeio, caminhada ou simples conversa, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo que promovem um envelhecimento ativo e saudável. Os EVU devem ser encarados como espaços de excelência quanto a recursos e oportunidades para os idosos, através dos quais a

qualidade e as condições de vida podem melhorar significativamente. O envelhecimento ativo e saudável promove hoje a integração dos idosos na sociedade, dando-lhes mais oportunidades de participação social, ao mesmo tempo que diminui o isolamento a que estão sujeitos nesta altura da vida (OMS, 2002).

Num futuro urbano, a implementação de espaços verdes dentro das cidades torna-se fundamental para a recuperação não só dos indivíduos mas também do ar presente nas cidades, melhorando as condições ambientais, ao mesmo tempo que melhoram as condições de vida das populações, principalmente das populações utilizadoras. São assim espaços a implementar e preservar em todas as cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, K.; LIMA, S. (2012), Áreas verdes e saúde: uma revisão das pesquisas experimentais. VI encontro nacional de ANPPAS, Brasil. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT4-574-309.pdf>

ALMEIDA FILHO, N.; COELHO, M.; PERES, M. (1999), O conceito de saúde mental, Revista USP, Nº43, P. 100-125, São Paulo

ALMEIDA, M. (2009), Promoção da saúde depois dos 65 anos. Elementos para uma política integrada de envelhecimento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

ALVAREZ, I. (2004), Qualidade do espaço verde urbano: uma proposta de índice de avaliação. Universidade de São Paulo, São Paulo

AZEVEDO, I. (2013), Os jardins da cidade – do jardim privado aos espaços verdes enquanto elementos estruturante do espaço urbano, Universidade de Coimbra, Coimbra

BARROS, M.; VIRGÍLIO, H. (2003), Praças: espaços verdes na cidade de Londrina, Geografia, volume 12, nº1, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

BELL, S. (2005) Nature for people: the importance of green spaces to communities in the East Midlands of England. In Kowarik I, Körner S (eds.) *Wild Urban Woodlands*, Berlin

BRAGANÇA: CÂMARA MUNICIPAL (2010), Manual de boas práticas em espaços verdes, Bragança

CALMEIRO, L.; MATOS, M. (2004), Psicologia: Exercícios e saúde, pp.197, Lisboa

CAMPO, P.; SALMON, C.; BURKE, J. (2008), Neighbourhoods and mental well-being: What are the pathways? , Elsevier, Health and Place, Canada

CAPORUSSO, D.; MATIAS, L. (2008), Áreas verdes urbanas: Avaliação e proposta conceitual, 1º SIMPGEO, Rio Claro, São Paulo

CARTA DE OTTAWA (1986), Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde, Ottawa

CARVALHO, G. (2006), Criação de ambientes favoráveis para a promoção de estilos de vida saudáveis, Universidade do Minho, Edições LIDEL

CASTRO (2012), Manique – memória descritiva e plantas, Universidade de la Laguna, Espanha

CEP – Centro de estudos de planeamento, estudos urbanos e regionais, (1978), Espaços verdes, Volume III, nº16

COELHO, M.; ALMEIDA FILHO, N. (2002), Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica, Revista História, Ciências, Saúde, Volume 9, p.315-333, Rio de Janeiro

COLIN (2010), O novo urbanismo, Florida, EUA

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2006); Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Relativa a uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28171.htm>

CUTRIM, K. (2011), As cartas de Atenas e de Veneza: dos diálogos com as políticas de preservação do património cultural de São Luís, III seminário linguagem e identidade: múltiplos olhares, Brasil

DGOT – Direção geral do ordenamento do território (1988), Carta europeia do ordenamento do território, Secretaria Geral do ministério do planeamento e da administração do território, Lisboa

DINIZ, F.; POETA, A.; SILVA, C.; PINTO, L.; ABREU, S. (2003), Relatório da cidade de Vila Real Portugal, V Programa Quadro da Comissão Europeia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real

DIREÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1992), A evolução do conceito de espaço verde urbano, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa

FARIA, R.; BORTOLOZZI, A.; (2009), Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil, Revista R. RA´E GA, Nº17, P. 31-41, Curitiba

FLEURY, S. (2007), Política de saúde: uma política social, Brasil

FONSECA, F.; GONÇALVES, A.; RODRIGUES, O. (2010), Comportamentos e percepções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança, Revista Finisterra, nº89, pp.119-139, Bragança

GALINHA, I.; PAIS RIBEIRO, J. (2005), História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo, Revista Psicologia, saúde e doenças, nº6, Faculdade de psicologia e de ciências da educação, Universidade do Porto, Porto, p. 203-214

GASPAR, J. (1995), O novo ordenamento do território – geografia e valores, Universidade de Lisboa, Lisboa

GONÇALVES, A. (2012), “A utilização dos espaços verdes. Estudo de caso em três cidades espanholas”. VII Colóquio de Geografia de Coimbra – Territórios contemporâneos em contexto de mudança, Cadernos de Geografia nº 30/31. Coimbra, pp. 193-202

GONÇALVES, A. (2013), El verde urbano de las ciudades de Salamanca, Valladolid y Zamora: Delimitación, localización y utilización, Universidade Salamanca, Salamanca

GONÇALVES, N. (2010), Espaços verdes no planeamento urbano sustentável, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

GONÇALVES, P. (1975), Espaços verdes e de recreio: estudo de caso da área urbana de Leiria, Coimbra, 2009

GONÇALVES, P. (2012), Planeamento urbano saudável, Coimbra

GOUVEIA, N. (1999), Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental, Revista Saúde e sociedade, nº8, São Paulo, p. 49-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>

GROENEWEGEN, P.; BERG, A.; VRIES, S.; VERHEIJ, R. (2006), Vitamin G: effects of green space on health, well-being, and social safety, BioMed central, Netherlands

GUITE, H.; CLARK, C.; ACKRILL, G. (2006), “The impact of the physical and urban environment on mental well-being”, Elsevier, nº 120, pp. 1117-1126, Disponível em: <http://www.nchh.org/portals/0/contents/article0806.pdf>

HARTING, T.; STAATS, H. (2006), The need for psychological restoration as a determinant of environmental preferences, Elsevier, Journal of Environmental Psychology, nº 26, Sweden, p. 215-226

HERCULANO, C. (2000), A qualidade de vida e seus indicadores, Publicado no livro: Qualidade de vida e riscos ambientais, Nitéroi

HORTA, M.; KER, F.; FERREIRA, A. (2010), Usos de indicadores na avaliação dos efeitos da expansão urbana sobre a estrutura da paisagem: um estudo de caso, volume 5, nº2, Rio Claro, São Paulo

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), Revista de estudos demográficos, nº48, INE, Lisboa

ISBN (2001), Espaços exteriores urbanos sustentáveis – Guia de conceção ambiental, Intervenção operacional de renovação urbana, Ministério do equipamento social

LIMA, V.; AMORIM, M. (2011), A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades, Universidade de São Paulo, São Paulo

LINS, A. (1998), As ferrovias e três utopias urbanas, ou como os pioneiros viam o trem: Uma análise comparativa entre “Cidades Jardins”, “Cidade Linear”, e “Cidade Industrial”, V Seminário de história da cidade e do urbanismo – “cidades: temporalidades em confronto”, Campinas, Brasil (ver link)

LOBODA, C.; DE ANGELIS, B. (2005), Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, Revista Ambiência, nº1, volume 1, Brasil, p. 125-139

LOPERA, F. (2005), Las zonas verdes como factor da calidad de vida en las ciudades, Revista Ciudad y territorio, Estudios territoriales, nº 144, Valencia

LOPES, E. (2012), Desenho urbano: cidade linear, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

MADUREIRA, H. (2012), Revitalizar a cidade pelo planeamento da estrutura verde, XIII Colóquio Ibérico de Geografia – respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual, Santiago de Compostela

MAGALHÃES, M. (1992), A evolução do conceito de espaço verde público, Revista AGROS, Nº2, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa

MARQUES, M.; GOUVEIA, M.; LEAL, I. (2007), Actividade física, Saúde e Qualidade de vida, XIV Jornadas pedagógicas da ASPEA: Ambiente – Saúde – Qualidade de Vida, Lisboa

MARQUES, T. (1999), “Um território em mudança: padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas”, Inforgeo, nº14, Lisboa, pp. 21 – 42

MELO, O. (2000), Ambiente urbano e espaços verdes: uma perspectiva geográfica sobre a cidade do Porto. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

MILLIGAN, C.; BINGLEY, A. (2007) Restorative places or scary spaces? The impact of woodland on the mental well-being of young adults, Elsevier, Health and Place, nº13, Lancaster, p.799-811

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL (2001), Espaços exteriores urbanos sustentáveis – Guia de concepção ambiental, ISBN, Lisboa

MONTEZ, C. (2010), Valor dos espaços verdes da cidade, Universidade de Aveiro, Aveiro

MORAES, G. (2011), Saúde mental: artigos e livros científicos, Trabalho de conclusão de curso, Universidade do sul de Santa Catarina, Brasil

NASCIMENTO, D.; XAVIER, J.; BRITO, A. (2011) Análise ambiental sob a perspectiva da geografia da saúde em bairros periféricos de juazeiro do norte/ce, XIV Encontro da rede luso-brasileira de estudos ambientais, Recife, Brasil

NOBRE, M. (1994), Qualidade de vida, Instituto do coração do hospital das clínicas – FMUSP, São Paulo

NOGUEIRA, H. (2007 – 2008), Saúde (d) nos lugares – a problemática dos territórios promotores de saúde. Cadernos de geografia, nº 26/27, Coimbra, pp. 85 – 99

NOGUEIRA, H. (2008), Os lugares e a Saúde, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

PEDROSA, A. (2006), A integração da prevenção dos riscos no ordenamento territorial, Colóquio “Paisagens, património e riscos naturais: perspetivas de planeamento comparado”, Universidade do Porto, Porto

PEREHOUSKEI, N.; ANGELIS, B. (2012), “Áreas verdes e saúde: paradigmas e experiências”, Diálogos e Saberes, nº1, v.8, Brasil, pp. 55-77, disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/173/100>

PEREIRA, M. (2011), Espaços verdes urbanos – Contributo para a otimização do planeamento e gestão da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa

PINA, J.; SANTOS, D. (2012), A influência das áreas verdes urbanas na qualidade de vida: o caso dos parques do Sabiá e Victorio, Brasil

QUEIRÓS, M. (2000), Utilitarismo ou Equidade? Dilemas para o ambiente e ordenamento, Finisterra, XXXV, PP.103-114

RAMOS, I.; BERNARDO, F.; SARAIVA, M.; TEIXEIRA, T. (2009), Paisagem urbana: viver a cidade entre o artificial e o natural, Universidade e Évora, Évora

REIS, R. (2001), Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: Uma abordagem sócio-ecológica da perceção dos usuários, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

RIBEIRO, J. (2005), Introdução à psicologia da saúde, Coimbra, pp. 356

SÁ, J. (2013), Espaços verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema, Instituto Superior de Lisboa, Lisboa

SALVADO, P. (2004), A voz das folhas: espaços verdes da zona antiga: evolução histórica, Câmara Municipal do Fundão, Fundão

SANTANA, P. (2000), Contribuição da geografia da saúde para o conhecimento das desigualdades em saúde e bem-estar no mundo. Cadernos de geografia, nº19, Coimbra, pp. 43 – 67

SANTANA, P. (2005) Geografias da saúde e do desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal, Edições Almedina, Coimbra

SANTANA, P. (2007), A cidade e a Saúde, Edições Almedina, Coimbra

SCHIPPERIJN, J. (2010), Use of urban green space, Revista Forest e Landscape, nº45, Faculty of life sciences, University of Copenhagen

SEGRE, M.; FERRAZ, C. (1997), O conceito de saúde, Revista de saúde pública, nº 31 (5), p. 538-42; Universidade de São Paulo

SEIDL, E.; ZANNON, C. (2004), Qualidade de vida e saúde: aspetos conceituais e metodológicos, Caderno de saúde pública, nº20 (2), p.580-588, Universidade de Brasília, Brasil

SILVA, L. (2007), Espaços verdes urbanos: ordenamento, ambiente e implementação, Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Lisboa, Lisboa

SILVA, L.; EGLER, I., O estudo da perceção em espaços urbanos preservados, Brasil

SILVA, R. (1992), Da cidade ao urbanismo. Do urbanismo à cidade, Revista Penélope, nº7, Edições Cosmos, Lisboa

SILVA, R. (2012), Espaços verdes urbanos, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras

SIMÕES, J. (1986), Alguns aspetos da geografia da saúde em Portugal, Atas IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra, pp. 447-462

SOUZA, A. (2010), Ordenamento territorial: uma análise do macrozoneamento de Ipirá, UNEB, Brasil

STIGSDOTTER, U. (2004), Urban green spaces: promoting health through city planning, Swedish University of Agricultural Sciences, Suécia

VRIES, S.; VERHEIJ, R.; GROENEWEGEN, P.; SPREUWENBERG, P. (2003), “Natural environments – healthy environments? An exploratory analysis of the relationship between greenspace and health”, Environment and planning, v.35, pp. 1717-1731, disponível em: <http://nvl002.nivel.nl/postprint/pppp1696.pdf>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2001), Relatório Mundial de saúde, Saúde mental: nova concepção, nova esperança, Direção-Geral da saúde, OMS

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2013), The world report – Research for universal health Coverage, OMS

SÍTIOS DA INTERNET UTILIZADOS

CCDRN - <http://www.ccdr-n.pt/pt/>

Cidade jardim - <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>

DGOTDU - http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_em_vigor/

Distritos de Portugal -

http://www.carlosleiteribeiro.caestamosnos.org/Distritos_Portugueses/Vila_Real.html

Instituto Geográfico do Exército - <http://www.igeoe.pt/index.php?id=1>

Médicos de Portugal - <http://www.medicosdeportugal.saude.sapo.pt>

Nicho Verde: Desporto, Educação e Ambiente - www.nichoverde.pt

Parque do corgo - <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=547143>

Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis -

<http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/faqs.php?d=3>

ANEXOS



ANEXO 1 – Grelha de observação dos EVU



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Grelha de observação desenvolvida no âmbito da Dissertação de Mestrado, Espaços verdes e saúde mental: Contribuição dos espaços verdes para o bem-estar das populações, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Acessibilidade	
Acesso fácil ao parque	Sim___ Não___
As estradas em volta são muito movimentadas	Sim___ Não___
Pode-se estacionar no local ou à volta deste	Sim___ Não___
Tem paragens de autocarro próximas	Sim___ Não___
Uso de bicicleta é permitido	Sim___ Não___
Acesso facilitado a pé	Sim___ Não___

Atividades que se podem realizar	
Apresenta passeio para percursos pedestres	Sim___ Não___
Espaço para a prática de desporto	Sim___ Não___
Parque para crianças	Sim___ Não___
Atividades organizadas para realização em grupo	Sim___ Não___
Espaço destinado aos animais	Sim___ Não___

Higiene e Manutenção	
Manutenção e Limpeza dos espaços verdes	Sim___ Não___
Existência de casas de banho	Sim___ Não___
Estado das casas de banho	Bom___ Mau___ Razoável___
Existência de caixotes do lixo	Sim___ Não___

Qualidade da água do rio	Bom___ Mau___ Razoável___
--------------------------	---------------------------

Segurança	
Estado de conservação destes percursos	Sim___ Não___
Existem sinais de vandalismo nos percursos	Sim___ Não___
Existe vandalismo nos objetos colocados no parque	Sim___ Não___
Existência de sinalizações de segurança	Sim___ Não___
Existência de iluminação	Sim___ Não___
Seguranças no parque	Sim___ Não___
Existência de placa informativa	Sim___ Não___

Lazer/Redução do stress	
Espaço verde natural	Sim___ Não___
Existência de bares	Sim___ Não___
Existência de restaurantes	Sim___ Não___
Existência de cafés com esplanada	Sim___ Não___
Existência de bancos e locais para sentar	Sim___ Não___
Existência de sombras	Sim___ Não___
Existência de bebedouros	Sim___ Não___

ANEXO 2 – Inquérito aos utilizadores realizado nos EVU



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Questionário desenvolvido no âmbito da Dissertação de Mestrado, Espaços verdes e saúde mental: Contribuição dos espaços verdes para o bem-estar das populações, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Inquérito aos utilizadores

Informação do utilizador

1 - Idade:

<15 anos		40 – 50 anos	
15 – 20 anos		50 – 60 anos	
20 – 30 anos		>60 anos	
30 – 40 anos			

2 - Género:

M	
F	

3 - Estado Civil:

Solteiro	
Casado	
Divorciado	
Viúvo	

4 - Nacionalidade: _____

5 – Escolaridade: _____

6 - Ocupação/Profissão: _____

7 - Local de residência: _____

8 - Tem habitação própria:

Sim	
Não	

9 - Conforto da habitação:

Muito Bom	
Bom	
Satisfatório	
Mau	
Muito Mau	

Caracterização de utilização

10 - Quanto tempo demora a chegar de casa ao parque?

0 – 5 min	
5 – 10 min	
10 – 15 min	
15 – 20 min	
>20 min	

11 - Em que altura do dia utiliza o parque?

Manhã	
Tarde	
Noite	

12 - Como vai para o parque?

A pé	
Transporte público	
Bicicleta	
Veículo próprio	

13 - Quanto tempo demora a sua visita ao parque?

<20 min	
20 – 40 min	
40 – 60 min	
1h – 1h30 min	
1h30 – 2h	
>2h	

14 - Costuma frequentar este espaço verde urbano?

Diariamente	
Uma ou mais vezes por semana	
Uma vez por mês	
Esporadicamente	

15 – Em que época utiliza mais o parque?

Mês início: _____

Mês fim: _____

16 - Que atividades realiza no parque?

Lazer	
Passeio	
Passeio de animais	
Passeio de crianças	
Desporto	
Ler / Estudar	
Descansar	
Redução de stress	

17 – Que infra-estruturas utiliza no parque?

Caminhos pedestres	
Vias bicicleta	
Parque infantil	
Parque desportivo	
Café	

Caraterização mental dos utilizadores

18 - Tem alguma doença do foro psicológico?

Sim	
Não	

Se Sim qual? _____

19 - Como avalia a sua qualidade de vida?

Muito Boa	
Boa	
Satisfatória	
Má	
Muito Má	

20 - Como se sente antes da visita ao parque?

Muito bem	
Bem	
Razoável	
Mal	
Muito mal	

21 - Como se sente após a visita ao parque?

Muito bem	
Bem	
Razoável	
Mal	
Muito mal	

22 - Com que frequência se sentiu relaxado e sem tensão no último mês?

Sempre	
Com muita frequência	
Frequentemente	
Com pouca frequência	
Quase nunca	
Nunca	

23 - Quanto feliz/satisfeito tem estado com a sua saúde pessoal?

Extremamente feliz	
Muito feliz	
Geralmente satisfeito	
Ligeiramente feliz	
Ligeiramente infeliz	
Geralmente insatisfeito	
Muito insatisfeito	

24 - Com que frequência se sentiu nervoso ou stressado no último mês?

Sempre	
Com muita frequência	
Frequentemente	
Com pouca frequência	
Quase nunca	
Nunca	

25 - No último mês quantas vezes sentiu prazer no que fazia?

Sempre	
Com muita frequência	
Frequentemente	
Com pouca frequência	
Quase nunca	
Nunca	

26 - No último mês sentiu-se deprimido?

Sim, até não me interessar por nada	
Sim, quase todos os dias	
Sim, Muitas vezes	
Sim, as vezes	
Não, nunca	

27 – Até que ponto sente que a sua vida tem sentido?

Sempre	
Com muita frequência	
Frequentemente	
Com pouca frequência	
Quase nunca	
Nunca	

28 - Com que frequência tem sentimentos negativos como mau humor, desespero, ansiedade ou depressão?

Sempre	
Com muita frequência	
Frequentemente	
Com pouca frequência	
Quase nunca	
Nunca	

29 - Quão satisfeito está consigo mesmo e com as suas relações pessoais?

Extremamente Satisfeito	
Muito Satisfeito	
Satisfeito	
Pouco Satisfeito	
Nada Satisfeito	

30 - Como considera a cidade de Vila Real do ponto de vista dos Espaços Verdes públicos, nomeadamente o Parque Verde onde se encontra?

Classificação: 1- Muito bom; 2- Bom; 3- Satisfatório; 4- Mau; 5- Muito mau

	1	2	3	4	5
Conservação					
Segurança					
Proteção					
Iluminação					
Diversão					
Tranquilidade					

31 - Como classifica este espaço?

Muito bom	
Bom	
Razoável	
Mau	

32 – Na sua opinião, como utente deste parque, quais os problemas que aqui encontra?

Nenhum	
Dificuldade de acesso	
Ruído urbano / tráfego	
Adolescentes	
Grafitis	
Falta de limpeza	
Marginalidade	
Degradação	

33 – Recomenda o parque a familiares e/ou amigos?

Sim	
Não	

Porquê?: _____

34 –Sugestões:

Obrigada pela colaboração 😊

ANEXO 3 – Entrevista realizada ao vereador Carlos Silva, na Câmara Municipal de Vila Real



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Entrevista desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado, Contributo dos espaços verdes para o bem-estar das populações – estudo de caso em Vila Real, da Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra

PERGUNTAS A REALIZAR

Objetivo 1 – Idealização do parque do Corgo

1. Qual o departamento da câmara municipal que faz a gestão do parque do Corgo?

2. Como surgiu o projeto para a construção deste espaço verde?

3. Que apoios estão associados a esta construção?

Objetivo 2 – Conhecer as necessidades e oportunidades do parque do Corgo

4. Quais são hoje as necessidades mais evidentes no parque do Corgo?

5. Hoje são visíveis as condições que definem o parque do Corgo, de que forma pretendem dar continuidade a este espaço, percebendo que é cada vez mais apreciado pela população?

6. Que objetivos foram traçados para o desenvolvimento deste espaço?

7. Que oportunidades apresenta o parque do Corgo?

Objetivo 3 – Contributo do parque do Corgo no bem-estar das populações

8. Na sua opinião este parque reúne condições favoráveis para promoção da saúde das populações?

9. Para si, o que representa o parque do Corgo para a cidade de Vila Real?

10. Qual a sua opinião relativamente aos espaços verdes urbanos da cidade de Vila Real, nomeadamente o parque Florestal e o parque do Corgo?

Objetivo 4 – Parque Florestal

11. Que protocolo é este entre a câmara municipal e a Direção Regional de Agricultura do Norte?

12. Em que consiste este protocolo (Regras, Bases do protocolo)

13. Há objetivos definidos neste protocolo? Quais?

14. Qual o futuro do parque Florestal?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO 4 – Atividades no Parque do Corgo, organizadas pela câmara municipal de Vila Real



4 de Maio >
27 de Julho



Manhãs no Parque Corgo

Complexo do Codessais | Domingos
9.30h - 12.30h | Maio a Julho

